



PARTE II.

Execução



1. Estruturas
 2. Responsabilidades
 3. Organização
 4. Áreas de Intervenção
-

Ficha Técnica do Documento

Título:	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) do Município de Lousada – Parte II
Descrição:	A Parte II destina-se a definir a forma como se executam os diversos procedimentos a adotar face a um determinado acidente grave ou catástrofe que ocorra numa determinada área territorial.
Data de produção:	26 de abril de 2018
Data da última atualização:	7 de dezembro de 2018
Versão:	Versão 03
Desenvolvimento e produção:	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda.
Coordenador de Projeto:	Ricardo Almendra Geógrafo (Desenvolvimento e Ambiente)
Equipa técnica:	Andreia Mota Geógrafa (Desenvolvimento e Ambiente) Célia Mendes Geógrafa (Planeamento e Gestão do Território) Teresa Costa Geógrafa (Planeamento e Gestão do Território)
Consultores:	Rodrigo Silva Técnico de Proteção Civil
Equipa do Município:	Porfírio Machado Serviço Municipal de Proteção
Código de documento:	036
Estado do documento:	Em elaboração
Código do Projeto:	051130505
Nome do ficheiro digital:	02_PME_Lousada_Parte_II_V03

ÍNDICE

Índice.....	3
Índice de Figuras	5
Índice de Quadros.....	5
Índice de Mapas.....	7
1 Estruturas.....	9
1.1 Estruturas de Direção Política	9
1.2 Estruturas de Coordenação Política e Institucional	10
1.3 Estruturas de Comando Operacional	13
1.3.1 Posto de Comando Operacional (PCO)	14
1.3.2 Posto de Comando Operacional Municipal (PCMun)	18
2 Responsabilidades	22
2.1 Missão dos Serviços de Proteção Civil	22
2.2 Missão dos Agentes de Proteção Civil	25
2.3 Missão das Entidades com dever de cooperação	34
3 Organização	51
3.1 Infraestruturas de Relevância Operacional.....	51
3.1.1 Infraestruturas Territoriais	51
3.1.2 Equipamentos de Utilização Coletiva	66
3.1.3 Património	72
3.1.4 Instalações dos Agentes de Proteção Civil / Entidades com Dever de Cooperação	74
3.2 Zonas de Intervenção.....	75
3.2.1 Zonas de Concentração e Reserva (ZCR)	76
3.2.2 Zonas de Receção de Reforços (ZRR).....	78
3.3 Mobilização e Coordenação de Meios	79
3.4 Notificação Operacional.....	80

4	Áreas de Intervenção	82
4.1	Gestão Administrativa e Financeira	88
4.2	Reconhecimento e Avaliação	91
4.2.1	Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS)	91
4.2.2	Equipas de Avaliação Técnica (EAT)	93
4.3	Logística	94
4.3.1	Apoio Logístico às Forças de Intervenção	95
4.3.2	Apoio Logístico às Populações	97
4.4	Comunicações	102
4.5	Informação Pública	106
4.6	Confinamento e/ou Evacuação	109
4.7	Manutenção da Ordem Pública	116
4.8	Serviços médicos e Transporte de Vítimas	119
4.8.1	Emergência Médica	120
4.8.2	Apoio Psicológico	124
4.9	Socorro e Salvamento	127
4.10	Serviços Mortuários	129

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação institucional e estruturas de comando operacional	9
Figura 2: Organização do Posto de Comando Operacional (PCO)	15
Figura 3: Articulação de Postos de Comando Operacionais (PCO)	20
Figura 4: Delimitação das zonas de intervenção	76
Figura 5: Áreas de intervenção básicas do PMEPCL	82
Figura 6: Procedimentos e instruções de coordenação (gestão administrativa e financeira)	90
Figura 7: Procedimentos e instruções de coordenação (equipas de reconhecimento e avaliação da situação)	93
Figura 8: Procedimentos e instruções de coordenação (equipas de avaliação técnica)	94
Figura 9: Procedimentos e instruções de coordenação (apoio logístico às forças de intervenção)	97
Figura 10: Procedimentos e instruções de coordenação (apoio logístico às populações)	102
Figura 11: Procedimentos e instruções de coordenação (comunicações)	104
Figura 12: Procedimentos e instruções de coordenação (informação pública)	109
Figura 13: Procedimentos e instruções de coordenação (confinamento e/ou evacuação)	116
Figura 14: Perímetros de segurança	118
Figura 15: Procedimentos e instruções de coordenação (manutenção da ordem pública)	119
Figura 16: Procedimentos e instruções de coordenação (serviços médicos e transporte de vítimas)	124
Figura 17: Procedimentos e instruções de coordenação (apoio psicológico)	127
Figura 18: Procedimentos e instruções de coordenação (socorro e salvamento)	129
Figura 19: Procedimentos e instruções de coordenação (serviços mortuários)	135

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Local principal e local alternativo de reunião da CMPC de Lousada	11
---	----

Quadro 2: Composição da CMPC de Lousada	12
Quadro 3: Competências e responsabilidades do COS	14
Quadro 4: Missões genéricas do PCO.....	15
Quadro 5: Missão dos serviços de proteção civil (fase de emergência e fase de reabilitação)	23
Quadro 6: Agentes de proteção civil	25
Quadro 7: Missão dos Agentes de Proteção Civil	27
Quadro 8: Entidades com dever de cooperação	34
Quadro 9: Missão das entidades com dever de cooperação	37
Quadro 10: Características das linhas de circulação e plataformas de embarque (Caíde – Linha do Douro)	53
Quadro 11: Antenas de telecomunicações da NOS no município de Lousada.....	57
Quadro 12: Postos de abastecimento de combustível no município de Lousada.....	59
Quadro 13: Estabelecimentos com licença ambiental no município de Lousada	62
Quadro 14: Áreas das ZCR (Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de abril)	77
Quadro 15: ZCR do município de Lousada	77
Quadro 16: ZRR do distrito do Porto	78
Quadro 17: Grau de prontidão e de mobilização	80
Quadro 18: Mecanismos de notificação operacional às entidades intervenientes	81
Quadro 19: Esquematização das entidades envolvidas em cada área de intervenção do PMEPCCL.....	83
Quadro 20: Gestão administrativa e financeira	88
Quadro 21: Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS)	91
Quadro 22: Equipas de Avaliação Técnica (EAT)	93
Quadro 23: Apoio logístico às forças de intervenção	95
Quadro 24: Apoio logístico às populações	98
Quadro 25: Valências de gestão das ZCAP	100
Quadro 26: Valências de apoio das ZCAP	100
Quadro 27: ZCAP do município de Lousada	100
Quadro 28: Comunicações	103

Quadro 29: Redes e serviços de comunicações de emergência consideradas no âmbito do PMEPCL	105
Quadro 30: Informação pública.....	106
Quadro 31: Confinamento e/ou evacuação	110
Quadro 32: ZCI do município de Lousada.....	113
Quadro 33: Manutenção da ordem pública	117
Quadro 34: Serviços médicos e transporte de vítimas.....	120
Quadro 35: Postos de triagem do município de Lousada.....	121
Quadro 36: Apoio psicológico	125
Quadro 37: Socorro e salvamento.....	127
Quadro 38: Serviços mortuários.....	130
Quadro 39: ZRNm do município de Lousada	134

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Local principal e locais alternativos de reunião da CMPC de Lousada	12
Mapa 2: Rede rodoviária do município de Lousada	52
Mapa 3: Rede ferroviária do município de Lousada.....	53
Mapa 4: Rede de abastecimento de água do município de Lousada	54
Mapa 5: Rede de saneamento do município de Lousada	55
Mapa 6: Infraestruturas de gestão de resíduos do município de Lousada	56
Mapa 7: Infraestruturas de telecomunicações do município de Lousada	57
Mapa 8: Infraestruturas de energia elétrica do município de Lousada	58
Mapa 9: Infraestruturas de gás natural do município de Lousada.....	59
Mapa 10: Postos de abastecimento de combustível do município de Lousada.....	61
Mapa 11: Áreas industriais e de armazenamento no município de Lousada.....	62
Mapa 12: Estabelecimentos com licença ambiental no município de Lousada	63
Mapa 13: Postos de vigia do município de Lousada.....	64

Mapa 14: Rede de pontos de água do município de Lousada.....	65
Mapa 15: Equipamentos administrativos do município de Lousada.....	66
Mapa 16: Equipamentos de ensino no município de Lousada	67
Mapa 17: Equipamentos de saúde do município de Lousada	68
Mapa 18: Equipamentos culturais do município de Lousada.....	69
Mapa 19: Equipamentos desportivos do município de Lousada.....	70
Mapa 20: Equipamentos religiosos do município de Lousada	71
Mapa 21: Equipamentos de apoio social no município de Lousada	72
Mapa 22: Património imóvel classificado e em vias de classificação no município de Lousada	73
Mapa 23: Sítios arqueológicos no município de Lousada	74
Mapa 24: Instalações dos agentes de proteção civil no município de Lousada	75
Mapa 25: ZCR do município de Lousada	78
Mapa 26: ZCAP do município de Lousada	101
Mapa 27: ZCI do município de Lousada.....	114
Mapa 28: Itinerários de evacuação do município de Lousada	115
Mapa 29: Postos de triagem do município de Lousada.....	123
Mapa 30: ZRnM do município de Lousada	134

1 ESTRUTURAS

A Parte II destina-se a definir a forma como se executam os diversos procedimentos a adotar face a um determinado acidente grave ou catástrofe que ocorra no território do Município de Lousada.

As ações serão desenvolvidas através das estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação institucional e estruturas de comando operacional (Figura 1).

Figura 1: Estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação institucional e estruturas de comando operacional



1.1 ESTRUTURAS DE DIREÇÃO POLÍTICA

A **direção política** é assegurada pelo Presidente da Câmara Municipal de Lousada, a quem compete, nos termos do artigo 34.º da Lei de Bases da Proteção Civil, com as alterações introduzidas pelo artigo 15.º

da Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, exercer ou delegar as competências de desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas a cada caso.

Entre outras, são competências da Autoridade Municipal Política de Proteção Civil (Presidente da Câmara Municipal de Lousada):

- Convocar e presidir a Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC);
- Desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil, de prevenção, socorro, assistência e recuperação adequadas em cada caso (n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 27/2006, de 03 de julho, na redação dada pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto);
- Declarar, quando a natureza dos acontecimentos a prevenir ou enfrentar e a gravidade e extensão dos seus efeitos atuais ou potenciais o justifiquem, a situação de alerta;
- Solicitar ao Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) a participação das Forças Armadas em missões de proteção civil na área operacional do seu município (n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 27/2006, de 03 de julho, na redação dada pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto).

O Presidente da Câmara Municipal de Lousada é auxiliado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e pelos restantes agentes de proteção civil de âmbito municipal.

1.2 ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL

A **coordenação política e institucional** é assegurada pela Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Lousada.

A CMPC, presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Lousada, ou o seu substituto legal, é o órgão de coordenação, em matéria de proteção civil, assegurando que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto.

São competências da CMPC (n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro):

- Acionar a elaboração do plano municipal de emergência, remetê-lo para aprovação pela Comissão Nacional de Proteção Civil e acompanhar a sua execução;
- Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos;
- Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique;
- Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC acionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil;
- Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.

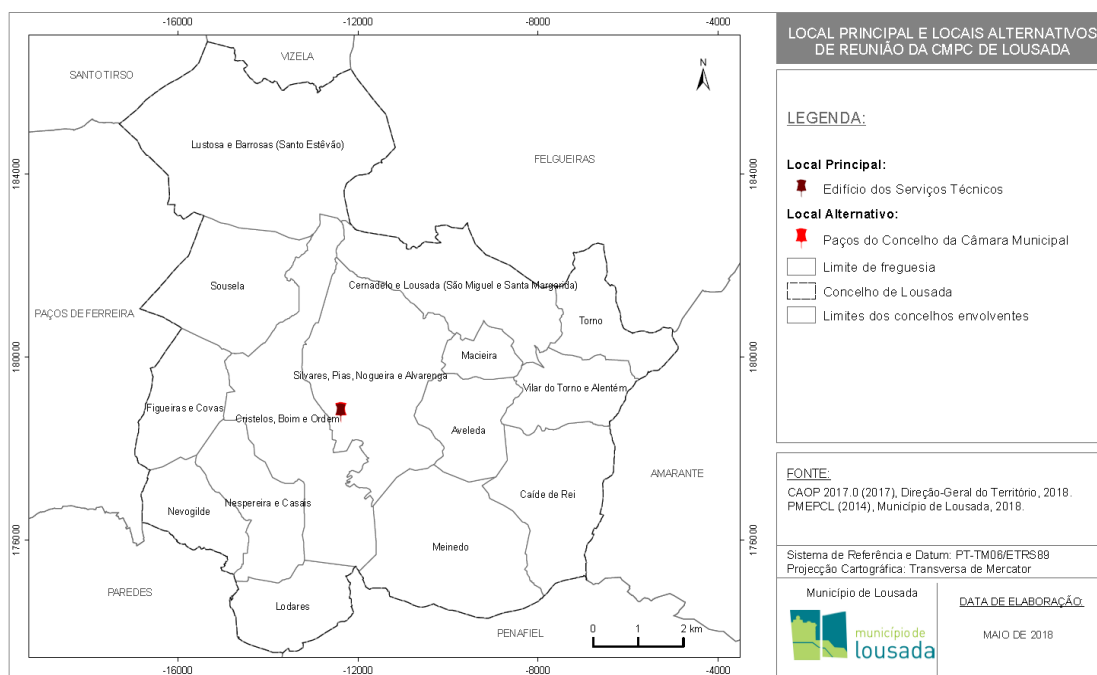
O local principal de reunião da CMPC de Lousada é o Edifício dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Lousada, sito na Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, Apartado 19, 4624-909 Silves. Em alternativa, por inoperância das instalações anteriormente citadas e/ou decisão do presidente da CMPC, esta reúne-se nos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Lousada.

Quadro 1: Local principal e local alternativo de reunião da CMPC de Lousada

Tipologia	Designação	Morada	Contacto
Local Principal	Edifício dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Lousada	Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, Apartado 19, 4624-909 Lousada	255 820 500
Local Alternativo	Paços do Concelho da Câmara Municipal de Lousada	Praça Dr. Francisco Sá Carneiro 4620-695 Lousada	255 820 500

Os locais de reunião da CMPC de Lousada encontram-se identificados no Mapa 1.

Mapa 1: Local principal e locais alternativos de reunião da CMPC de Lousada



Integram a CMPC de Lousada os seguintes elementos em conformidade com o n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro):

Quadro 2: Composição da CMPC de Lousada

Lei de Bases da Proteção Civil	Município de Lousada
a) O presidente da câmara municipal, como autoridade municipal de proteção civil, que preside;	Presidente da Câmara Municipal de Lousada, como autoridade municipal de proteção civil, que preside
b) O coordenador municipal de proteção civil;	Coordenador Municipal de Proteção Civil
c) Um elemento do comando de cada corpo de bombeiros existente no município;	Um elemento do comando do Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada.
d) Um elemento de cada uma das forças de segurança presentes no município;	Um elemento da GNR – Posto Territorial de Lousada.
e) Os capitães dos portos que dirigem as capitânias existentes no distrito;	O capitão do porto da Capitania do Porto do Douro;
f) A autoridade de saúde do município;	Autoridade de Saúde de âmbito local – Delegado de Saúde de Lousada.
g) O dirigente máximo da unidade local de saúde ou o diretor executivo do agrupamento de centros de saúde da área de influência do município e o diretor do hospital da área de influência do município, designado pelo diretor-geral da saúde;	O dirigente máximo do Centro de Saúde de Lousada; O diretor do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.; Um representante do Hospital da Misericórdia de Lousada.

Lei de Bases da Proteção Civil	Município de Lousada
<i>h) Um representante dos serviços de segurança social;</i>	Um representante do Serviço Local de Segurança Social de Lousada.
<i>i) Um representante das juntas de freguesia a designar pela assembleia municipal;</i>	Um representante das juntas de freguesia a designar pela assembleia municipal.
<i>j) Representantes de outras entidades e serviços, implantados no município, cujas atividades e áreas funcionais possam, de acordo com os riscos existentes e as características da região, contribuir para as ações de proteção civil.</i>	Os representantes de outras entidades e serviços implantados no município, cuja inclusão o município considere pertinente.

A competência de desencadear a convocação da CMPC é do Presidente da Câmara Municipal de Lousada, ou do seu substituto legal no caso de ausência ou impedimento. A convocação deverá ser efetuada por escrito, com uma antecedência mínima de sete dias, sendo que em caso de acidente grave ou catástrofe este prazo é dispensado, bem como o modo de convocação, devendo ser utilizado o meio mais expedito (telefone móvel ou fixo, comunicação rádio ou correio eletrónico) e, posteriormente, formalizada por escrito, através de correio eletrónico.

1.3 ESTRUTURAS DE COMANDO OPERACIONAL

Sempre que uma equipa de qualquer agente de proteção civil ou entidades com especial dever de cooperação seja acionada, o chefe da primeira equipa a chegar ao local assume de imediato o **comando da operação** – função de Comandante das Operações de Socorro (COS) – e garante o desenvolvimento de um sistema evolutivo de comando e controlo adequado à situação em curso (n.º 3 do artigo 1.º do Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de abril).

Em qualquer fase da operação e sempre que a ocorrência o justificar, quer pela sua natureza, gravidade, extensão, quer pelos meios envolvidos ou a envolver ou quer pelo impacto previsível, a estrutura operacional da ANPC pode assumir a função de COS (n.º 2 do artigo 6.º do Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de abril).

Os Capitães dos Portos têm, de acordo com o Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março, competências de Proteção Civil na faixa litoral e nos espaços do Domínio Público Hídrico sob jurisdição da Autoridade Marítima Nacional (n.º 2 do artigo 6.º do Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de abril).

A função de COS é a única, prevista no SGO que é obrigatória e permanente em qualquer operação de proteção e socorro, independentemente da sua tipologia, dimensão, complexidade ou duração. São competências do COS as seguintes (n.º 3 do artigo 6.º do Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de abril):

Quadro 3: Competências e responsabilidades do COS

Competências do Comandante das Operações de Socorro (COS)
<ul style="list-style-type: none">▪ Aprovar o PEA;▪ Efetuar o reconhecimento do TO, avaliar a situação e comunicar o resultado ao PCO e ao CDOS territorialmente competente;▪ Coordenar os meios das várias entidades e organismos presentes no TO;▪ Propor ao CDOS o reforço de meios operacionais ou de suporte logístico;▪ Garantir diretamente ao CDOS a informação dos pontos de situação (POSIT), dos resultados obtidos, bem como da desmobilização das várias forças do TO;▪ Solicitar às autoridades policiais, sempre que necessário, a criação de perímetros, zonas ou áreas de segurança;▪ Requisitar temporariamente quaisquer bens móveis indispensáveis às operações de proteção civil e socorro e os serviços de pessoas válidas;▪ Ocupar as infraestruturas necessárias ao estabelecimento da organização de comando e controlo e meios de intervenção;▪ Utilizar imediatamente quaisquer águas públicas e, na falta destas, as de particulares, verificada a situação de necessidade para conter ou evitar danos;▪ Solicitar, dando conhecimento ao CDOS, o acionamento dos órgãos do sistema de proteção civil, de nível Municipal;▪ Garantir ao CDOS a informação operacional para divulgação aos órgãos de comunicação social (OCS), fornecendo exclusivamente os dados oficiais sobre a ocorrência, devendo limitá-la à informação da operação de proteção e socorro, respeitando a estratégia e determinações que, a cada momento, possam vir a ser emanadas pelo escalão superior;▪ Garantir a ligação com as entidades e oficiais de ligação presentes e organizações locais necessárias ao suporte e sustentação das operações;▪ Promover a realização de briefings operacionais regulares como forma de:<ul style="list-style-type: none">✓ Garantir um fluxo de informação sincronizado e de acordo com a complexidade e a natureza do TO;✓ Capacitar e verificar os objetivos estratégicos definidos para a operação em curso;✓ Promover e assegurar o efetivo comando e controlo da operação;▪ Determinar a localização do PCO;▪ Nomear os responsáveis pelas Células do PCO;▪ Nomear, sob proposta do Oficial de Operações, os Comandante de Área de Intervenção Municipal, de Frente e de Setor.

1.3.1 POSTO DE COMANDO OPERACIONAL (PCO)

Em cada teatro de operações (TO) existirá um **posto de comando operacional (PCO)**, o qual se assume como órgão diretor das operações no local da ocorrência destinado a apoiar o COS, na tomada das decisões e na articulação com os meios presentes no local.

O PCO tem como missões genéricas (n.º 1 do artigo 5.º do Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de abril):

Quadro 4: Missões genéricas do PCO

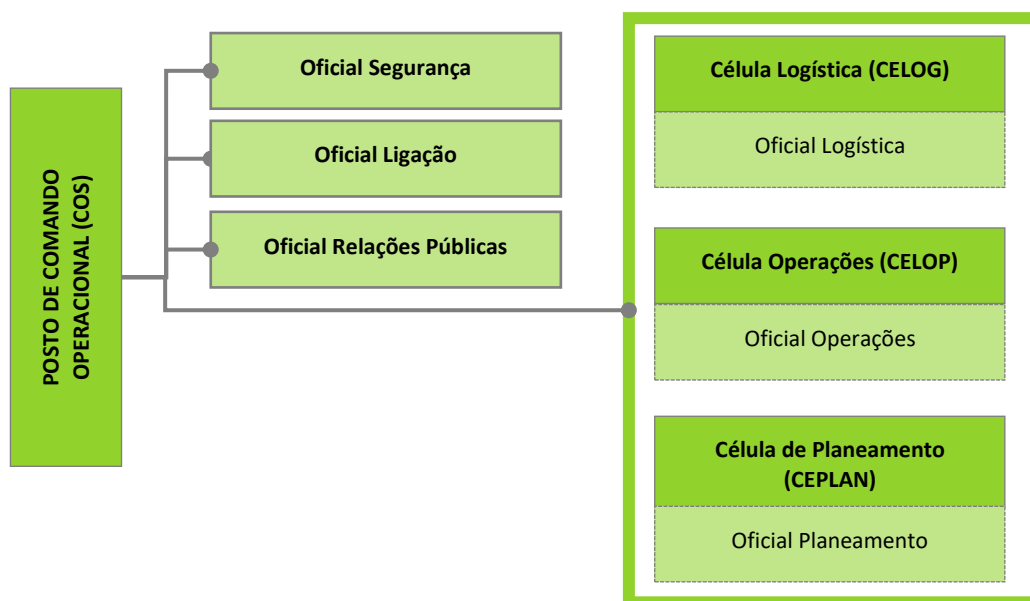
Missões genéricas do PCO
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A recolha e tratamento operacional das informações; ▪ A preparação das ações a desenvolver; ▪ A formulação e a transmissão de ordens, diretrizes e pedidos; ▪ O controlo da execução das ordens; ▪ A manutenção da capacidade operacional dos meios empregues; ▪ A gestão dos meios de reserva; ▪ Preparação, elaboração e difusão de informação pública.

O **PCO** é constituído pelas **células de planeamento, operações e logística** (n.º 2 do artigo 5.º do Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de abril), cada uma com um responsável nomeado pelo COS que assume a designação de oficial de planeamento, oficial de operações e oficial de logística, respetivamente:

As células são coordenadas pelo COS, dimensionando-se de acordo com as necessidades operacionais e logísticas, podendo possuir núcleos funcionais;

O COS, para o assessorar, pode nomear até 03 (três) oficiais, um para a segurança, um para as relações públicas e um outro para a ligação com outras entidades.

Figura 2: Organização do Posto de Comando Operacional (PCO)



Como estrutura base, com dimensão variável ao longo da ocorrência, as células de PCO apresentam as seguintes funções:

Compete à **Célula de Planeamento (CEPLAN)** a recolha, avaliação, processamento e difusão das informações necessárias ao processo de decisão do COS. A CEPLAN pode integrar os seguintes núcleos:

- Informações;
- Antecipação;
- Especialistas.

À CEPLAN são atribuídas as seguintes tarefas:

- Ativar os núcleos de informações, de antecipação e de especialistas em função da natureza e desenvolvimento da ocorrência;
- Elaborar propostas de modalidades de ação;
- Avaliar a necessidades de evacuações, face aos cenários previsíveis e planear a sua execução;
- Recolher, avaliar, processar e difundir as informações necessárias à tomada de decisão;
- Outras tarefas que se mostrem necessárias para o bom desempenho das missões da célula.

Compete à **CÉLULA OPERAÇÕES (CELOP)**, assegurar a execução e implementação das decisões operacionais estabelecidas no PEA e a preparação de elementos operacionais necessários à tomada de decisão do COS. A CELOP pode integrar os seguintes núcleos:

- Núcleo de Meios Aéreos;
- Núcleo de Emergência Médica;
- Núcleo de Coordenação ao Apoio Psicológico e Social de Emergência.

À CELOP são atribuídas as seguintes tarefas:

- Ativar os núcleos em função da natureza e desenvolvimento da ocorrência;
- Manter atualizado o quadro geral da operação;

- Elaborar o esquema de Situação Tática (SITAC gráfico) e mantê-lo atualizado;
- Propor ao COS a setorização do TO;
- Transmitir as Ordens de Missões (ORMIS) aos comandantes do escalão subordinado, podendo ser de Setor, Frente ou Área, de acordo com a organização instalada no TO;
- Propor ao COS a mobilização de meios de reforço em função das previsões do planeamento;
- Garantir o registo e permanente atualização da fita do tempo;
- Garantir a articulação e coordenação dos núcleos na sua dependência;
- Propor ao COS as evacuações, que não tenha sido previsto no PEA;
- Outras tarefas que se mostrem necessárias para o bom desempenho das missões da célula.

Na fase V do SGO, o COS nomeia dois Adjuntos do Oficial de Operações.

Compete à **CÉLULA DE LOGÍSTICA (CELOG)** garantir a sustentação logística do TO, de forma a responder a todas as necessidades de suporte à operacionalização dos meios e recursos envolvidos na operação. A CELOG pode integrar os seguintes núcleos:

- Meios e recursos;
- Comunicações e sistemas de informação.

À CELOG são atribuídas as seguintes tarefas:

- Ativar os núcleos em função da natureza e desenvolvimento da ocorrência;
- Ativar as diferentes áreas da ZCR e designar os seus responsáveis de acordo com o plano logístico validado pelo COS;
- Elaborar e manter atualizado o quadro de meios;
- Elaborar o plano de comunicações (PLANCOM);
- Manter atualizada a informação sobre as áreas logísticas instaladas na ZCR;
- Elaborar plano de suporte à evacuação de pessoas;
- Garantir, por parte do SMPC, o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro;

- Elaborar, para aprovação pelo COS, o plano logístico para responder a:
 - ✓ Meios e recursos empenhados;
 - ✓ Reserva estratégica de meios e recursos;
 - ✓ Apoio de serviços (alimentação, descanso e higiene, apoio sanitário e manutenção);
 - ✓ Reabastecimentos;
 - ✓ Transportes;
- Outras tarefas que se mostrem necessárias para o bom desempenho das missões da célula.

A CELOG é chefiada pelo Oficial de Logística que pode propor ao COS a designação de um Adjunto.

Sempre que seja determinada a passagem ao nível VI do SGO, propõe ao COS a nomeação de um adjunto por cada um dos Postos de Comando Municipal.

1.3.2 POSTO DE COMANDO OPERACIONAL MUNICIPAL (PCMUN)

Num cenário de ativação do PMEPCl poderão existir múltiplos teatros de operações, cada um com o seu PCO, existindo a necessidade de construir uma estrutura de comando municipal para toda a operação de proteção e socorro. Assim, é constituído um **posto de comando municipal (PCMun)**, de modo a garantir a gestão exclusiva da resposta municipal ao evento que originou a ativação do PMEPCl, sendo também responsável pela gestão de todos os meios disponíveis na área do município e pelos meios de reforço que lhe forem enviados pelo escalão distrital.

O PCMun é montado com o apoio do SMPC e reporta operacionalmente e permanentemente ao Posto de Comando Distrital (PCDis) do Porto. O responsável pelo PCMun é o Coordenador Municipal de Proteção Civil ou o Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada quando indicado pelo Presidente da Câmara.

As principais missões do PCMun são as seguintes:

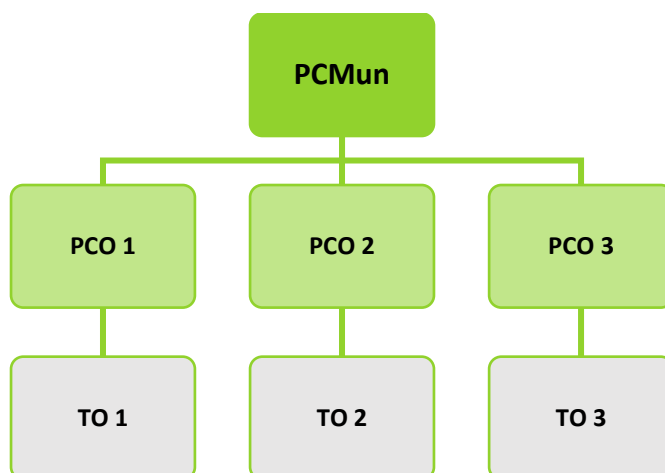
- Atuar como órgão diretor das operações, garantindo o funcionamento e a articulação no terreno dos diversos agentes e entidades intervenientes;

- Assegurar o comando, o controlo, as comunicações e as informações em toda a zona de intervenção (ZI), em coordenação com as demais entidades envolvidas;
- Assegurar a minimização de perdas de vidas, através da coordenação das ações decorrentes do acidente grave ou catástrofe;
- Garantir em permanência a segurança nas operações de todas as forças envolvidas, bem como dos cidadãos;
- Assegurar a recolha e o tratamento operacional das informações, bem como as ligações aos PCO ativados, à CMPC e ao patamar distrital, de forma a garantir a homogeneidade na passagem de informação;
- Assegurar a manutenção das capacidades operacionais dos meios empregues e a gestão dos meios de reserva;
- Garantir, através do empenhamento das forças e serviços competentes, a manutenção da lei e ordem nas zonas afetadas, o controlo de acessos à zona de sinistro (ZS), a criação de perímetros de segurança e a manutenção de corredores de circulação de emergência;
- Garantir a execução eficaz de operações de movimentação de populações, designadamente as decorrentes de evacuações, bem como a segurança nas zonas de concentração e apoio da população (ZCAP);
- Assegurar a prestação de cuidados médicos adequados, a montagem de postos de triagem e postos médicos avançados e a evacuação primária e secundária;
- Assegurar a coordenação das ações de saúde pública, apoio psicossocial e mortuária;
- Assegurar a coordenação das atividades relacionadas com a assistência à emergência e gestão de recursos, nomeadamente através da definição das prioridades em termos de abastecimento de água, energia e comunicações, da gestão de armazéns de emergência, da coordenação dos meios de transporte necessários às operações de emergência e da organização e montagem de abrigos e campos de deslocados;
- Assegurar a coordenação da inspeção e verificação da praticabilidade das principais infraestruturas de transportes, redes básicas de suporte e edifícios;
- Assegurar a desobstrução expedita das vias de comunicação e itinerários principais de socorro e assegurar a realização de operações de demolição ou escoramento;

- Assegurar a receção, condução e integração, se necessário, de voluntários nas operações de emergência e reabilitação, para colaborar nas atividades relacionadas com a assistência social, alimentação e transporte;
- Coordenar a ação de equipas de reconhecimento e avaliação da situação (ERAS) e das equipas de avaliação técnica (EAT) e tratar a informação recebida dessas equipas encaminhando-a para as restantes estruturas nos diferentes escalões;
- Dirigir e coordenar o emprego dos meios (humanos e materiais) sob a sua responsabilidade.

O PCMun recebe, processa e avalia toda a informação emanada dos diversos TO de forma a assegurar que todas as entidades intervenientes mantêm níveis de prontidão e envolvimento.

Figura 3: Articulação de Postos de Comando Operacionais (PCO)



1.3.2.1 COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

O **coordenador municipal de proteção civil** depende hierárquica e funcionalmente do presidente da câmara municipal, a quem compete a sua nomeação, sendo que este atua exclusivamente no âmbito territorial do respetivo município (n.º 1 e 2 do artigo 13.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro). No município de Lousada o coordenador municipal de proteção civil, de acordo com o artigo 14.º do referido diploma legal, apresenta as seguintes competências:

- Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho;

- Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis;
- Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, com os comandantes dos corpos de bombeiros;
- Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município;
- Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem;
- Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no plano de emergência municipal, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros.

O coordenador municipal de proteção civil mantém permanente ligação de articulação operacional com o comandante operacional distrital (CODIS) (n.º1 do artigo 15.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro).

2 RESPONSABILIDADES

Os diversos serviços, agentes de proteção civil e entidades com dever de cooperação têm atribuídos um conjunto de responsabilidades que visam criar as condições favoráveis ao rápido, eficiente e coordenado reforço, apoio e assistência, tanto na resposta imediata a um acidente grave ou catástrofe, como na recuperação a curto prazo.

Os agentes e as instituições supracitados, e sem prejuízo das suas estruturas de direção, comando e chefia, articulam-se operacionalmente nos termos do SIOPS.

2.1 MISSÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL

A Câmara Municipal/SMPC de Lousada, como serviços de proteção civil desempenham funções de apoio à coordenação política e institucional das operações de resposta. A CMPC de Lousada pode determinar a existência de unidades locais de proteção civil, a respetiva constituição e tarefas. As unidades locais devem corresponder ao território das freguesias e serão obrigatoriamente presididas pelo presidente da junta de freguesias.

Quadro 5: Missão dos serviços de proteção civil (fase de emergência e fase de reabilitação)

Serviços de Proteção Civil	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Câmara Municipal / SMPC de Lousada	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilizar meios, recursos e pessoal para a resposta de proteção civil e socorro, de acordo com as missões operacionais legalmente definidas; ▪ Evacuar e transportar pessoas, bens e animais; ▪ Transportar bens essenciais de sobrevivência às populações; ▪ Assegurar a divulgação de avisos às populações; ▪ Assegurar a gestão financeira e de custos, bem como dos tempos de utilização; ▪ Montar e gerir locais de recolha e armazenamento de dádivas; ▪ Assegurar a sinalização relativa a cortes de estradas, decididos por precaução ou originados por acidentes graves ou catástrofes, bem como as vias alternativas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilizar meios, recursos e pessoal para a resposta de proteção civil, de acordo com as missões operacionais legalmente definidas; ▪ Desobstruir as vias, remover os destroços e limpar aquedutos e linhas de água ao longo das estradas e caminhos municipais; ▪ Transportar bens essenciais de sobrevivência às populações; ▪ Sinalizar as estradas e caminhos municipais danificados, bem como de vias alternativas; ▪ Transportar pessoas e animais; ▪ Promover ações de avaliação de danos e de necessidades da população afetada; ▪ Assegurar a gestão financeira e de custos, bem como dos tempos de utilização.

Serviços de Proteção Civil	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Unidades Locais de Proteção Civil (ULPC)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Efetivar o seu apoio às ocorrências através do envolvimento de elementos, para reconhecimento e orientação, no terreno, de forças em reforço do seu município; ▪ Recensear e registar a população afetada; ▪ Criar pontos de concentração de feridos e de população ilesa; ▪ Colaborar na divulgação de avisos às populações de acordo com orientações dos responsáveis municipais; ▪ Colaborar com a Câmara Municipal na sinalização das estradas e caminhos municipais danificados, bem como na sinalização das vias alternativas, no respetivo espaço geográfico; ▪ Colaborar com a Câmara Municipal na limpeza de valetas, na desobstrução de vias, nas demolições e remoção de destroços, nos aquedutos e linhas de água ao longo das estradas municipais, no espaço geográfico; ▪ Promover, em estreita colaboração com a Câmara Municipal a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais, dotando-os de meios de intervenção e salvaguardando a sua formação para que possam atuar em segurança; ▪ Gerir os sistemas de voluntariado para atuação imediata de emergência ao nível da avaliação de danos, com ênfase nos danos humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recensear e registar a população afetada; ▪ Colaborar com a Câmara Municipal na desobstrução de vias, na remoção de destroços e na limpeza de aquedutos e linhas de água ao longo das estradas e caminhos municipais, no respetivo espaço geográfico; ▪ Colaborar na divulgação de avisos às populações de acordo com orientações dos responsáveis municipais; ▪ Colaborar com a Câmara Municipal na sinalização das estradas e caminhos municipais danificados, bem como na sinalização das vias alternativas, no respetivo espaço geográfico.

2.2 MISSÃO DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL

São agentes de proteção civil, de acordo com as suas atribuições próprias (n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 27/2006 de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto):

- (a) Os corpos de bombeiros;
- (b) As forças de segurança;
- (c) As Forças Armadas;
- (d) Os órgãos da Autoridade Marítima Nacional;
- (e) A Autoridade Nacional de Aviação Civil;
- (f) O INEM, I. P., e demais entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde;
- (g) Os sapadores florestais.

A Cruz Vermelha Portuguesa exerce, em cooperação com os demais agentes e de harmonia com o seu estatuto próprio, funções de proteção civil nos domínios da intervenção, apoio, socorro e assistência sanitária e social (n.º2 do artigo 46.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, com alterações introduzidas pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto).

No quadro seguinte estão identificados os agentes de proteção civil que poderão ser chamados a atuar em caso de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe:

Quadro 6: Agentes de proteção civil

Agentes de Proteção Civil	Município de Lousada
Corpo de Bombeiros	▪ Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada.
Forças de Segurança	▪ GNR - Posto Territorial de Lousada.
Forças Armadas	▪ Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia.
Autoridade Marítima Nacional	▪ Capitania do Porto do Douro; ▪ Polícia Marítima – Comando Local do Douro.
Autoridade Nacional de Aviação Civil	▪ Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC); ▪ Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários (GPIAAF);

Agentes de Proteção Civil	Município de Lousada
NEM, I. P., e demais entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), IP; ▪ Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE; ▪ Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Tâmega III - Vale do Sousa Norte; ▪ Autoridade de Saúde de âmbito local – Delegado de Saúde de Lousada.
Sapadores Florestais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não aplicável.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪

As missões de intervenção, reforço, apoio e assistência, a prestar pelos agentes de proteção civil, na fase de emergência e na fase de reabilitação, encontram-se identificados nos quadros seguintes.

Quadro 7: Missão dos Agentes de Proteção Civil

Agentes de Proteção Civil	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Combater incêndios, busca, salvamento e transporte de pessoas, animais e bens; ▪ Garantir o socorro e transporte de acidentados e doentes; ▪ Participar na urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica; ▪ Participar na evacuação primária nas suas zonas de intervenção ou em reforço; ▪ Colaborar nas ações de mortuária, nas suas zonas de intervenção ou em reforço; ▪ Colaborar na construção e/ou montagem de postos de triagem e/ou Postos Médicos Avançados (PMA); ▪ Apoiar os TO, envolvendo elementos guia para reconhecimento e orientação no terreno das forças operacionais em reforço da sua zona de atuação própria; ▪ Colaborar na montagem de PCO; ▪ Colaborar na desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro; ▪ Apoiar no transporte de bens essenciais de sobrevivência às populações isoladas. ▪ Efetuar abastecimento de água. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Efetuar ações de rescaldo na zona sinistrada; ▪ Colaborar na disponibilização apoio logístico à população e a outras forças operacionais; ▪ Apoiar o regresso das populações e transportar os acidentados e doentes, incluindo a emergência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica; ▪ Participar na reabilitação de infraestruturas; ▪ Colaborar na desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro; ▪ Colaborar nas ações de mortuária, nas suas zonas de intervenção ou em reforço; ▪ Colaborar na distribuição de água às populações; ▪ Disponibilizar apoio logístico; ▪ Colaborar nas ações de informação e sensibilização pública; ▪ Colaborar na reposição da normalidade da vida das populações atingidas.

Agentes de Proteção Civil	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
GNR - Posto Territorial de Lousada	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a manutenção da ordem, nas suas zonas de intervenção, salvaguardando a atuação de outras entidades e organismos operacionais; Isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança; Restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro; Escolta e segurança de meios das forças operacionais em deslocamento para as operações; Apoio à evacuação de populações em perigo; Empenhar o Serviço Especial de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) na análise e deteção de zonas potencialmente contaminadas, nomeadamente ao nível dos solos, águas e atmosfera; Acionar os meios de identificação de vítimas/medicina forense do DVI Team (Disaster Victim Identification Team) e o Núcleo Central de Apoio Técnico, em estreita articulação com as autoridades de saúde, em especial com o Instituto Nacional de Medicina Legal; Disponibilizar a Equipa de Gestão de Incidentes Críticos – Apoio Psicossocial (EGIC Psicossocial); Garantir a segurança de estabelecimentos públicos e a Proteção de infraestruturas críticas, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico nacional; Proteger a propriedade privada contra atos de saque; 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a manutenção da ordem, nas suas zonas de intervenção, salvaguardando a atuação de outras entidades e organismos operacionais; Isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança; Restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro; Apoio à movimentação de populações; Segurança de estabelecimentos públicos e proteção de infraestruturas críticas, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico nacional; Proteção da propriedade privada contra atos de saque; Colaborar nas ações de informação e sensibilização pública; Disponibilizar apoio logístico; Assegurar a coordenação da atividade de prevenção, vigilância e deteção de incêndios florestais e de outras agressões ao meio ambiente; Apoiar o sistema de gestão de informação de incêndios florestais (SGIF), colaborando para a atualização permanente de dados; Executar, através dos Grupos de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), ações de prevenção, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;

Agentes de Proteção Civil	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
GNR - Posto Territorial de Lousada	<ul style="list-style-type: none"> Coordenar as ações de pesquisa de desaparecidos, promovendo a organização de um “centro de pesquisa de desaparecidos”; Receber e guardar os espólios das vítimas, e informar o “Centro de Pesquisa de Desaparecidos”; Assegurar um serviço de estafetas para utilização como meio alternativo de comunicação; Colaborar nas ações de alerta e mobilização do pessoal envolvido nas operações de socorro, bem como no aviso às populações; Colaborar com outros Agentes e entidades, cedendo meios humanos e materiais; Executar, através dos Grupos de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), ações de intervenção, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves; Velar pela observância das disposições legais no âmbito sanitário, incluindo o apoio às ações de mortuária, nomeadamente na remoção dos cadáveres ou parte de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados; Empenhar meios cinotécnicos na busca e resgate de vítimas; Definir e implementar, os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de proteção civil. 	<ul style="list-style-type: none"> Empenhar o Serviço Especial de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) no acompanhamento das zonas contaminadas, através da monitorização, nomeadamente dos solos, águas e atmosfera; Acionar os meios de identificação de vítimas/medicina forense do DVI Team (Disaster Victim Identification Team) e o Núcleo Central de Apoio Técnico, em estreita articulação com as autoridades de saúde, em especial com o INML; Disponibilizar a Equipa de Gestão de Incidentes Críticos – Apoio Psicossocial (EGIC Psicossocial).
Forças Armadas¹ Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar logisticamente as forças operacionais, nomeadamente em infraestruturas, alimentação e montagem de cozinhas e refeitórios de campanha, água, combustível e material diverso (material de aquartelamento, tendas de campanha, geradores, depósitos de água, etc.); 	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar logisticamente às forças operacionais, nomeadamente em infraestruturas, alimentação e montagem de cozinhas e refeitórios de campanha, água, combustível e material diverso (material de aquartelamento, tendas de campanha, geradores, depósitos de água, etc.);

¹ A colaboração das Forças Armadas será solicitada de acordo com os planos de envolvimento aprovados ou quando a gravidade da situação assim o exija, de acordo com a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, mas sempre enquadrada pelos respetivos comandos militares e legislação específica. Compete ao Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere a solicitar ao presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) a participação das Forças Armadas.

Agentes de Proteção Civil	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Forças Armadas Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Colaborar nas ações de prevenção, auxílio no combate e rescaldo em incêndios; ▪ Apoiar a evacuação de populações em perigo; ▪ Organizar e instalar abrigos e campos de deslocados; ▪ Desobstruir expeditamente as vias de comunicação e itinerários de socorro; ▪ Abastecer de água as populações carenciadas; ▪ Efetuar operações de busca e salvamento, socorro imediato e evacuação primária; ▪ Prestar cuidados de saúde de emergência, contribuindo ainda, desde que possível, para o esforço nacional na área hospitalar, nomeadamente ao nível da capacidade de internamento nos hospitais e restantes unidades de saúde militares; ▪ Efetuar o apoio sanitário de emergência, incluindo evacuação secundária de sinistrados, em estreita articulação com as autoridades de saúde; ▪ Efetuar operação de remoção dos cadáveres para as Zonas de Reunião de Mortos e/ou destas para os Necrotérios Provisórios; ▪ Reforçar e/ou reativar as redes de telecomunicações; ▪ Disponibilizar infraestruturas para operação de meios aéreos, nacionais ou estrangeiros, garantindo apoio logístico e reabastecimento de aeronaves, quando exequível e previamente coordenado; ▪ Disponibilizar meios navais, terrestres e aéreos para ações iniciais de reconhecimento e avaliação e para transporte de pessoal operacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Colaborar nas ações de informação e sensibilização pública; ▪ Disponibilizar infraestruturas de unidades navais, terrestres ou aéreas de apoio às áreas sinistradas; ▪ Desobstruir expeditamente as vias de comunicação e itinerários de socorro; ▪ Abastecer de água as populações carenciadas; ▪ Reforçar e/ou reativar as redes de telecomunicações; ▪ Apoiar com meios de Engenharia Militar em operações de limpeza e descontaminação das áreas afetadas; ▪ Reabilitar as infraestruturas.

Agentes de Proteção Civil	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Capitania do Porto do Douro e Polícia Marítima – Comando Local do Douro	<ul style="list-style-type: none"> Exercer funções nos domínios de alerta e aviso, nos espaços sob sua jurisdição; Executar operações de busca, salvamento; Executar operações de apoio e socorro; Intervir na área de segurança marítima, no que diz respeito ao tráfego de navios e embarcações e à salvaguarda da vida humana; Coordenar eventuais operações de combate à poluição fluvial; Prestar em tempo real, informação relacionada com a movimentação de navios e cargas transportadas, mercadorias perigosas e poluentes; Organizar equipas de reconhecimento e avaliação de danos e prejuízos nas instalações portuárias; Cooperar na recuperação das capacidades portuárias; Coordenar a receção de ajuda externa através de meios navais; Efetuar a ligação com as empresas de transporte marítimo conforme as necessidades; Promulgar avisos à navegação; Coordenar a segurança das instalações portuárias críticas. 	<ul style="list-style-type: none"> Colaborar nas ações de informação e sensibilização pública; Intervir na área de segurança marítima, no que respeita ao tráfego de navios e embarcações e à salvaguarda da vida humana; Intervir nas ações de apoio com meios humanos e materiais para o cumprimento das missões que lhes forem atribuídas pelo diretor do plano; Efetuar levantamentos hidrográficos de emergência; Efetuar reconhecimento subaquático; Proceder à recuperação da normalidade das atividades marítimo-mortuárias, nomeadamente no que diz respeito ao assinalamento marítimo, balizagem atividades técnico-administrativas; Coordenar as operações de combate à poluição marítima por hidrocarbonetos ou outras substâncias perigosas.
ANAC / GPIAAF	<ul style="list-style-type: none"> Promover a segurança aeronáutica; Participar nos sistemas nacionais de coordenação civil e militar em matéria de utilização do espaço aéreo; Participar nos sistemas nacionais de coordenação civil e militar em matéria de segurança interna e de proteção civil; Colaborar na resposta de proteção civil e socorro, de acordo com as missões operacionais legalmente definidas; Cooperar com a entidade responsável pela prevenção e investigação de acidentes e incidentes com aeronaves civis. 	<ul style="list-style-type: none"> Colaborar na resposta de proteção civil e socorro, de acordo com as missões operacionais legalmente definidas; Participar nos sistemas nacionais de coordenação civil e militar em matéria de utilização do espaço aéreo; Participar nos sistemas nacionais de coordenação civil e militar em matéria de segurança interna e de proteção civil.

Agentes de Proteção Civil	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
INEM, I. P.	<ul style="list-style-type: none"> Coordenar todas as atividades de saúde em ambiente pré hospitalar, a triagem e evacuações primárias e secundárias, a referenciação e transporte para as unidades de saúde adequadas, bem como a montagem de Postos Médicos Avançados (PMA); Executar a triagem e o apoio psicológico a prestar às vítimas no local da ocorrência, com vista à sua estabilização emocional e posterior referenciação para as entidades adequadas; Assegurar um sistema de registo de vítimas desde o TO até às unidades de saúde de destino; Garantir a articulação com todos os outros serviços e organismos do Ministério da Saúde, bem como com os serviços prestadores de cuidados de saúde, ainda que não integrados no Serviço Nacional de Saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar o regresso das populações; Coordenar os postos médicos avançados e hospitais de campanha; Prestar cuidados médicos às vítimas; Disponibilizar apoio logístico; Garantir o apoio psicológico a prestar às vítimas.
Entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde	<ul style="list-style-type: none"> Coordenar as evacuações/transferências inter-hospitalares, quando necessárias; Colaborar nas ações de saúde pública, nomeadamente no controlo de doenças transmissíveis; Minimizar as perdas de vidas humanas, limitando as sequelas físicas e diminuindo o sofrimento humano; Colaborar no apoio psicológico à população afetada; Colaborar na resolução dos problemas de mortuária; Prestar assistência médica e medicamentosa à população; Assegurar a prestação de cuidados de saúde às vítimas evacuadas para essas unidades de saúde; Colaborar na prestação de cuidados de emergência médica pré-hospitalares, nomeadamente reforçando as suas equipas e/ou material/equipamento, sempre que necessário e solicitado pelo INEM, I. P.; 	<ul style="list-style-type: none"> Dirigir as ações de controlo ambiental, de doenças e da qualidade dos bens essenciais; Adotar medidas de proteção da saúde pública nas áreas atingidas; Colaborar na resolução dos problemas de mortuária; Colaborar nas operações de regresso das populações; Colaborar no apoio psicológico; Garantir o atendimento e o acompanhamento médico à população afetada

Agentes de Proteção Civil	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde	<ul style="list-style-type: none"> Organizar, aos diferentes níveis, a manutenção dos habituais serviços de urgência; Estudar e propor ações de vacinação de emergência, se aplicável. 	
Autoridade de Saúde de âmbito local – Delegado de Saúde de Lousada	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o estado de saúde da população; Avaliar e gerir os riscos para a saúde decorrentes de fatores ambientais; Informar e coordenar com os Serviços Centrais do Ministério da Saúde, com os Órgãos do Serviço Nacional de Saúde e os vários níveis de Autoridade de Saúde; Estabelecer os locais de depósito de vítimas mortais; Estabelecer os locais de sepultamento de emergência; Efetuar o controlo de doenças transmissíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o estado de saúde da população; Avaliar e gerir os riscos para a saúde decorrentes de fatores ambientais; Inspecionar a área afetada; Realizar ações de vacinação; Efetuar recomendações de caráter sanitário; Efetivar a vigilância epidemiológica.

2.3 MISSÃO DAS ENTIDADES COM DEVER DE COOPERAÇÃO

O n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto, impede especial dever de cooperação sobre as seguintes entidades:

- (a) Entidades de direito privado detentoras de corpos de bombeiros, nos termos da lei;
- (b) Serviços de segurança;
- (c) Serviço responsável pela prestação de perícias médico-legais e forenses;
- (d) Serviços de segurança social;
- (e) Instituições particulares de solidariedade social e outras com fins de socorro e de solidariedade;
- (f) Serviços de segurança e socorro privativos das empresas públicas e privadas, dos portos e aeroportos;
- (g) Instituições imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência, designadamente dos setores das florestas, conservação da natureza, indústria e energia, transportes, comunicações, recursos hídricos e ambiente, mar e atmosfera;
- (h) Organizações de voluntariado de proteção civil.

No quadro seguinte, encontram-se identificadas as entidades com dever de cooperação que podem ser chamados a atuar em caso de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe:

Quadro 8: Entidades com dever de cooperação

Entidades com Dever de Cooperação	Município de Lousada
Entidades de direito privado detentoras de corpos de bombeiros, nos termos da lei	<ul style="list-style-type: none">Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários (A.H.B.V.) de Lousada.
Serviços de Segurança	<ul style="list-style-type: none">Polícia Judiciária (PJ) – Diretoria do Norte;Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) - Direção Regional do Norte.
Serviço responsável pela prestação de perícias médico-legais e forenses	<ul style="list-style-type: none">Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF) - Gabinete Médico-Legal e Forense do Tâmega.
Serviços de segurança social	<ul style="list-style-type: none">Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP) - Serviço Local de Segurança Social de Lousada.

Entidades com Dever de Cooperação	Município de Lousada
Instituições particulares de solidariedade social e outras com fins de socorro e solidariedade	<ul style="list-style-type: none"> Associação de Solidariedade Social de Nespereira; Associação Social Recreativa e Cultural - Ao Encontro das Raízes; Centro Social e Paroquial de Macieira de Lousada; Centro Social Paroquial de Lustosa; Santa Casa da Misericórdia de Lousada; Centro Social Paroquial de Sousela; ADASM - Associação de Desenvolvimento e Apoio Social de Meinedo; Centro Social e Paroquial de Caíde de Rei; Associação Coração Solidário de S. Miguel de Silves; Associação de Solidariedade Social de Nevogilde.
Serviços de segurança e socorro privativos das empresas públicas e privadas, dos portos e aeroportos	<ul style="list-style-type: none"> Não aplicável
Instituições imprescindíveis às operações de socorro, emergência e assistência, designadamente dos sectores das florestas m conservação da natureza, indústria e energia, transportes, comunicações, recursos hídricos e ambiente, mar e atmosfera	<u>Florestas e Conservação da Natureza:</u>
	<ul style="list-style-type: none"> Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).
	<u>Indústria e Energia:</u>
	<ul style="list-style-type: none"> EDP Distribuição - Energia S.A.; EDP Gás Distribuição.
	<u>Transportes:</u>
	<ul style="list-style-type: none"> Infraestruturas de Portugal, S.A.; Comboios de Portugal (CP); Ascendi; Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR).
	<u>Transportes Coletivos:</u>
	<ul style="list-style-type: none"> Auto Viação Landim; Auto Viação Pacense; TRANSDEV; RODONORTE; VALPI - Alberto Pinto & Filhos, Transportes Rodoviários, S.A.
	<u>Comunicações:</u>
	<ul style="list-style-type: none"> Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM); Empresas que oferecem redes de comunicações públicas ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público (NOS, ALTICE, VODAFONE);
	<u>Órgãos de Comunicação Social:</u>
	<ul style="list-style-type: none"> Rádio Lousada; Jornal de Lousada; Verdadeiro Olhar – Jornal de Lousada, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo.
	<u>Recursos Hídricos e Ambiente:</u>
	<ul style="list-style-type: none"> Agência Portuguesa do Ambiente (APA); Câmara Municipal de Lousada (CML).
	<u>Mar e Atmosfera:</u>
	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA).

Entidades com Dever de Cooperação	Município de Lousada
Organizações de voluntariado de proteção civil ²	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Lousada.
	<u>Corpo Nacional de Escutas (CNE):</u> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Agrupamento 1095 – Meinedo; ▪ Agrupamento 1154 – Lousada; ▪ Agrupamento 1253 – Silvaes.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Organizações de Radioamadores.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PCI - Paramédicos de Catástrofe Internacional
Outras entidades com dever de cooperação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ministério Público (MP); ▪ Instituto de Registos e Notariado (IRN) – Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de Lousada; ▪ Empresas de Restauração; ▪ Empresas de Distribuição de Combustíveis.
	<u>Agrupamentos de Escolas:</u> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Agrupamentos de Escolas de Lousada; ▪ Agrupamentos de Escolas de Lousada Este; ▪ Agrupamentos de Escolas de Lousada Oeste; ▪ Agrupamentos de Escolas Dr. Mário Fonseca.

As missões de intervenção, reforço, apoio e assistência, a serem prestadas pelas diferentes entidades com dever de cooperação, na fase de emergência e na fase de reabilitação, encontram-se descritos nos quadros seguintes:

² Entende-se por “Organizações de Voluntariado de Proteção Civil” instituições de voluntários com interesse para a proteção civil, nomeadamente, pessoas coletivas de direito privado, de base voluntária, sem fins lucrativos, legalmente constituídas e que prossigam finalidades de interesse geral ou de bem comum, cujos fins estatutários refiram o desenvolvimento de ações no domínio da proteção civil.

Quadro 9: Missão das entidades com dever de cooperação

Entidades com Dever de Cooperação	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
A.H.B.V. de Lousada	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar meios, recursos e pessoal; Apoiar logisticamente a sustentação das operações, na área de atuação própria do seu CB, com o apoio do SMPC; Disponibilizar edifícios e outras infraestruturas para alojamento e apoio às populações; Manter a capacidade de fornecimento de apoio logístico aos meios do seu Corpo de Bombeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar meios, recursos e pessoal; Apoiar logisticamente a sustentação das operações, na área de atuação própria do seu Corpo de Bombeiros, com o apoio do SMPC;
PJ - Diretoria do Norte	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar nas ações de combate à criminalidade; Proceder à identificação das vítimas através da Polícia Técnica e do Laboratório de Polícia Científica; Proceder à recolha de informação <i>Antemortem</i> no(s) Centro(s) de Recolha de Informação, aquando da sua ativação, com a colaboração do INMLCF; Gerir a informação <i>Ante-mortem</i> e <i>Postmortem</i> no Centro de Conciliação de Dados; Disponibilizar elementos para integrar Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas mortais (ERAV-m); Acionar a Unidade de Cooperação Internacional (UCI) para obtenção de dados para a identificação de vítimas de nacionalidade estrangeira. 	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar nas ações de combate à criminalidade; Proceder à identificação das vítimas através da Polícia Técnica e do Laboratório de Polícia Científica; Disponibilizar elementos para integrar Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas mortais (ERAV-m); Acionar a Unidade de Cooperação Internacional (UCI) para obtenção de dados para a identificação de vítimas de nacionalidade estrangeira.

Entidades com Dever de Cooperação	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
SEF - Direção Regional do Norte	<ul style="list-style-type: none"> Coordenar a cooperação entre as forças e serviços de segurança nacionais e de outros países em matéria de circulação de pessoas e de controlo de estrangeiros; Assegurar a realização de controlos móveis e de operações conjuntas com serviços ou forças de segurança congéneres; Autorizar e verificar a entrada de pessoas a bordo de embarcações e aeronaves; Proceder à identificação de cadáveres de cidadãos estrangeiros; Proceder à avaliação dos decorrentes cenários de risco, no âmbito das suas competências; Proceder à investigação dos crimes de auxílio à imigração ilegal, bem como investigar outros com ele conexos, sem prejuízo da competência de outras entidades; Orientar os cidadãos estrangeiros presentes na área sinistrada sobre procedimentos a adotar; Estabelecer os contactos eventualmente necessários com os diferentes Consulados e Embaixadas; Impedir o desembarque de passageiros e tripulantes de embarcações e aeronaves que provenham de pontos ou aeroportos de risco, no aspeto sanitário, sem prévio assentimento das competentes autoridades sanitárias. 	
INMLCF - Gabinete Médico-Legal e Forense do Tâmega	<ul style="list-style-type: none"> Coadjuvar técnica e operacionalmente o Ministério Público na coordenação dos serviços mortuários; Proceder à recolha de informação <i>Antemortem</i> no(s) Centro(s) de Recolha de Informação, aquando da sua ativação, com a colaboração da PJ; Assumir a direção e coordenação das tarefas de mortuária decorrentes do evento, designadamente, a investigação forense para identificação dos corpos, com vista à sua entrega aos familiares; Assumir outras tarefas de investigação forense, de acordo com o ordenado pelo Ministério Público; Gerir as Zonas de Reunião de Mortos (ZRnM) e os necrotérios provisórios (NecPro); Mobilizar a equipa Médico-Legal de Intervenção em Desastres (EML-DVI), acionando os seus sistemas de alerta próprios; Coordenar, através da EML-DVI portuguesa, as Equipas de Mortuária provenientes da ajuda internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> Manter mobilizada a EML-DVI.

Entidades com Dever de Cooperação	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
ISS, IP – Serviço Local de Segurança Social de Lousada	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar e coordenar as ações de apoio social às populações, em articulação com os vários sectores intervenientes; Colaborar na definição de critérios de apoio social à população; Assegurar a constituição de equipas técnicas, em articulação com os vários sectores intervenientes, para receção, atendimento e encaminhamento da população; Participar nas ações de pesquisa e reunião de desaparecidos; Colaborar no apoio psicológico, de acordo com as suas disponibilidades, no(s) Centro(s) de Recolha de Informação, aos familiares que fornecem informação; Participar na instalação da Zonas de Concentração e Apoio às Populações (ZCAP), assegurando o fornecimento de bens e serviços essenciais; Manter um registo atualizado do número de vítimas assistidas e com necessidade de continuidade de acompanhamento; Colaborar nas ações de movimentação das populações. 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar e coordenar as ações de apoio social às populações, em articulação com os vários sectores intervenientes; Apoiar as ações de regresso das populações; Assegurar o apoio psicológico de continuidade às vítimas; Manter um registo atualizado do número de vítimas assistidas e com necessidade de continuidade de acompanhamento; Participar nas ações de identificação dos aglomerados familiares carenciados e propor a atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual.
IPSS do Concelho de Lousada	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar as ações de evacuação das populações, pesquisa de desaparecidos e gestão de campos de deslocados; Apoiar no voluntariado através da distribuição de alimentos, roupa, agasalhos e outros bens essenciais; Apoiar o sistema de recolha e armazenamento de dádivas; Disponibilizar locais de alojamento para deslocados; Procurar obter meios de subsistência a nível logístico e alimentar. 	<ul style="list-style-type: none"> Atuar nos domínios do apoio logístico e social; Assegurar a prestação de serviços a crianças, idosos, pessoas sem-abrigo e doentes; Acolher, acompanhar e encaminhar situações de carência socioeconómica; Apoiar no voluntariado através da distribuição de alimentos, roupa, agasalhos e outros bens essenciais; Acompanhar psicologicamente na fase pós risco.

Entidades com Dever de Cooperação	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
ICNF	<ul style="list-style-type: none"> Mobilizar, em caso de incêndio rural/florestal nas áreas protegidas e nas áreas florestais sob a sua gestão, técnicos de apoio à gestão técnica da ocorrência; Apoiar com meios próprios as ações de 1.ª intervenção; Produzir cartografia para apoio ao planeamento de operações de combate a incêndios florestais; Colaborar nas ações de socorro e resgate, nas áreas protegidas e nas áreas florestais sob sua gestão; Assegurar a coordenação dos Sapadores Florestais, em articulação com a ANPC; Colaborar nas ações de informação pública. 	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar com meios próprios as ações de vigilância e rescaldo a incêndios; Elaborar os planos de estabilização de emergência e reabilitação dos espaços florestais; Desencadear ações necessárias à reposição da normalidade nas áreas protegidas e nas áreas florestais sob sua gestão; Assegurar a coordenação dos Sapadores Florestais, em articulação com a ANPC; Colaborar nas ações de informação pública.
EDP Distribuição - Energia S.A.	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a manutenção e o restabelecimento da distribuição de energia elétrica, tendo em conta, na medida do possível, prioridades definidas. 	<ul style="list-style-type: none"> Efetuar o levantamento dos prejuízos causados; Recuperar os danos sofridos pelas redes e pelas subestações e postos de transformação de distribuição.
EDP Gás Distribuição	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a manutenção e o restabelecimento da distribuição de gás, tendo em conta, na medida do possível, prioridades definidas; Garantir prioridades de distribuição às forças operacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o restabelecimento da distribuição de gás.
IP, S.A.	<ul style="list-style-type: none"> Promover a reposição das condições de circulação e segurança nas infraestruturas rodoviárias na jurisdição da IP, S.A.; Garantir a habilitação das forças de segurança com a informação técnica necessária para cortes ou aberturas ao tráfego; Disponibilizar informação sobre os itinerários alternativos nos casos de corte de vias; Manter o registo atualizado das vias. 	<ul style="list-style-type: none"> Programar as intervenções necessárias à reposição das condições de circulação e segurança; Disponibilizar informação sobre os planos de reabilitação, beneficiação e de segurança rodoviária.

Entidades com Dever de Cooperação	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Comboios de Portugal (CP)	<ul style="list-style-type: none"> Garantir, na medida possível, a organização de comboios sanitários; Garantir o apoio necessário às forças operacionais para o desenvolvimento de ações de busca e salvamento; Disponibilizar a informação constante nos vários Planos de Emergência para a evacuação de sinistrados e prestação de socorro; Disponibilizar os meios ferroviários considerados necessários à constituição de comboios, tendo em vista a evacuação de pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a prestação de ações de apoio com meios humanos e materiais; Disponibilizar meios ferroviários considerados necessários para a constituição de comboios para o regresso de pessoas evacuadas; Prestar a colaboração necessária à elaboração de relatórios e inquéritos à situação de emergência.
Ascendi	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar informações sobre a manutenção e recuperação de vias e da operacionalidade dos meios de que dispõe, sempre que solicitado e disponíveis; Disponibilizar meios e executar obras de reparação, desobstrução de vias e/ou reconstrução, com meios próprios ou cedidos, na sua área de intervenção; Contribuir para a articulação entre a rede rodoviária e outros modos de transporte; Promover a reposição das condições de circulação e assegurar a proteção das infraestruturas rodoviárias e a sua funcionalidade, na sua área de intervenção; Prestar os serviços de assistência, socorro e proteção, incluindo diagnóstico e a desempanagem de viaturas imobilizadas, sempre que possível e na sua área de assistência rodoviária; Assegurar as comunicações internas via telefone, SOS, operar os equipamentos de telemática e realizar patrulhamentos, de modo a prestar a melhor informação possível. 	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar meios e executar obras de reparação, desobstrução de vias e/ou reconstrução, com meios próprios ou cedidos, na sua área de intervenção; Promover a reposição das condições de circulação e assegurar a proteção das infraestruturas rodoviárias e a sua funcionalidade; Assegurar as comunicações internas via telefone, SOS, operar os equipamentos de telemática e realizar patrulhamentos, de modo a prestar a melhor informação possível.
ANSR	<ul style="list-style-type: none"> Regular e superintender as auditorias de segurança rodoviária, fiscalizar o cumprimento das disposições legais sobre trânsito e segurança rodoviária e assegurar o processamento e gestão dos autos levantados por infrações ao Código da Estrada e legislação complementar; Uniformizar e coordenar a ação fiscalizadora das demais entidades intervenientes em matéria rodoviária, através da emissão de instruções técnicas e da aprovação dos equipamentos de controlo e fiscalização do trânsito. 	

Entidades com Dever de Cooperação	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Empresas de Transporte Coletivo de Passageiros	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar transportes rodoviários para apoio à movimentação das populações ou para transporte de forças operacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar transportes rodoviários para apoio à movimentação das populações ou para transporte de forças operacionais.
ANACOM	<ul style="list-style-type: none"> Regular, supervisionar e representar o sector das comunicações; Receber e tratar as notificações de violações de segurança ou de perdas de integridade para o setor das comunicações eletrónicas, que tenham impacto significativo no funcionamento das redes e serviços; Assegurar contactos com as empresas que oferecem redes de comunicações públicas ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público e articular a respetiva resposta coletiva, procurando minimizar o impacto das violações de segurança ou das perdas de integridade nas redes interligadas e nos utilizadores; Fornecer informação atualizada sobre a situação agregada de segurança e integridade das redes e serviços de comunicações eletrónicas; Promover, quando adequado, a informação ao público e a entidades nacionais e internacionais competentes da situação agregada de segurança e integridade das redes e serviços de comunicações eletrónicas; Apoiar tecnicamente, no âmbito das suas atribuições, os organismos e serviços responsáveis pelo estabelecimento e gestão da rede integrada de comunicações de emergência; Garantir a disponibilidade e utilização eficiente do espectro radioelétrico. 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar, gerir e manter atualizada a informação da situação agregada de segurança e integridade das redes e serviços de comunicações eletrónicas; Assegurar contactos com as empresas que oferecem redes de comunicações públicas ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público e articular a respetiva resposta coletiva, procurando minimizar o tempo de reabilitação necessário ao restabelecimento dos serviços; Promover, quando adequado, a informação ao público e a entidades nacionais e internacionais competentes da situação agregada de segurança e integridade das redes e serviços de comunicações eletrónicas; Apoiar tecnicamente, no âmbito das suas atribuições, os organismos e serviços responsáveis pelo estabelecimento e gestão da rede integrada de comunicações de emergência; Garantir a disponibilidade e utilização eficiente do espectro radioelétrico.

Entidades com Dever de Cooperação	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Empresas que oferecem redes de comunicações públicas ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público (NOS, ALTICE, VODAFONE)	<ul style="list-style-type: none"> Adotar as medidas adequadas à gestão e redução do risco para a segurança das suas redes ou serviços; Adotar as medidas adequadas para garantir a integridade das respetivas redes, assegurando a continuidade da prestação dos serviços que se suportam nas referidas redes; Notificar a ANACOM das violações de segurança ou das perdas de integridade para o sector das comunicações eletrónicas que tenham impacto significativo no funcionamento das suas redes e serviços; Informar o público pelos meios mais adequados das violações de segurança ou das perdas de integridade nos termos determinados pela ANACOM, em conformidade com a legislação em vigor; Assegurar a maior disponibilidade possível dos serviços telefónicos acessíveis ao público, em situações de rutura da rede, de emergência ou de força maior; Adotar as medidas necessárias nos serviços telefónicos acessíveis ao público, que prestam, para assegurar o acesso ininterrupto aos serviços de emergência; Em especial, quando aplicável e adequado, e respeitado o quadro legal aplicável, devem realizar as diligências com vista a: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir prioridades de acesso aos endereços correspondentes a serviços e entidades essenciais; ✓ Assegurar a avaliação e as intervenções técnicas imediatas para a manutenção e o restabelecimento das comunicações, nas suas redes ou serviços; ✓ Assegurar a recuperação dos seus serviços em caso de destruição de ativos; ✓ Possibilitar a deslocação de equipas técnicas; ✓ Garantir emissões para o público; ✓ Assegurar o restabelecimento das comunicações nas respetivas redes e serviços; 	<ul style="list-style-type: none"> Adotar as medidas adequadas à gestão e redução do risco para a segurança das suas redes ou serviços; Adotar as medidas adequadas para garantir a integridade das respetivas redes, assegurando a continuidade da prestação dos serviços que se suportam nas referidas redes; Notificar a ANACOM das violações de segurança ou das perdas de integridade para o sector das comunicações eletrónicas que tenham impacto significativo no funcionamento das suas redes e serviços; Informar o público pelos meios mais adequados das violações de segurança ou das perdas de integridade nos termos determinados pela ANACOM, em conformidade com a legislação em vigor; Assegurar a maior disponibilidade possível dos serviços telefónicos acessíveis ao público, em situações de rutura da rede, de emergência ou de força maior; Adotar as medidas necessárias nos serviços telefónicos acessíveis ao público, que prestam, para assegurar o acesso ininterrupto aos serviços de emergência; Em especial, quando aplicável e adequado, e respeitado o quadro legal aplicável, devem realizar as diligências com vista a: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir prioridades de acesso aos endereços correspondentes a serviços e entidades essenciais; ✓ Possibilitar a deslocação de equipas técnicas; ✓ Assegurar o restabelecimento e o reforço das comunicações; ✓ Garantir emissões para o público; ✓ Proceder ao levantamento dos prejuízos causados nos respetivos equipamentos.

Entidades com Dever de Cooperação	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diligenciar prioridade na reposição de serviços afetados a entidades essenciais que sejam seus clientes, tendo em conta critérios de viabilidade técnica e de proporcionalidade das medidas a cumprir pelas empresas; ✓ Prestar o serviço de mensagens escritas a entidades que sejam seus clientes para o envio de mensagens de notificação; ✓ Colaborar, quando tecnicamente possível, na redução ou eliminação do tráfego de comunicações existente nas zonas de sinistro. 	
Órgãos de Comunicação Social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Colaboram na divulgação dos avisos á população; ▪ Divulgam medidas de autoproteção das populações; ▪ Difundem a informação disponível, em situação de emergência. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Colaboram na divulgação dos avisos á população; ▪ Divulgam medidas de autoproteção das populações.
APA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilizar em tempo real, dados hidrometeorológicos das estações com telemetria, da rede de monitorização do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH); ▪ Colaborar nas ações de planeamento no âmbito dos acidentes químicos; ▪ Colaborar nas ações de deteção, aviso e alerta no âmbito de incidentes que envolvam agentes Nucleares, Radiológicos e Biológicos; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhar a reabilitação das linhas de água degradadas e promover a renaturalização e valorização ambiental e paisagística das zonas ribeirinhas envolventes; ▪ Promover a regularização e armazenamento dos caudais em função dos seus usos, de situações de escassez e do controlo do transporte sólido; ▪ Assegurar o planeamento e promover ou acompanhar a realização de obras de recuperação de infraestruturas hidráulicas afetadas;

Entidades com Dever de Cooperação	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
APA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Colaborar em incidentes que envolvam agentes Nucleares e Radiológicos de que resulte ou possa resultar risco para a população e para o ambiente nas seguintes ações: ▪ Propor as ações adequadas, atentos os aspetos radiológicos em presença para garantia da proteção do ambiente e das populações; ▪ Em caso de necessidade de resposta à situação de emergência: ▪ Enviar pessoal para a zona onde se verificou a situação de emergência, se considerado apropriado, e coordenar, no terreno, as ações relativas aos aspetos radiológicos; ▪ Dar resposta às solicitações das autoridades locais, distritais, regionais e nacionais sobre informação técnica e assistência técnica; ▪ Disponibilizar técnicos de ligação com as autoridades locais, distritais, regionais e nacionais para avaliação de aspetos técnicos e das consequências potenciais ou reais; ▪ Prestar assistência às autoridades locais, distritais, regionais e nacionais na implementação das medidas de intervenção; ▪ Reexaminar todas as recomendações técnicas emitidas por outros organismos antes de serem postas em prática, de modo a garantir a consistência das recomendações radiológicas, integrando o parecer da Comissão Nacional para Emergências Radiológicas (CNER); ▪ Aprovar o envio às autoridades locais, distritais, regionais e nacionais dos dados de monitorização e das avaliações feitas; ▪ Rever e cooperar na divulgação da informação oficial relacionada com a situação; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhar a evolução do estado das águas, de forma a aplicar e/ou propor a adoção das medidas necessárias à reabilitação do meio hídrico e dos ecossistemas; ▪ Promover a proteção, conservação, requalificação e valorização dos recursos hídricos, fomentando as intervenções e obras necessárias para reposição da normalidade; ▪ Disponibilizar os dados hidro-meteorológicos medidos/recolhidos nas estações da rede de monitorização do SNIRH; ▪ Prestar apoio técnico e científico nas áreas da sua competência, designadamente na interpretação e análise dos dados recolhidos nas redes de monitorização hidrometeorológicas do SNIRH; ▪ Colaborar nas ações de informação pública disponibilizando conteúdos assertivos e adequados ao entendimento da população em geral; ▪ Prestar a colaboração necessária nos relatórios e inquéritos à situação de emergência.

Entidades com Dever de Cooperação	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
APA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprovar a divulgação de avaliações oficiais das condições na zona em que ocorreu a situação de emergência radiológica; ▪ Fornecer informações e dar resposta a solicitações dos membros do Governo sobre a situação radiológica; ▪ Fiscalizar as condições de segurança das barragens, designadamente nos aspetos estruturais, hidráulico-operacionais e ambientais; ▪ Promover a recolha e análise de amostras de água em situações graves de poluição hídrica; ▪ Monitorizar o estado das massas de água e a evolução dos níveis de água das albufeiras, das descargas das barragens e das observações meteorológicas; ▪ Propor medidas que contribuam para assegurar a disponibilidade de água para o abastecimento público e, em seguida, para as atividades vitais dos sectores agropecuários e industrial em situação de seca; ▪ Inventariar as fontes potenciais de poluição do meio hídrico e propor medidas de atuação em caso de contaminação dos recursos hídricos; ▪ Prestar assessoria técnica especializada nas áreas da sua competência e colaborar na implementação de medidas destinadas a salvaguardar a qualidade dos recursos hídricos e dos ecossistemas bem como a segurança de pessoas e bens; ▪ Assegurar a análise e avaliação periódicas das componentes ambientais das águas, de forma a identificar e aplicar novas capacidades operativas face à eventual evolução da situação; ▪ Promover a realização de ações de informação e sensibilização públicas. 	

Entidades com Dever de Cooperação	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Entidade Gestora do Abastecimento de Água (CML)	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a avaliação de danos e intervenções prioritárias para o rápido restabelecimento do abastecimento de água potável a serviços e unidades produtivas estratégicas, bem como dos pontos essenciais ao consumo das populações afetadas; Garantir a operacionalidade de piquetes regulares e em emergência, para eventuais necessidades extraordinárias de intervenção na rede e nas estações de tratamento; Garantir reservas estratégicas e capacidades para a manutenção da prestação de serviço; Repor, com carácter prioritário, a prestação do serviço junto dos consumidores finais. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a operacionalidade de piquetes regulares e em emergência, para eventuais necessidades extraordinárias de reposição do serviço; Assegurar o controlo da qualidade da água na rede; Repor, com carácter prioritário, a prestação do serviço junto dos consumidores finais.
IPMA	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a vigilância meteorológica e geofísica; Fornecer aconselhamento técnico e científico, em matérias de meteorologia e geofísica; Assegurar o funcionamento permanente das redes de observação, medição e vigilância meteorológica e sísmica, assegurando eventuais reparações de emergência; Emitir avisos meteorológicos, direccionados para a atuação das forças operacionais; Elaborar cartas diárias de risco de incêndio; Elaborar boletins de previsão do estado do tempo, direccionados para a atuação das forças operacionais; Assegurar o funcionamento permanente da rede sísmica nacional e do sistema de alerta sísmico, garantindo a realização de intervenções corretivas. 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a vigilância meteorológica e geofísica; Fornecer aconselhamento técnico e científico, em matérias de meteorologia e geofísica; Emitir avisos meteorológicos, direccionados para a atuação das forças operacionais; Elaborar boletins de previsão do estado do tempo, direccionados para a atuação das forças operacionais.

Entidades com Dever de Cooperação	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
CVP – Delegação de Lustosa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Colaborar nas missões de busca e salvamento, apoio à sobrevivência, socorro e assistência sanitária; ▪ Colaborar na instalação de estruturas móveis nas Zonas de Concentração e Apoio das Populações (ZCAP); ▪ Colaborar na evacuação de feridos e o transporte de desalojados e ilesos; ▪ Colaborar no levantamento e transporte de cadáveres, em articulação com as autoridades de saúde; ▪ Colaborar na prestação de apoio psicossocial, através de equipas de psicólogos e de equipas voluntárias; ▪ Colaborar nas operações de remoção dos cadáveres para as Zonas de Reunião de Mortos (ZRnM) e ou destas para os Necrotérios Provisórios (NecProv); ▪ Colaborar na construção e/ou montagem de postos de triagem e/ou Postos Médicos Avançados e na estabilização de vítimas; ▪ Colaborar no apoio sanitário, distribuição de roupas, alimentos e água potável às populações evacuadas; ▪ Colaborar no enquadramento do pessoal voluntário que se ofereça para colaborar. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Colaborar na execução de missões de apoio, assistência sanitária e social; ▪ Colaborar na gestão de alojamentos temporários; ▪ Colaborar no apoio psicossocial, através de equipas de psicólogos e de equipas voluntárias; ▪ Colaborar na distribuição de roupas e alimentos às populações evacuadas; ▪ Colaborar nas ações de informação e sensibilização pública; ▪ Colaborar no enquadramento do pessoal voluntário que se oferecer para colaborar.
CNE (Agrupamento 1095, 1154 e 1253)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prestar apoio com meios humanos e materiais, para o cumprimento das ações que lhe forem atribuídas, quando solicitado, designadamente na distribuição de agasalhos, roupas e bens alimentares, bem como no alojamento e na organização de acampamentos de emergência; ▪ Colaborar no aviso às populações; ▪ Apoiar as ações de pesquisa de desaparecidos e de gestão de campos de deslocados. 	

Entidades com Dever de Cooperação	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
Organizações de Radioamadores	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para a interoperabilidade entre redes e sistemas de comunicação das diversas entidades; Apoiar as radiocomunicações de emergência, de acordo com as suas próprias disponibilidades; Estabelecer e garantir autonomamente vias de comunicação e apoiar na recuperação e integração de outros meios e dispositivos de comunicação; Colaborar e apoiar na colocação em funcionamento de equipamentos e meios técnicos colapsados; Apoiar a difusão de informação útil às populações. 	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar as radiocomunicações de emergência de acordo com as suas próprias disponibilidades; Colaborar e apoiar na reabilitação e colocação em funcionamento de equipamentos e meios técnicos colapsados; Apoiar a difusão de informação útil às populações.
PCI - Paramédicos de Catástrofe Internacional	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar o desenvolvimento de ações de busca e deteção de vítimas confinadas; Garantir a comunicação de todos os casos de emergência detetados à estrutura de comando; Desenvolver ações de reforço da difusão de alertas com recurso a meios próprios de comunicações; Contribuir, se necessário, para o reforço de recursos humanos nas ambulâncias e postos de socorros; Colaborar na construção e/ou montagem de postos de triagem e/ou Postos Médicos; Colaborar na montagem de Postos de Comando; Colaborar na prestação de apoio psicológico e social, através de equipas de psicólogos e de equipas de voluntários; Executar ações de prevenção secundária; Apoiar o socorro e o resgate das vítimas; Colaborar no enquadramento do pessoal voluntário que se disponibilize para colaborar. 	

Entidades com Dever de Cooperação	Fase de Emergência	Fase de Reabilitação
MP	<ul style="list-style-type: none"> Coordenar os serviços mortuários, coadjuvado técnica e operacionalmente pelo INMLCF; Determinar a ativação de um ou mais Centros de Recolha de Informação, para recolha de informação Ante-mortem sob a responsabilidade da PJ e do INMLCF; Autorizar a remoção de cadáveres ou partes de cadáveres do local onde foram etiquetados para as Zonas de Reunião de Mortos (ZRnM) e nos Necrotérios provisórios (Necpro); Receber a informação das entidades gestoras das ZRnM e dos Necpro, acerca do número de mortes verificadas e de mortos identificados ou por identificar, bem como a informação sobre as estruturas organizativas instaladas para a intervenção nesses domínios. 	
IRN	<ul style="list-style-type: none"> Proceder ao assento de óbitos e garantir toda a tramitação processual e documental associada. 	
Empresas de Restauração	<ul style="list-style-type: none"> Colaborar, se necessário, na confeção e serviço de refeições às forças de intervenção e às populações atingidas. 	<ul style="list-style-type: none"> Colaborar, se necessário, na confeção e serviço de refeições às forças de intervenção e às populações atingidas.
Empresas de Distribuição de Combustíveis	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a manutenção e o restabelecimento da distribuição de combustíveis, tendo em conta, prioridades definidas; Garantir prioridades de distribuição às forças operacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o restabelecimento da distribuição de combustíveis
Agrupamento de Escolas de Lousada	<ul style="list-style-type: none"> Executar com meios próprios as ações que lhe forem atribuídas; Disponibilizam instalações escolares que solicitadas em situação de emergência; Promover a segurança e a evacuação ordenada da população escolar em situação de emergência. 	<ul style="list-style-type: none"> Executar com meios próprios as ações que lhe forem atribuídas; Disponibilizam instalações escolares que solicitadas em situação de emergência.

3 ORGANIZAÇÃO

3.1 INFRAESTRUTURAS DE RELEVÂNCIA OPERACIONAL

Consideram-se infraestruturas de relevância operacional, as estruturas que, pela sua importância numa operação de proteção civil, poderão ser consideradas vitais para a prevenção, planeamento, socorro e emergência. O objetivo desta caracterização é identificar geograficamente os locais onde os riscos podem ocorrer, permitindo alocar os meios materiais e humanos em situação de emergência no intervalo de tempo mais curto possível. Em termos de prevenção, permite também dotar os locais mais sensíveis com meios de resposta necessários a minimizar a probabilidade de ocorrência e as respetivas consequências.

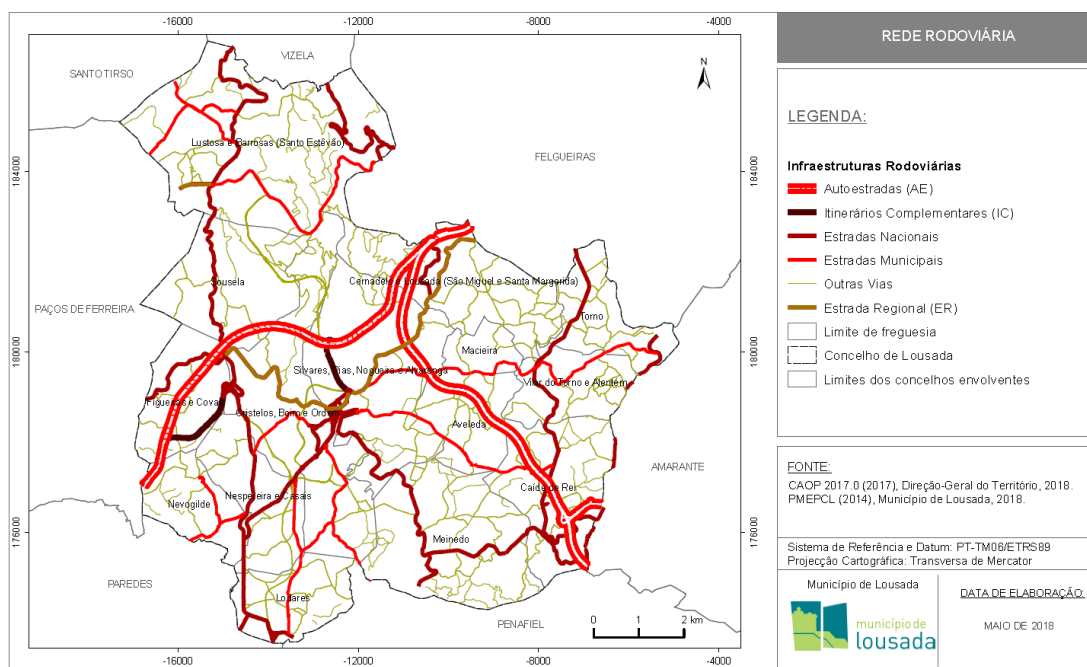
3.1.1 INFRAESTRUTURAS TERRITORIAIS

3.1.1.1 INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS

A rede viária nacional e regional, em articulação com a rede viária municipal, deverá proporcionar de forma rápida e eficaz a deslocação de pessoas, bens e mercadorias, garantindo a segurança e facilidade das deslocações.

O município de Lousada é servido por uma rede rodoviária composta por Autoestradas/Itinerários Principais (A/IP), Itinerários Complementares (IC), Estradas Regionais (ER), Estradas Nacionais (EN) e Estradas Municipais. A rede viária do Concelho encontra-se evidenciada no Mapa 2.

Mapa 2: Rede rodoviária do município de Lousada



3.1.1.2 INFRAESTRUTURAS FERROVIÁRIAS

Relativamente à rede ferroviária o município de Lousada é atravessado pela linha dupla do Douro nas freguesias de Meinedo e Caíde de Rei, numa extensão de 6 km, no qual se situam o Apeadeiro de Meinedo, a Estação de Caíde de Rei e o respetivo túnel ferroviário denominado “Túnel de Caíde” com uma extensão de 1.086 metros tendo o seu início no concelho de Lousada e terminando em Amarante.

O apeadeiro de Meinedo usufrui do serviço suburbano e a estação de Caíde de Rei para além desse serviço usufrui ainda do serviço inter-regional e regional. As estações mais próximas são a estação de Bustelo (Penafiel) e Oliveira (Amarante). A rede ferroviária de Lousada encontra-se representada no Mapa 3.

3.1.1.3 INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE AÉREO

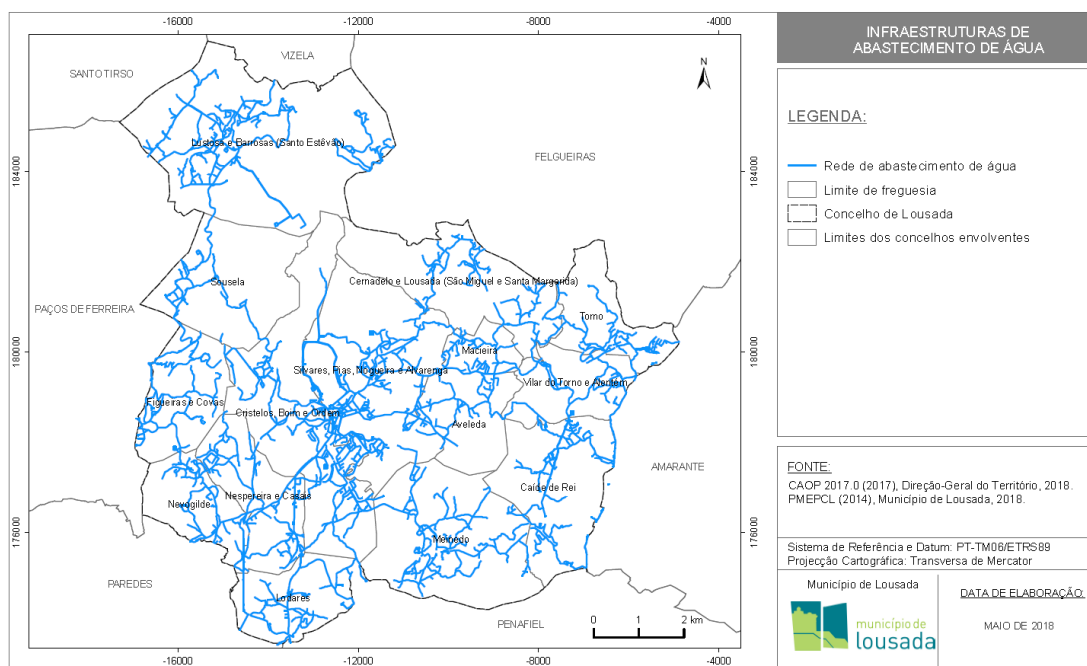
O concelho de Lousada não possui nenhum aeródromo/heliporto certificado (aeródromo ou heliporto no qual se verifica que há cumprimento satisfatório dos normativos aplicáveis) nem nenhum aeródromo/heliporto aprovado (aeródromo ou heliporto com restrições operacionais mas com requisitos de segurança mínimos para a sua utilização para os fins específicos para que foi aprovado) pela Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC).

3.1.1.4 INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O abastecimento público de água às populações constitui um serviço público de carácter estrutural, essencial ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Estes serviços devem pautar-se por princípios de universalidade no acesso, de continuidade e qualidade de serviço, e de eficiência e equidade dos preços.

As infraestruturas de abastecimento de água existentes no concelho de Lousada encontram-se devidamente representadas no Mapa 4.

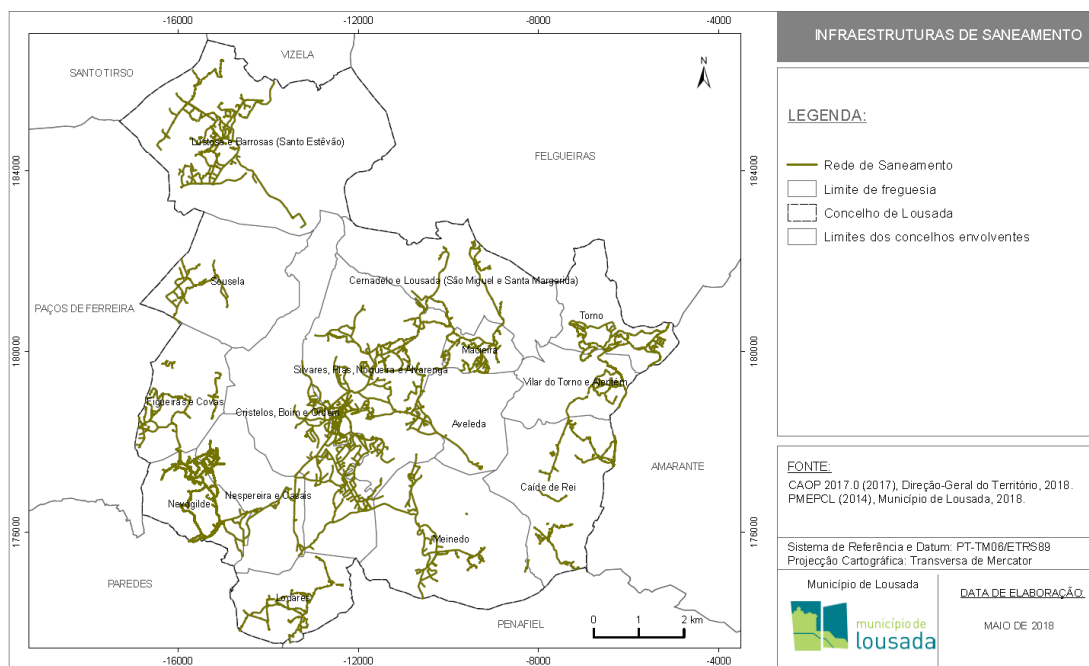
Mapa 4: Rede de abastecimento de água do município de Lousada



3.1.1.5 INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

A Águas do Norte, S.A. é a atual concessionária do sistema multimunicipal de saneamento que serve o Município de Lousada. A rede de saneamento de Lousada encontra-se identificada no Mapa 5.

Mapa 5: Rede de saneamento do município de Lousada



3.1.1.6 INFRAESTRUTURAS DE GESTÃO DE RESÍDUOS

O setor de gestão de resíduos urbanos compreende as atividades de recolha, tratamento e destino final dos resíduos urbanos. O desenvolvimento da recolha seletiva e resíduos de embalagens, a construção de infraestruturas de tratamento adequadas e a desativação das lixeiras inventariadas, procura dar resposta às cada vez mais exigentes normas comunitárias que tem obrigado a mudanças nas políticas de gestão de resíduos.

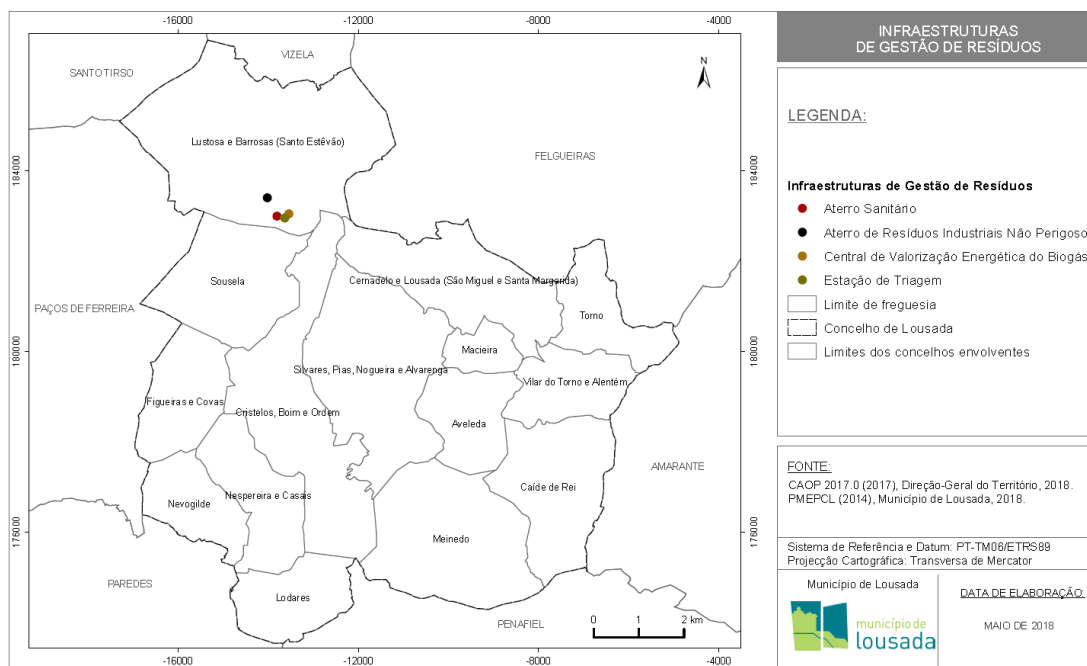
O Município de Lousada é a entidade titular que, nos termos da lei, tem por atribuição assegurar a provisão do serviço de gestão de resíduos urbanos no respetivo território, sendo ainda a entidade

gestora responsável pela recolha indiferenciada e seletiva. A triagem, valorização e eliminação dos resíduos urbanos é da responsabilidade da AMBISOUA – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM.

Em Lousada encontra-se sediado o Aterro Sanitário de Lustosa, classificado como aterro para resíduos não perigosos, dado que apenas recebe resíduos sólidos urbanos (RSU) das referidas populações. O aterro sanitário de Lustosa conta com uma central de valorização energética do biogás nele gerado, com o aproveitamento energético para produção de energia elétrica e venda à rede pública

Para além do aterro sanitário existe também, em Lousada, a Estação de Triagem de Lustosa, onde se procede à triagem e armazenamento temporário do material valorizável, procedendo-se posteriormente ao encaminhamento para recicladores através da Sociedade Ponto Verde. O refugo resultante desta operação é depositado em aterro sanitário.

Mapa 6: Infraestruturas de gestão de resíduos do município de Lousada

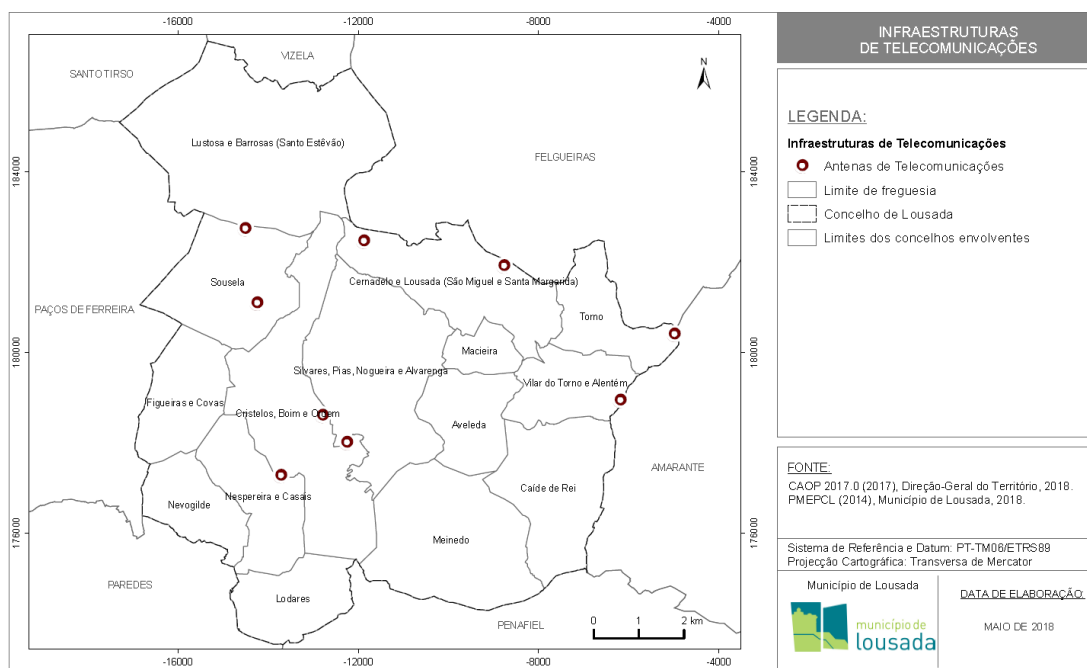


De referir, também a existência da Central de Valorização Energética de Biogás do Aterro Sanitário de Lustosa.

3.1.1.7 INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES

Relativamente à rede de telecomunicações do município de Lousada, no Mapa 7 indica-se a localização dos equipamentos de comunicações existentes no território concelhio, designadamente as antenas de telecomunicações.

Mapa 7: Infraestruturas de telecomunicações do município de Lousada



Ainda no âmbito da rede de telecomunicações do município de Lousada importa referir a existência no município das seguintes antenas de telecomunicações pertencente à NOS:

Quadro 11: Antenas de telecomunicações da NOS no município de Lousada

Código	Designação	Tecnologias	Estado
069N2	MOIMENTA	GSM/UMTS	Ao serviço
089N2	LOUSADA	GSM/UMTS	Ao serviço
509N3	CAIDE_REI_A11	GSM/UMTS	Em curso
251U2	NESPEREIRA	UMTS	Ao serviço

Fonte: PMEPL (2014); Município de Lousada, 2018.

Por último, relativamente às infraestruturas de telecomunicações importa referir que o Município não possui informação sobre eventuais antenas/repetidores das redes de emergência, bem como acerca de

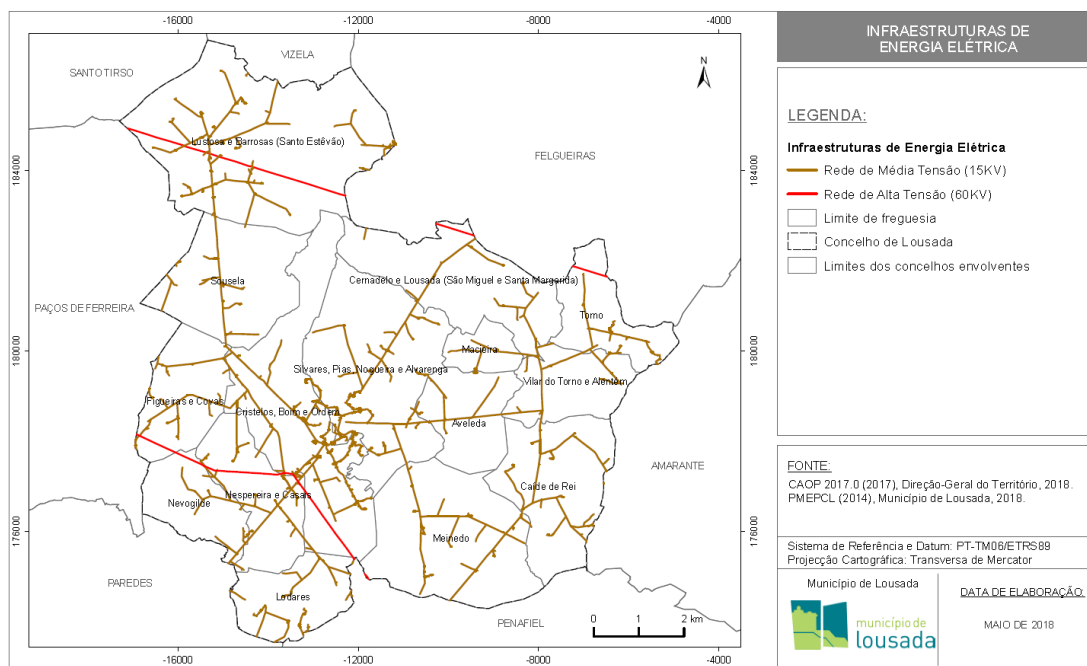
antenas associadas às redes de comunicações móveis, nem do grau de cobertura das redes de comunicação.

3.1.1.8 INFRAESTRUTURAS DE PRODUÇÃO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA E COMBUSTÍVEIS

3.1.1.8.1 INFRAESTRUTURAS DE ENERGIA ELÉTRICA

O município de Lousada é servido por linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em alta (tensão nominal igual ou superior a 60 kV) e em média tensão (tensão nominal inferior a 60 kV) da responsabilidade da EDP Distribuição - Energia S.A., que se encontram devidamente representada no Mapa 8.

Mapa 8: Infraestruturas de energia elétrica do município de Lousada

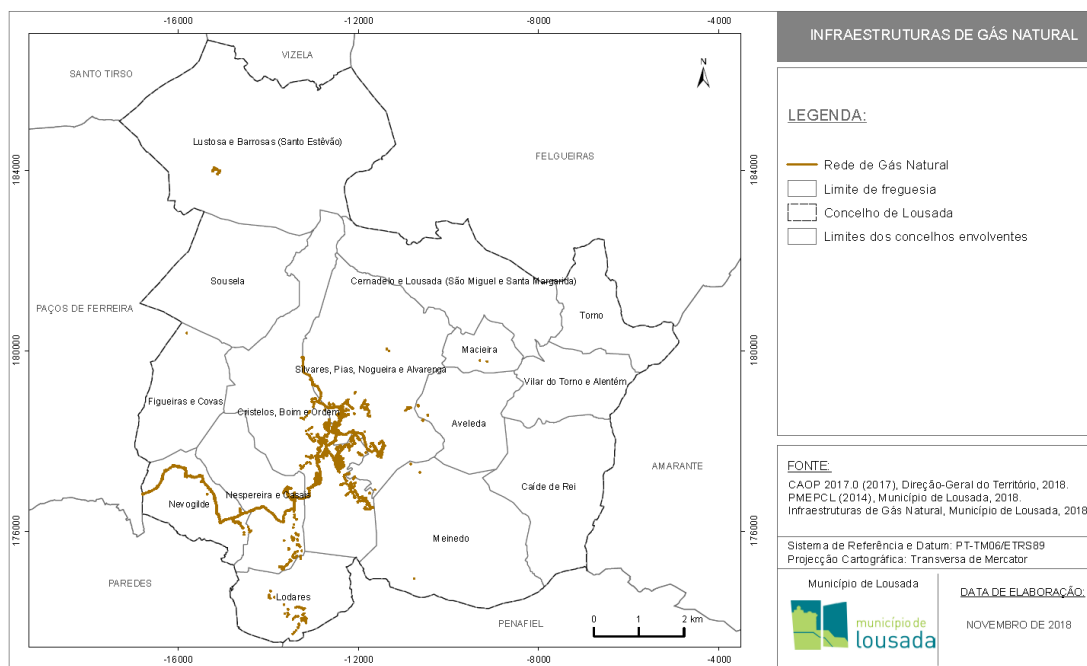


3.1.1.8.2 INFRAESTRUTURAS DE GÁS NATURAL

A EDP Gás é a empresa que possui a concessão de gás natural no concelho de Lousada e foi responsável pela construção da rede primária de gás natural no concelho, com a colocação da conduta e respetivos

ramais. Atualmente esta rede serve as freguesias de Lodares, Macieira, Nevogilde, União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão), União das freguesias de Nespereira e Casais e União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga (Mapa 9)

Mapa 9: Infraestruturas de gás natural do município de Lousada



3.1.1.8.3 POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

O conhecimento da localização geográfica dos postos de combustíveis existentes por parte dos agentes de proteção civil assume especial importância. Se por um lado são um local de elevado risco devido às características inflamáveis dos combustíveis por outro são essenciais como recurso indispensável para a movimentação das viaturas da própria proteção civil.

No município de Lousada existem catorze postos de abastecimento de combustível (Quadro 12).

Quadro 12: Postos de abastecimento de combustível no município de Lousada

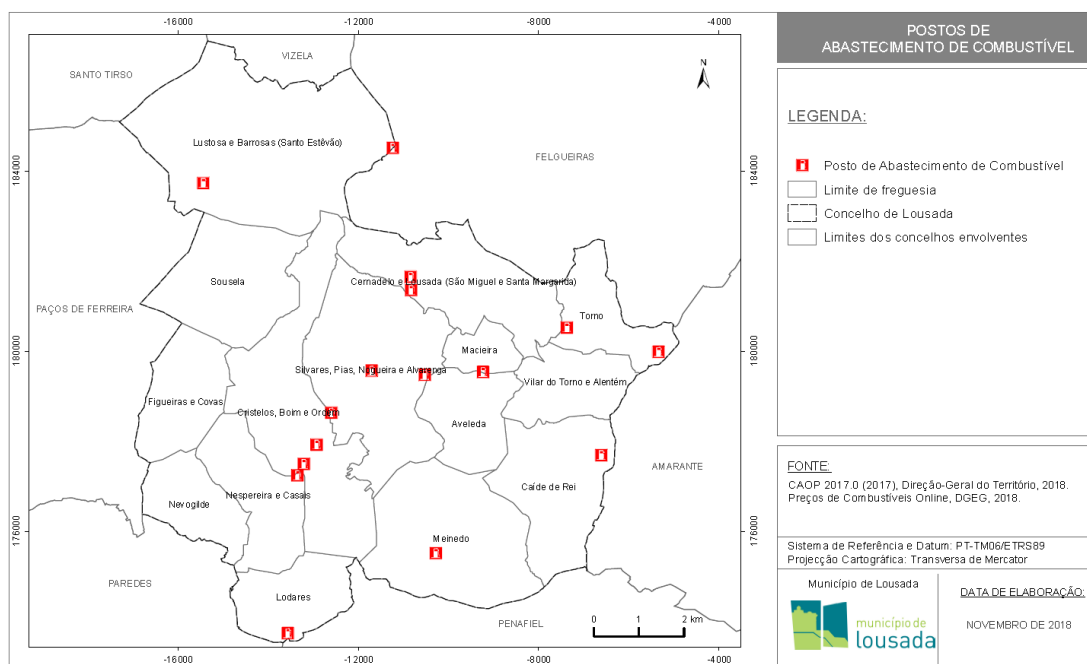
Empresa	Morada	Freguesia
E. LECLERC Lousada	Estrada Nacional 106 - Km1, 2120D Boim	União das freguesias de Nespereira e Casais

Empresa	Morada	Freguesia
Pingo Doce Lousada	Rua de Santo André, Lugar das Arcas	União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem
PETRO Estrada Real, Lda	Av Estrada Real, 451 (Km 44,95)	Torno
PETRO São Gonçalo	Av. de S. Gonçalo nº 246	Macieira
PETRO CARRO CHEIO, Supermercado, Lda.	Avenida da Sobreira, Nº959	Caíde de Rei
E.S. Sequeiros	EN 106 Km 2,5	Lodares
AB de Torno	Lugar de Moinhos	Torno
AB de Barrosas	Rua Alto do Vaz	União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)
E.S. Lousada	Praça da República	União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Leão & Companhia, Lda. - Posto de Combustíveis de Lustosa	Rua de Pombal nº 160	União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)
TFGEST - Lousada	Lugar da Coutada	União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
CHAMAUTO, Lda.	EN 108, Arcas	União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem
A11 Felgueiras/Lousada (Nascente)	Sublanço: Nó de Felgueiras (Rande) / Nó de Lousada (IC25)	União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)
A11 Felgueiras Lousada (Poente)	Sublanço: Nó de Felgueiras (Rande) / Nó de Lousada (IC25)	União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida)
BP Nogueira Lousada	EN 207 Km 87,4	União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga
Posto Meinedo	Avenida Magneto, nº980	Meinedo

Fonte: Preços de Combustíveis Online - Direcção-Geral de Energia e Geologia, 2018.

Estes encontram-se distribuídos pela União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga (3 postos de combustível), Torno (2 postos de combustível), União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida) (2 postos de combustível), União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem (2 postos de combustível), União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão) (2 postos de combustível), Caíde de Rei (1 posto de combustível), Lodares (1 posto de combustível), Macieira (1 posto de combustível), Meinedo (1 posto de combustível) e União das freguesias de Nespereira e Casais (1 posto de combustível) (Mapa 10).

Mapa 10: Postos de abastecimento de combustível do município de Lousada

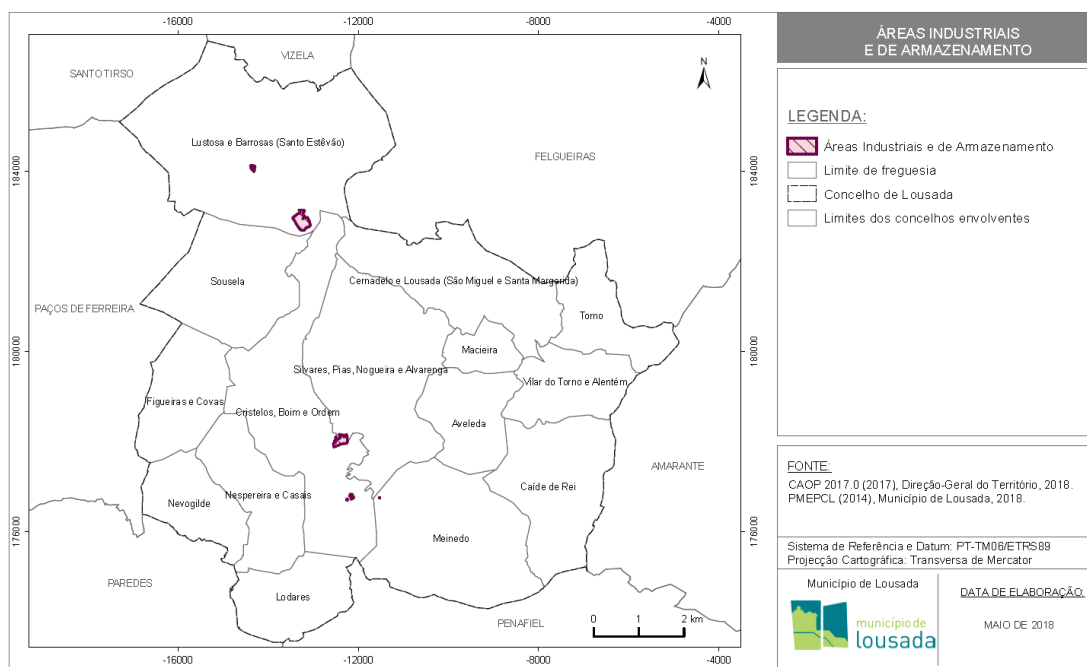


3.1.1.9 ÁREAS INDUSTRIAIS E DE ARMAZENAMENTO

3.1.1.9.1 ÁREAS INDUSTRIAIS E DE ARMAZENAMENTO

Os parques industriais e zonas industriais atualmente existentes no município de Lousada estão apresentados no Mapa 11. Estes encontram-se distribuídos pelas freguesias de Meinedo, União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão) e União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. Na medida em que se verifica, de um modo geral, a existência de boas acessibilidades para os parques industriais e zonas industriais, o tempo de resposta por parte das forças de intervenção deverá ser relativamente curto em caso de incêndio industrial ou outro sinistro.

Mapa 11: Áreas industriais e de armazenamento no município de Lousada



3.1.1.9.2 ESTABELECIMENTOS COM LICENÇA AMBIENTAL

A licença ambiental, de acordo com a alínea i) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 173/2007, de 26 de agosto, diz respeito à decisão escrita que visa garantir a prevenção e o controlo integrados da poluição proveniente das instalações abrangidas pelo referido diploma, estabelecendo as medidas destinadas a evitar, ou quando tal não for possível, a reduzir as emissões para o ar, água e solo, a produção de resíduos e a poluição sonora, constituindo condição necessária da exploração dessas instalações.

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) é a autoridade competente para a licença ambiental. Esta é atribuída ao operador de uma instalação de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP), nos termos do Decreto-Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto (diploma PCIP).

No município de Lousada verifica a existência de um operador possuidor de licença ambiental, designadamente:

Quadro 13: Estabelecimentos com licença ambiental no município de Lousada

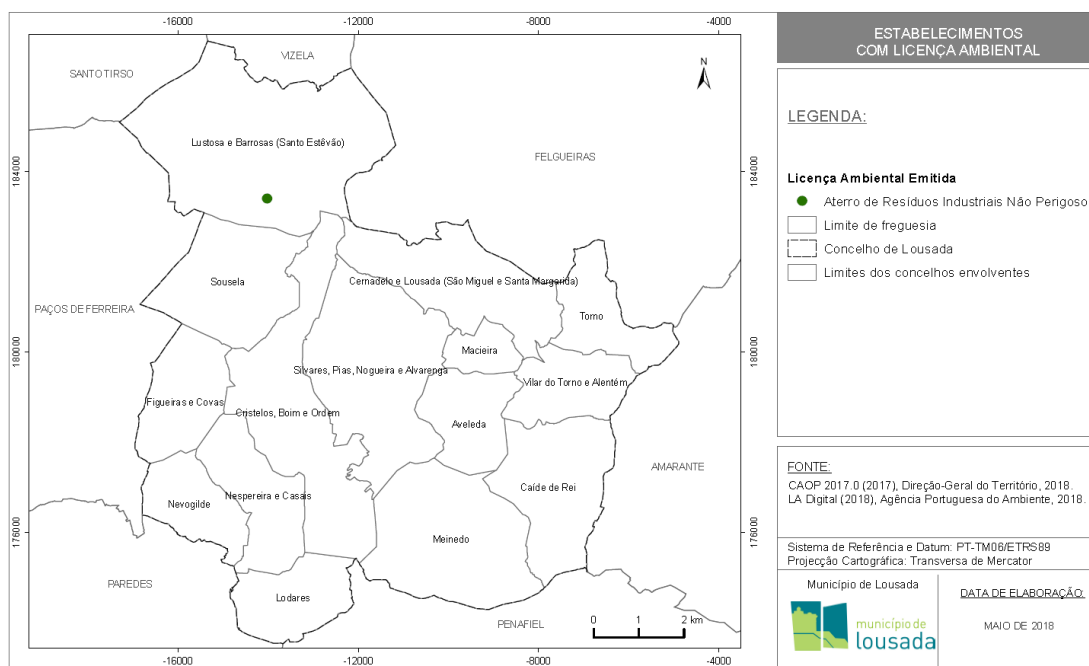
Estabelecimentos com Licença Ambiental	
Operador	RIMA – Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A.
Licença Ambiental	LA nº 683/1.0/2017

Estabelecimentos com Licença Ambiental	
Instalação	Aterro de Resíduos Industriais não Perigosos de Lustosa
Freguesia	União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)
Atividade	Deposição de resíduos em aterro. Incluída na categoria 5.4 do Anexo I do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de Agosto e Declaração de Retificação n.º 45-A/2013, de 29 de outubro, e classificada com a CAERev.3 n.º 38212 (Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos) e de acordo com as condições fixadas no presente documento.
Validade	05/09/2025

Fonte: LA Digital; 2018.

A localização do Aterro de Resíduos Industriais não Perigosos de Lustosa encontra-se evidenciada no Mapa 12.

Mapa 12: Estabelecimentos com licença ambiental no município de Lousada



3.1.1.9.3 ESTABELECIMENTOS ABRANGIDOS PELO DECRETO-LEI N.º 150/2015, DE 5 DE AGOSTO

O Decreto-Lei 150/2015, de 05 de agosto, aplica-se a todos os estabelecimentos onde estejam presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores às indicadas na coluna 2 das partes 1 (Substâncias Designadas) e 2 (Categorias de substâncias ou preparações não designadas

especificamente na Parte 1) do Anexo I do referido diploma ou a aplicação da regra da adição prevista na nota 4 do mesmo anexo assim o determine.

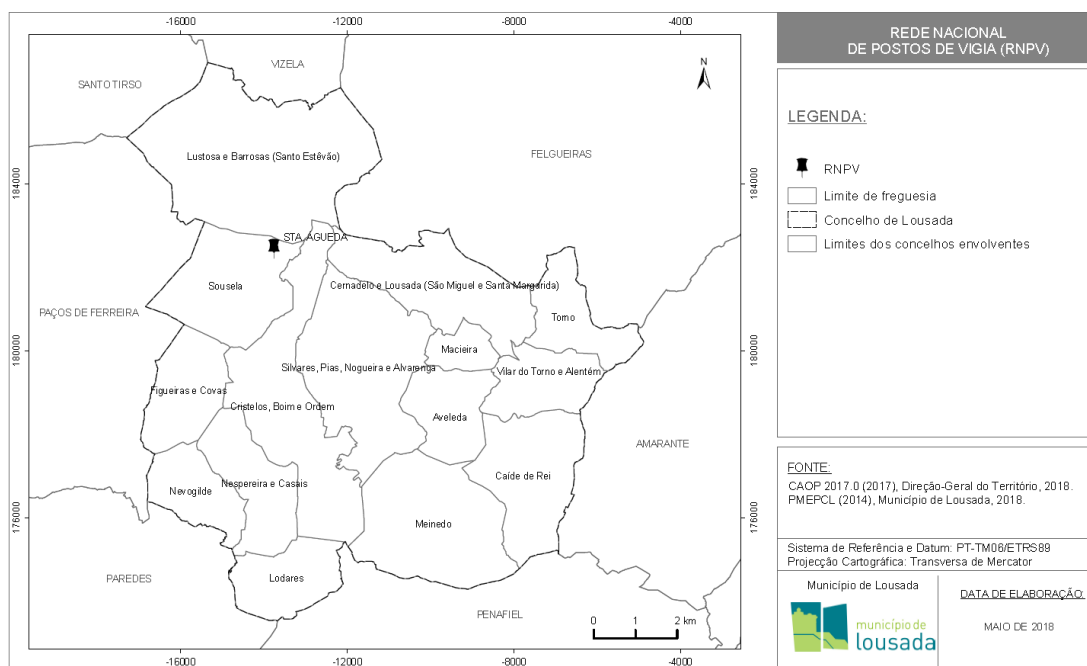
No concelho de Lousada não existe nenhum estabelecimento abrangido pelo nível inferior de perigosidade, nem pelo nível superior de perigosidade do Decreto-Lei 150/2015, de 05 de agosto.

3.1.1.10 OUTRAS INFRAESTRUTURAS

3.1.1.10.1 POSTOS DE VIGIA

No concelho de Lousada existe um posto de vigia (Mapa 13), designadamente, o de Santa Águeda (PV 21-06) localizado na freguesia de Sousela.

Mapa 13: Postos de vigia do município de Lousada



3.1.1.10.2 REDE DE PONTOS DE ÁGUA

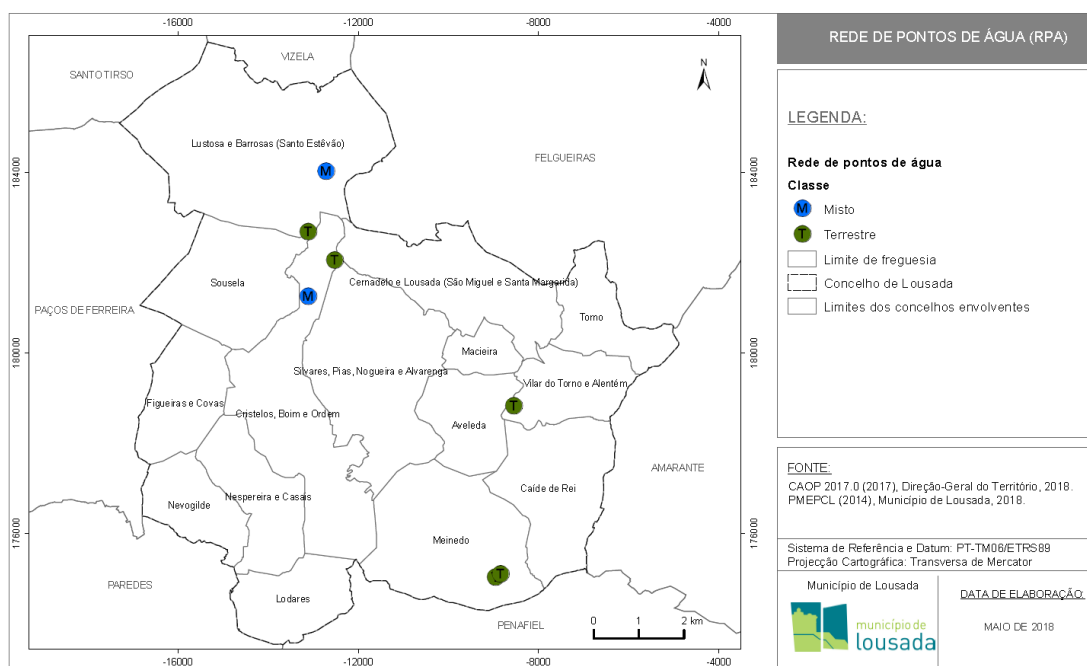
Os pontos de água são “equipamentos integrados em redes locais, municipais e regionais e a definição de normas técnicas e funcionais relativas à sua classificação, cadastro, construção, manutenção e

sinalização constitui um aspeto fundamental para a sua utilização eficiente e para a segurança dos agentes da defesa da floresta contra incêndios (DFCI)”. Assim sendo, pontos de água são “quaisquer massas de água estrategicamente localizadas e permanentemente disponíveis para a utilização nas atividades de DFCI através de bombas, queda gravítica, veículos terrestres, meios aéreos ou outros, subdividindo-se em estruturas de armazenamento de água, planos de água e tomadas de água” (Portaria nº133/2007, de 26 de janeiro).

A RPA do concelho de Lousada está espacializada no Mapa 14. Atualmente encontram-se identificados sete pontos de água, sendo dois deles de acesso misto, ou seja com acesso a meios aéreos e terrestres, os restantes são de acesso terrestre. Para além destes pontos de água, existem hidrantes públicos e privados que podem ser utilizados, bem como tanques de rega privados.

Todos os pontos de água identificados estão operacionais. No entanto é conveniente que seja verificada a operacionalidade dos mesmos antes do período crítico.

Mapa 14: Rede de pontos de água do município de Lousada



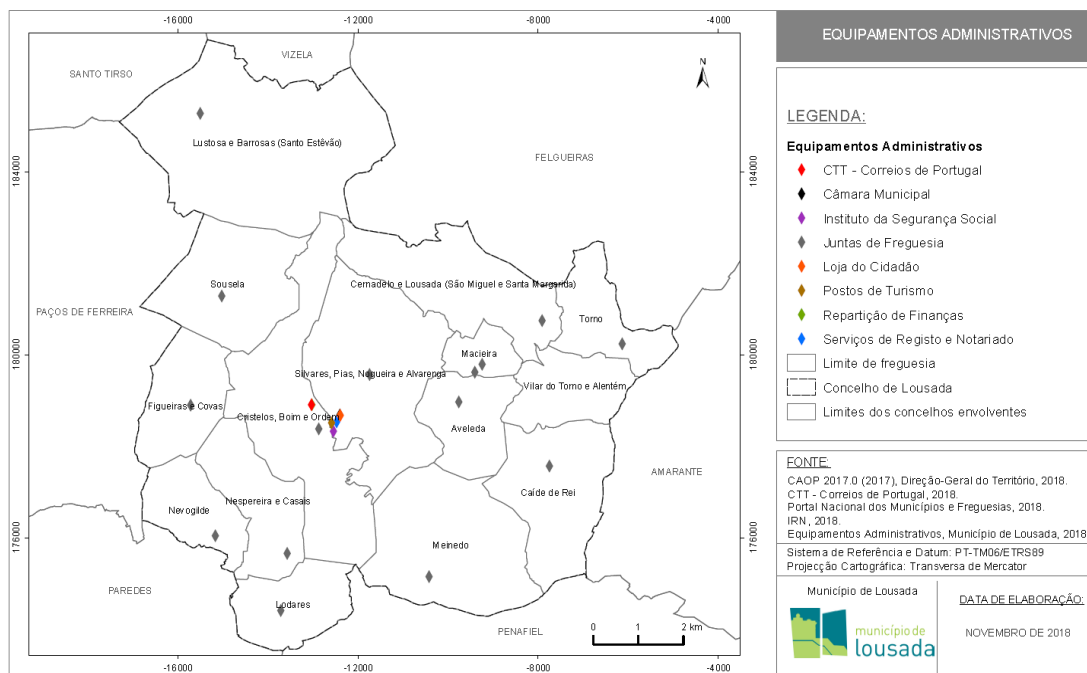
3.1.2 EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA

3.1.2.1 EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS

Ao nível dos equipamentos administrativos presentes no município de Lousada destaca-se a Câmara Municipal de Lousada, os serviços de finanças, segurança social e as juntas de freguesia (Mapa 15).

Da mesma forma os equipamentos administrativos surgem como recursos de abrigo a populações em risco e eles próprios como locais de maior afluência populacional e como tal passíveis da ação de proteção civil.

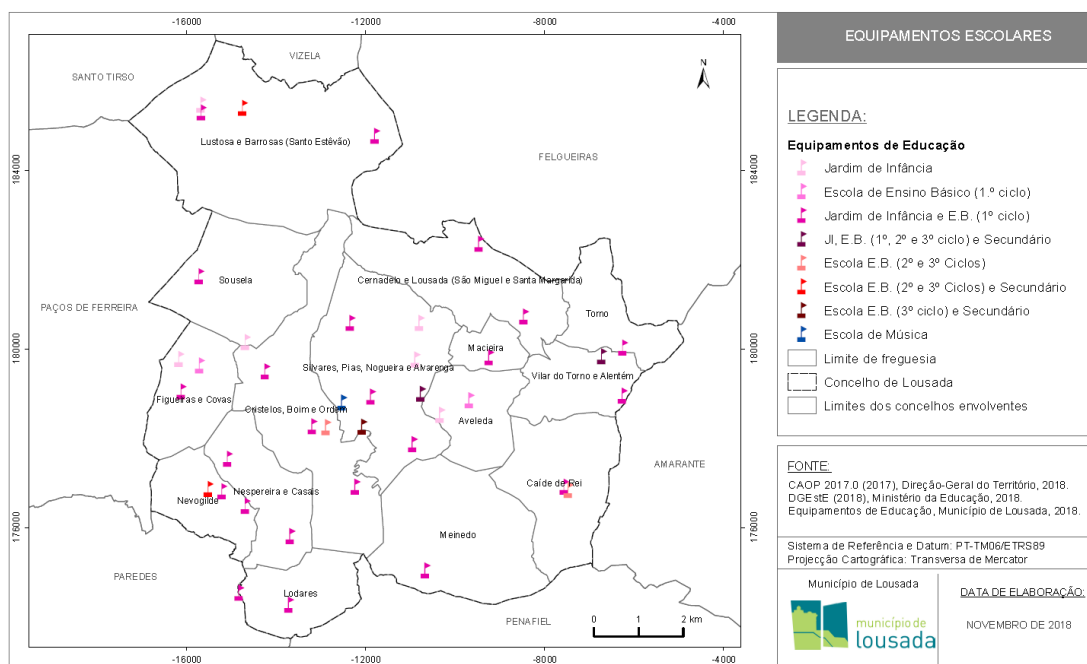
Mapa 15: Equipamentos administrativos do município de Lousada



3.1.2.2 EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

A rede de equipamentos de ensino do município de Lousada é composta estabelecimentos de ensino destinados ao ensino pré-escolar, ao ensino básico e ao ensino secundário. Relativamente à distribuição dos estabelecimentos de ensino, atendendo ao Mapa 16, estes encontram-se distribuídos por todo o território concelhio.

Mapa 16: Equipamentos de ensino no município de Lousada

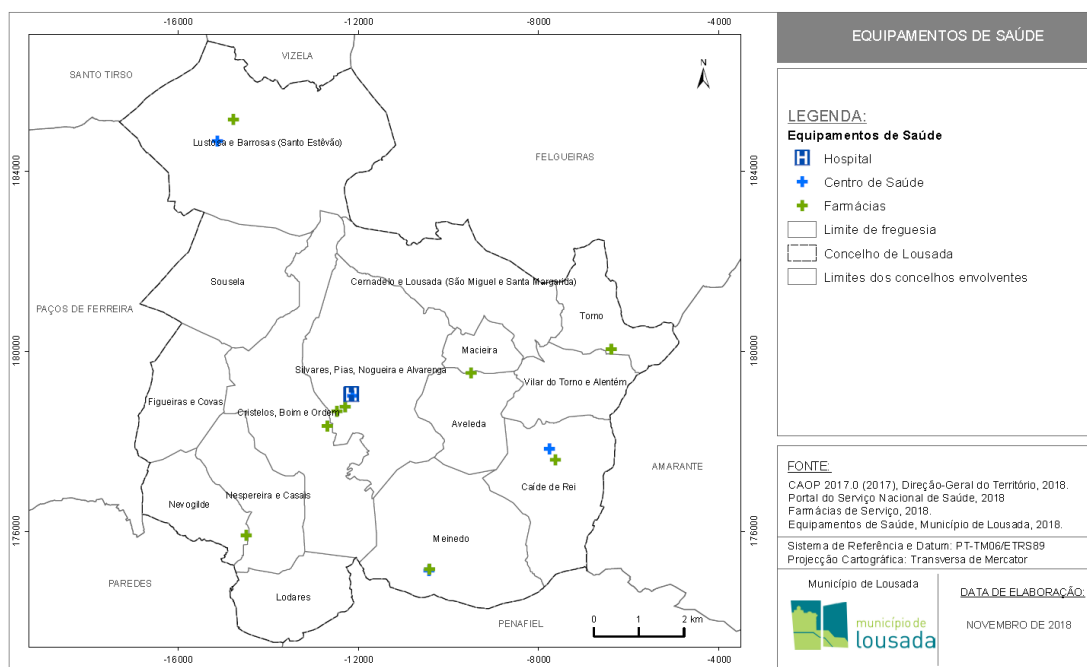


3.1.2.3 EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

Ao nível dos serviços de saúde, Lousada integra o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Tâmega III - Vale do Sousa Norte que dispõe, no concelho, das seguintes unidades funcionais (Mapa 17): Centro de Saúde Lousada; Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) Caíde/Meinedo - Polo Meinedo; UCSP Caíde/Meinedo - Polo Caíde e UCSP Lousada II - Polo Lustosa.

O Hospital de referência é o Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E., sito no Lugar do Tapadinho, em Guilhufe (Penafiel), no entanto verifica-se a existência, no município, do Hospital da Misericórdia de Lousada (Mapa 17). Para além dos equipamentos que disponibilizam serviços de saúde para a população estão também disponíveis 9 farmácias no município de Lousada (Mapa 17).

Mapa 17: Equipamentos de saúde do município de Lousada

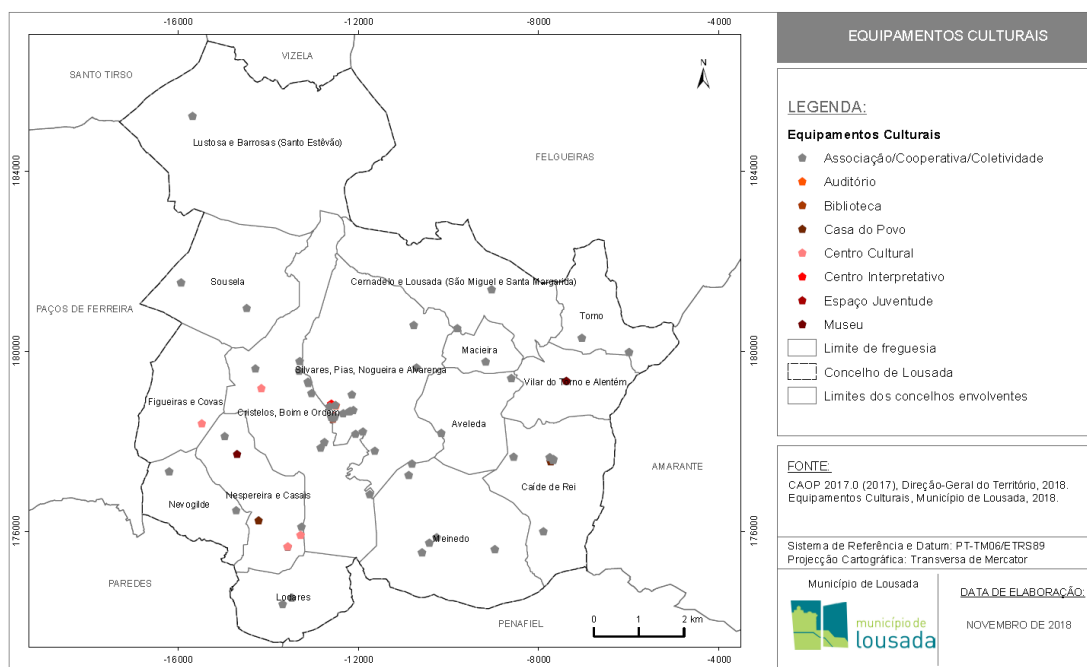


3.1.2.4 EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Os principais equipamentos culturais existentes no município de Lousada são o Auditório Municipal de Lousada, a Biblioteca Municipal de Lousada, a Casa Museu de Vilar, o Centro Cultural e Desportivo da Ordem, o Centro Cultural e Desportivo de Nespereira, o Centro Cultural e Recreativo de Covas, o Centro Cultural, Recreativo e Desportivo “Águias de Figueiras”, o Centro de Interpretação do Românico, o Espaço Artes Juventude e Europa e o Museu Vivo Engenho do Linho, cuja localização se encontra evidenciada no Mapa 18.

De referir, ainda, a existência em Lousada de um conjunto de associações, cooperativas e coletividades, conforme exposto no Mapa 18.

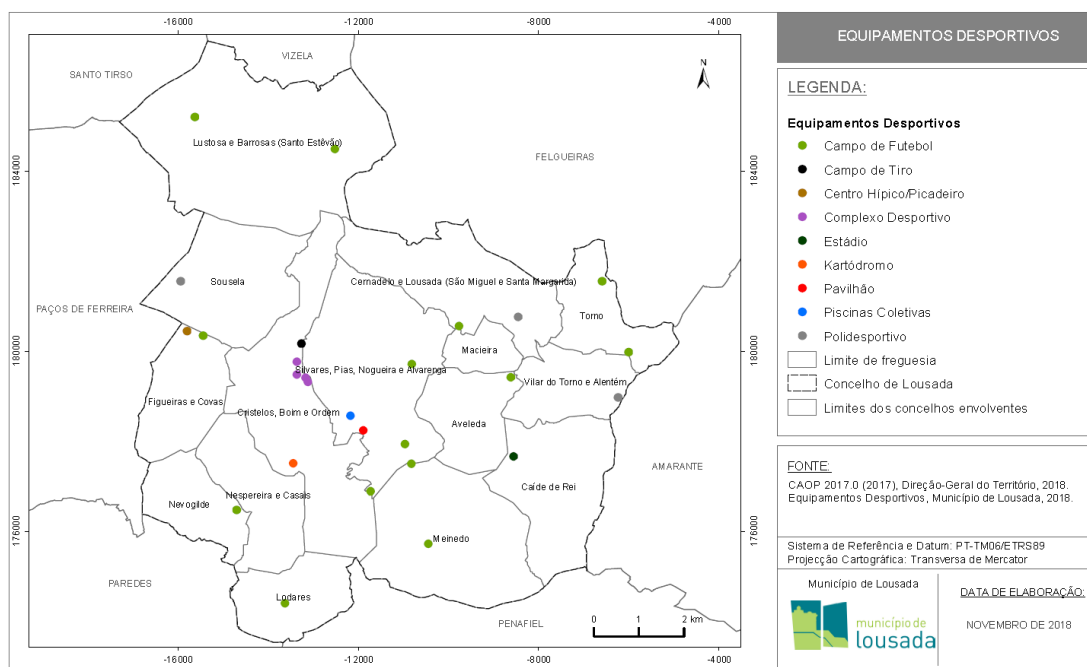
Mapa 18: Equipamentos culturais do município de Lousada



3.1.2.5 EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Quanto aos equipamentos desportivos, importa referir que nos últimos anos, em Lousada, foi empreendido um grande esforço no aumento da rede de infraestruturas desportivas, bem como na promoção e desenvolvimento do desporto e da atividade física. Assim, atendendo ao Mapa 20 verifica-se que Lousada é servida por um conjunto bastante diversificado de equipamentos desportivos, encontrando-se estes distribuídos por todo o município.

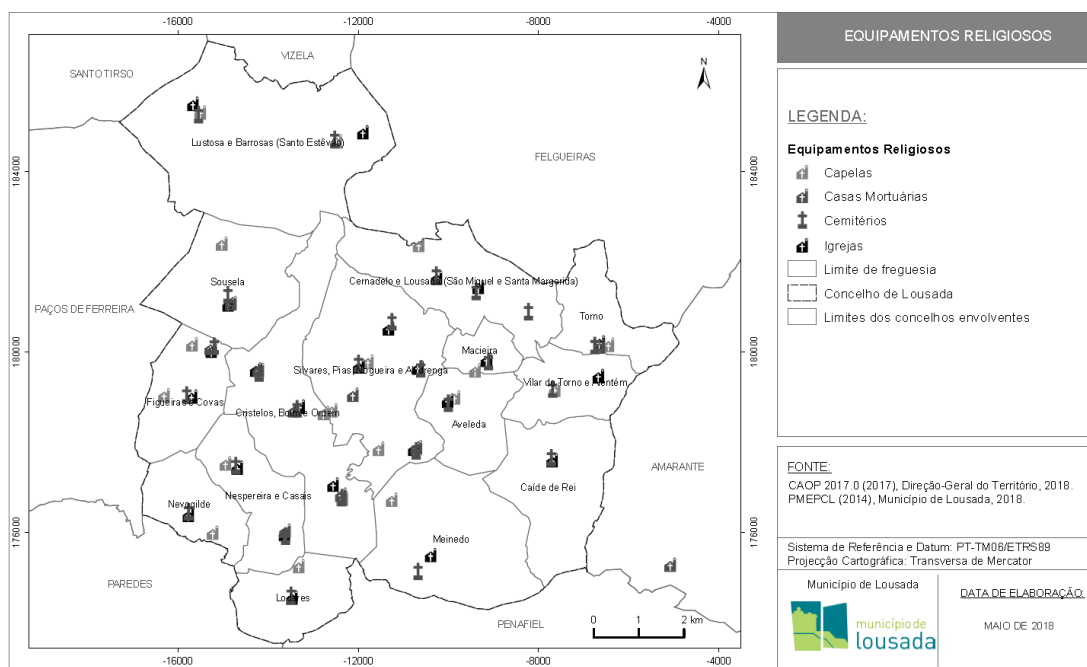
Mapa 19: Equipamentos desportivos do município de Lousada



3.1.2.6 EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS

Por último, mas não menos importantes, os equipamentos religiosos, que para além de constituírem parte da riqueza arquitetónica de Lousada são um local onde poderão estar concentrados, um elevado número de indivíduos. São vários os equipamentos religiosos existentes no território concelhio, desde igrejas, capelas e santuários. Relativamente à distribuição dos equipamentos religiosos, verifica-se a existência de pelo menos um equipamento religioso em todas as freguesias do município (Mapa 20).

Mapa 20: Equipamentos religiosos do município de Lousada



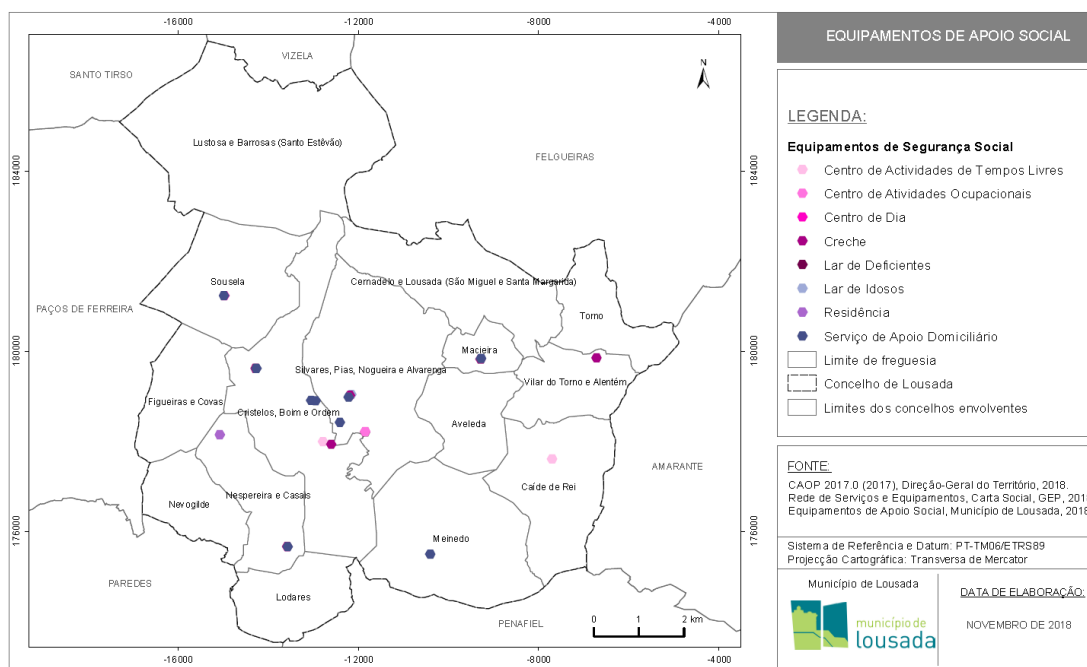
3.1.2.7 EQUIPAMENTOS DE APOIO SOCIAL

Considera-se equipamento social toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem diretamente junto dos utentes (CARTA SOCIAL, 2009).

Os equipamentos de apoio social aos idosos existentes em Lousada encontram-se distribuídos pela

União de freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga (8 equipamentos), União de freguesias de Nespereira e Casais (4 equipamentos), Macieira (3 equipamentos), Sousela (3 equipamentos), União de freguesias de Lustosa e Barrosas Santo Estêvão (3 equipamentos), União de freguesias de Cristelo, Boim e Ordem (2 equipamentos), Caíde de Rei (1 equipamento), Meinedo (1 equipamento) e União de freguesias de Vilar do Torno e Alentém (1 equipamento).

Mapa 21: Equipamentos de apoio social no município de Lousada



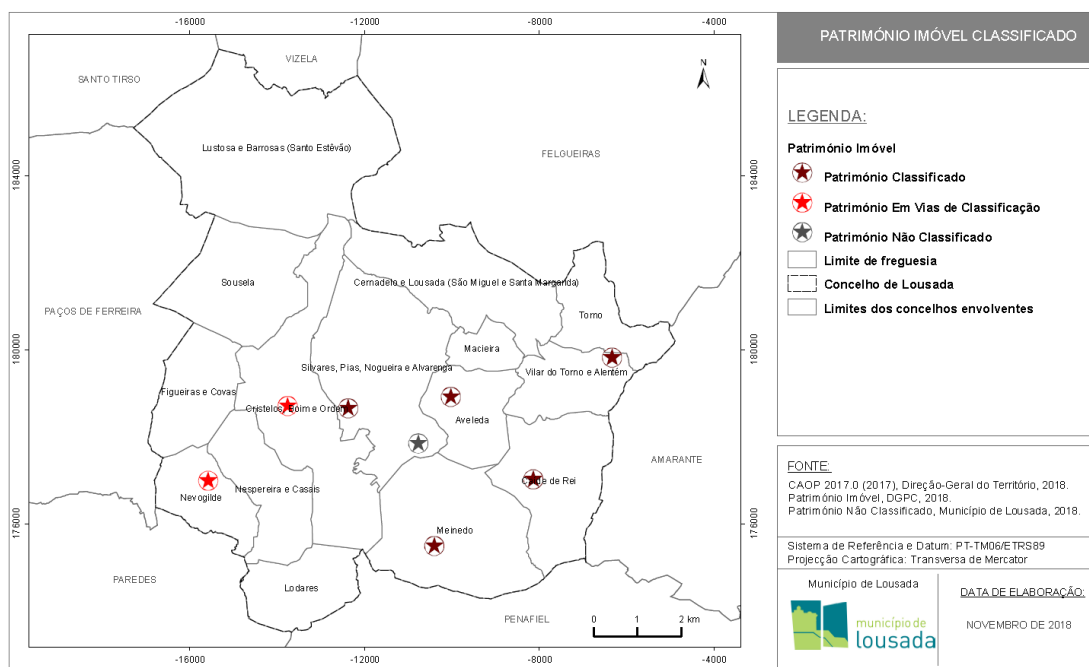
3.1.3 PATRIMÓNIO

3.1.3.1 4.4.1. PATRIMÓNIO IMÓVEL

Em Lousada existem cinco bens imóveis classificados, um classificado como Monumento Nacional (MN) e os restantes como Imóveis de Interesse Público (IIP). Para além destes, outros dois encontram-se “em vias de classificação”.

Em termos de distribuição espacial, os 5 monumentos classificados no município de Lousada encontram-se distribuídos pelas freguesias de Aveleda, Caíde de Rei, Meinedo, União das freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga e Vilar do Torno e Alentém, conforme demonstra o Mapa 22. Os monumentos em vias de classificação encontram-se distribuídos pelas freguesias de Nevogilde e União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem.

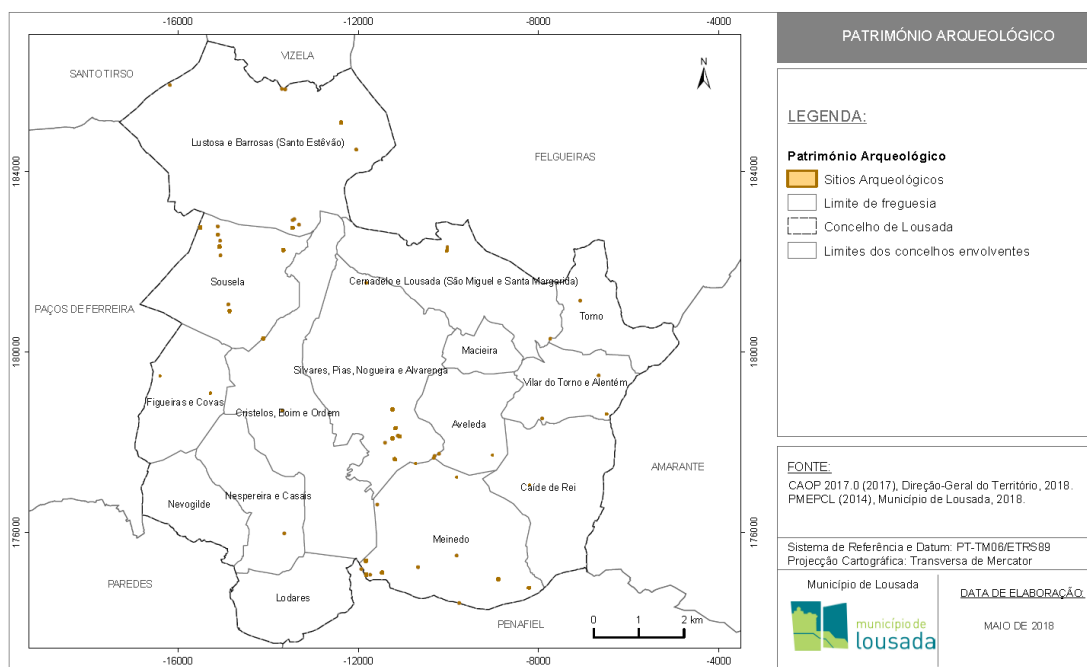
Mapa 22: Património imóvel classificado e em vias de classificação no município de Lousada



3.1.3.2 4.4.2. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

O apresenta os sítios arqueológicos existentes no município de Lousada, também eles com necessidade de proteção acrescida pela importância que representam para a população e memória coletiva.

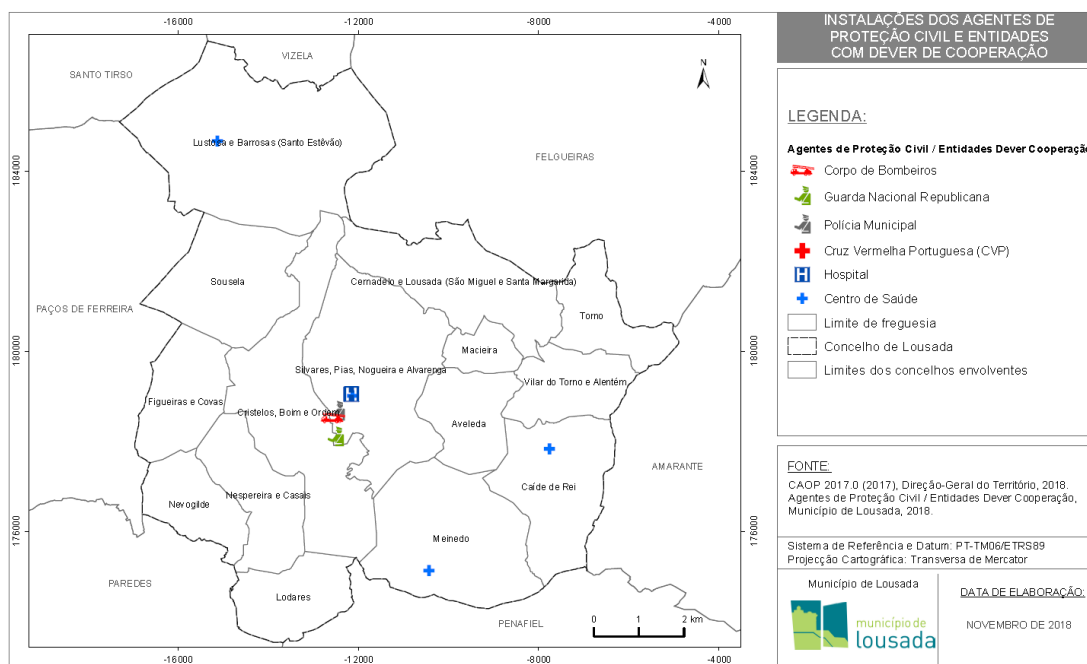
Mapa 23: Sítios arqueológicos no município de Lousada



3.1.4 INSTALAÇÕES DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL / ENTIDADES COM DEVER DE COOPERAÇÃO

As instalações dos agentes de proteção civil / entidades com dever de cooperação assumem uma importância extrema perante uma situação de acidente grave ou catástrofe. Neste sentido, encontram-se identificadas no Mapa 24 as instalações dos agentes de proteção civil / entidades com dever de cooperação de Lousada, designadamente, as forças de segurança, os corpos de bombeiros e os equipamentos de saúde.

Mapa 24: Instalações dos agentes de proteção civil no município de Lousada

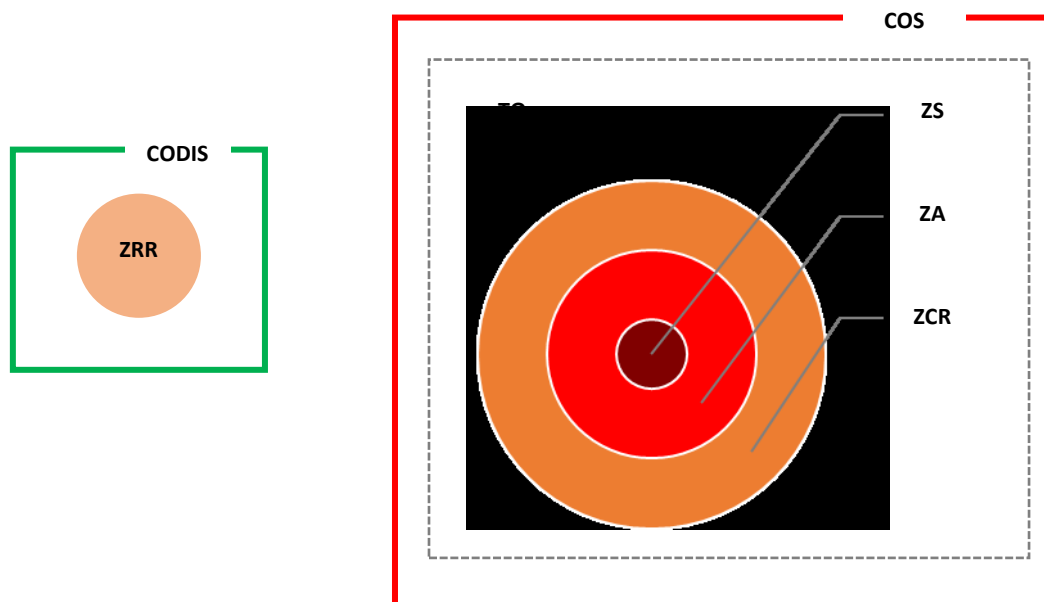


3.2 ZONAS DE INTERVENÇÃO

A resposta operacional desenvolve-se numa área do território que pode conter **zonas de intervenção** (ZI). Em função das informações obtidas através das ações de reconhecimento e avaliação técnica e operacional, a delimitação geográfica inicial da ZI poderá ser alterada.

As ZI caracterizam-se como áreas de configuração e amplitude variáveis e adaptadas às circunstâncias e condições do tipo de ocorrência, compreendendo as **zonas de sinistro** (ZS), **zonas de apoio** (ZA), **zonas de concentração e reserva** (ZCR) e **zona de receção de reforços** (ZRR).

Figura 4: Delimitação das zonas de intervenção³



3.2.1 ZONAS DE CONCENTRAÇÃO E RESERVA (ZCR)

Como já foi mencionado, as **ZCR** são zonas do onde se localizam temporariamente os meios e recursos disponíveis sem missão imediata atribuída, a reserva estratégica, e onde se mantém o sistema de apoio logístico às forças, sob gestão da Célula de Logística.

As áreas da ZCR consideradas necessárias ao tipo e dimensão da ocorrência, são propostas pelo Oficial de Logística ao COS, que decide sobre a sua implementação. São áreas da ZCR (n.º 2 do artigo 30.º do Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de abril):

³ Zona de Sinistro (ZS) é a superfície na qual se desenvolve a ocorrência, de acesso restrito, onde se encontram os meios necessários à intervenção direta e com missão atribuída, sob responsabilidade do Comandante de Operações de Socorro (COS);

Zona de Apoio (ZA) é uma zona adjacente à ZS, de acesso condicionado, onde se concentram os meios de apoio e logísticos estritamente necessários ao suporte dos meios em operação e onde se estacionam meios de intervenção para resposta imediata;

Zona de Concentração e Reserva (ZCR) é uma zona do TO, onde se localizam temporariamente meios e recursos disponíveis sem missão imediata e nas quais se mantém um sistema de apoio logístico às forças;

Zona de Receção de Reforços (ZRR) é uma zona de controlo e apoio logístico, sob a responsabilidade do comandante operacional distrital da área onde se desenvolve o sinistro, para onde se dirigem os meios de reforço atribuídos pelo CCON antes de atingirem a ZCR no TO.

Quadro 14: Áreas das ZCR (Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de abril)

Área	Descrição
Área de reserva	Local ou locais onde se localizam os meios e recursos sem missão imediata atribuída e que constituem a reserva estratégica sob a gestão da CELOG.
Área de reabastecimento	Local ou locais onde se realizam as operações de reabastecimento de combustíveis, água, equipamentos, consumíveis e outros considerados necessários ao suporte da ocorrência.
Área de alimentação	Local ou locais onde se procede à alimentação das forças e/ou preparação das refeições para distribuição aos meios em intervenção na ZS.
Área de descanso e higiene	Local ou locais onde se asseguram as condições de descanso e higiene aos operacionais.
Área de apoio sanitário	Local ou locais onde é instalado o apoio sanitário aos operacionais envolvidos na ocorrência.
Área de manutenção	Local ou locais onde se providencia a manutenção dos equipamentos.
Área médica	Local ou locais para instalação do Posto Médico Avançado (PMA) e/ou outras estruturas de assistência pré hospitalar no TO.

Os responsáveis pelas áreas da ZCR reportam diretamente ao oficial de logística. No concelho de Lousada poderão ser utilizados como ZCR, os seguintes locais:

Quadro 15: ZCR do município de Lousada

Designação	Local	Coordenadas (WGS84)	
		Latitude	Longitude
Bombeiros Voluntários de Lousada	Rua Bombeiros Voluntários, 52	41°16'38.93"N	8°17'3.04"W
GNR - Posto Territorial de Lousada	Parque Industrial Pinheiro Novo	41°16'25.09"N	8°16'56.99"W
Parque Industrial de Boim	União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	41°15'36.42"N	8°16'41.26"W
Parque Industrial de Lustosa	União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)	41°18'54.77"N	8°17'29.24"W
Parque Industrial de Silvares	União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	41°16'16.45"N	8°16'51.36"W
Zona Industrial de Lustosa	União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão)	41°19'32.43"N	8°18'14.97"W

A distribuição espacial das ZCR encontra-se evidenciada no Mapa 25.

3.3 MOBILIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE MEIOS

Uma vez ativado o PMEPCl, a mobilização de meios deverá ser efetuada com recursos a meios públicos e/ou privados existentes no município, que atuarão de acordo com as prioridades identificadas nas áreas de intervenção. Os critérios fundamentais para a mobilização rápida, eficiente e ponderada de meios e recursos, são os seguintes:

- Serão utilizados os meios e recursos adequados ao objetivo, não excedendo o estritamente necessário;
- Será dada preferência à utilização de meios e recursos públicos (ou detidos por entidades com as quais tenha sido celebrado protocolo de utilização) sobre a utilização de meios e recursos privados;
- Será dada preferência à utilização de meios e recursos detidos por entidades com as quais tenha sido celebrado protocolo de utilização, sobre a utilização de meios e recursos privados;
- A utilização de meios e recursos será determinada segundo critérios de proximidade e de disponibilidade.

Por outro lado, o PCMun é autónomo para a gestão dos meios existentes a nível municipal, assim como para a gestão dos meios de reforço que lhes forem atribuídos pelo nível distrital. Os pedidos de reforço de meios só são considerados válidos quando apresentados pela cadeia de comando municipal.

Os meios e recursos⁴ pertencentes aos agentes de proteção civil e às entidades com dever de cooperação serão colocados à disposição do PCMun que fará a gestão destes de acordo com as necessidades. A requisição de recursos e equipamentos, para as atividades de proteção civil inerentes à ativação do PMEPCl, deverá ser feita através do modelo de requisição constante na Parte III do presente Plano.

Sempre que for ativado um estado de alerta especial para o SIOPS observa-se o incremento do grau de prontidão das organizações integrantes do SIOPS com vista a intensificar as ações preparatórias para as tarefas de supressão ou mitigação das ocorrências, de acordo com o Quadro 17.

⁴ O inventário dos meios e recursos encontra-se na Parte III deste Plano (Inventário de Meios e Recursos).

Quadro 17: Grau de prontidão e de mobilização

Nível	Grau de Prontidão	Grau de Mobilização (%)
Vermelho	Até doze horas	100
Laranja	Até seis horas	50
Amarelo	Até duas horas	25
Azul	Imediato	10

3.4 NOTIFICAÇÃO OPERACIONAL

O SMPC de Lousada tem acesso a um conjunto de sistemas de monitorização, quer de modo direto, quer através de informação proveniente do patamar distrital.

Aquando da receção de informação acerca da iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, a SMPC difunde informação aos elementos da CMPC, à autoridade política de proteção civil (Presidente da Câmara), agentes de proteção civil e restantes entidades com dever de cooperação considerados pertinentes face à tipologia da ocorrência que desencadeou o referido estado de alerta e considerando a gravidade e dimensão da ocorrência.

No caso da ativação do PMEPL, a informação pertinente será disseminada periodicamente a todas as entidades intervenientes pelos meios considerados mais apropriados (rede telefónica, fax, correio eletrónico, mensagem escrita, etc.) face à natureza da ocorrência. De acordo com a tipologia de risco os mecanismos de notificação operacional são os constantes no quadro seguinte:

Quadro 18: Mecanismos de notificação operacional às entidades intervenientes

Tipologia	Riscos	Comunicados	Telemóvel ou Telefone fixo	Fax	Correio Eletrónico	Notificação SMS
Riscos Naturais	Movimentos de Massa	X	X	X	X	X
	Cheias e Inundações	X	X	X	X	X
	Ondas de Calor	X				
	Vagas de Frio	X				
Riscos Mistos	Erosão Hídrica dos Solos	X				
	Incêndios Florestais	X	X	X	X	X
Riscos Tecnológicos	Acidentes rodoviários	X	X	X	X	X
	Acidentes em estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos	X	X	X	X	X
	Incêndios urbanos	X	X	X	X	X
	Acidentes industriais que envolvam substâncias perigosas	X	X	X	X	X
	Acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas	X	X	X	X	X
	Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas	X	X	X	X	X

4 ÁREAS DE INTERVENÇÃO

A organização da resposta assenta em diversas áreas de intervenção específicas, destinadas a enquadrar as principais medidas a adotar no âmbito territorial do plano (Figura 5).

Figura 5: Áreas de intervenção básicas do PMEPCl



Para cada uma das áreas de intervenção, neste capítulo do PMEPCl encontram-se identificadas, as entidades e as responsabilidades específicas aplicáveis face a um acidente grave ou catástrofe, nomeadamente:

- A estrutura de coordenação (incluindo responsável e substituto);
- As entidades intervenientes;
- As prioridades de ação;
- Os procedimentos/instruções de coordenação.

No quadro seguinte apresenta-se a esquematização das entidades com responsabilidades específicas em cada uma das áreas de intervenção.

Quadro 19: Esquematização das entidades envolvidas em cada área de intervenção do PMEPC

Áreas de Intervenção		Entidade Coordenadora	Entidades Intervenientes
Gestão Administrativa e Financeira		Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Lousada	<ul style="list-style-type: none"> Agentes de proteção civil; Entidades com dever de cooperação; Câmara Municipal de Lousada; Juntas de Freguesia; Fornecedores públicos ou privados de equipamentos e outros bens materiais necessários.
Reconhecimento e Avaliação	ERAS	Posto de Comando Municipal (PCMun)	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal de Lousada; Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada.
	EAT	Posto de Comando Municipal (PCMun)	<ul style="list-style-type: none"> Câmara Municipal de Lousada; Entidades gestoras de infraestruturas de relevância operacional.
Logística	Apoio Logístico às Forças de Intervenção	Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Lousada	<ul style="list-style-type: none"> Agentes de proteção civil; Entidades com dever de cooperação; Câmara Municipal de Lousada; Juntas de Freguesia.
	Apoio Logístico às Populações	Câmara Municipal de Lousada (instalação); Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP) - Serviço Local de Segurança Social de Lousada (gestão global).	<ul style="list-style-type: none"> Juntas de Freguesia; Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada; GNR - Posto Territorial de Lousada; Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia; INEM, IP; Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE; ACES Tâmega III - Vale do Sousa Norte A.H.B.V. de Lousada; IPSS/IFSS do Concelho de Lousada; CVP - Delegação de Lustosa; Corpo Nacional de Escutas (CNE); PCI - Paramédicos de Catástrofe Internacional.

Áreas de Intervenção	Entidade Coordenadora	Entidades Intervenientes
Comunicações	Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) de Lousada.	<ul style="list-style-type: none"> Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada; GNR - Posto Territorial de Lousada; Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia; Autoridade Marítima Nacional (AMN) - Capitania do Porto do Douro; INEM, IP; Câmara Municipal de Lousada; Organizações de Radioamadores.
Informação Pública	Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Lousada	<ul style="list-style-type: none"> Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada; GNR - Posto Territorial de Lousada; Autoridade Marítima Nacional (ANM) - Capitania do Porto do Douro; Câmara Municipal de Lousada; Juntas de Freguesia (JF); Órgãos de comunicação social.

Áreas de Intervenção		Entidade Coordenadora	Entidades Intervenientes
Evacuação e/ou Confinamento		GNR - Posto Territorial de Lousada.	<ul style="list-style-type: none"> Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada; GNR - Posto Territorial de Lousada; Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia; Autoridade Marítima Nacional (AMN) - Capitania do Porto do Douro; INEM, IP; A.H.B.V. de Lousada; SEF - Direção Regional do Norte; ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Lousada; Infraestruturas de Portugal (IP) Comboios de Portugal (CP); Empresas públicas e privadas de transportes; Órgãos de comunicação social; CVP – Delegação de Lustosa; Corpo Nacional de Escutas (CNE); PCI - Paramédicos de Catástrofe Internacional; Câmara Municipal de Lousada.
Manutenção da Ordem Pública		GNR - Posto Territorial de Lousada.	<ul style="list-style-type: none"> Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia; Autoridade Marítima Nacional (AMN) - Capitania do Porto do Douro; Polícia Marítima – Comando Local do Douro PJ - Diretoria do Norte.
Serviços Médicos e Transporte de Vítimas	Emergência Médica	INEM, IP (na área do pré-hospitalar); Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE (na área hospitalar).	<ul style="list-style-type: none"> Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada; Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia; ACES Tâmega III - Vale do Sousa Norte; CVP - Delegação de Lustosa; PCI - Paramédicos de Catástrofe Internacional.

Áreas de Intervenção		Entidade Coordenadora	Entidades Intervenientes
	Apoio Psicológico	INEM, IP (apoio imediato); ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Lousada (apoio de continuidade).	<ul style="list-style-type: none"> Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada; GNR - Posto Territorial de Lousada; Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia; ACES Tâmega III - Vale do Sousa Norte; CVP - Delegação de Lustosa; PCI - Paramédicos de Catástrofe Internacional; Câmara Municipal de Lousada.
Socorro e Salvamento		Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) de Lousada.	<ul style="list-style-type: none"> Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada; GNR - Posto Territorial de Lousada; Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia; Autoridade Marítima Nacional (AMN) - Capitania do Porto do Douro; Polícia Marítima – Comando Local do Douro; INEM, IP; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Câmara Municipal de Lousada.
Serviços Mortuários		Ministério Público (coadjuvado técnica e operacionalmente pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses)	<ul style="list-style-type: none"> Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada; GNR - Posto Territorial de Lousada; Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia; Autoridade Marítima Nacional (AMN) - Capitania do Porto do Douro; Polícia Marítima – Comando Local do Douro; ACES Tâmega III - Vale do Sousa Norte; CVP - Delegação de Lustosa; PJ - Diretoria do Norte; SEF - Direção Regional do Norte; IRN - Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial de Lousada Câmara Municipal de Lousada.

A ativação das diferentes áreas de intervenção do PMEPCl depende dos seguintes fatores:

- Natureza concreta de cada acidente grave ou catástrofe;
- Necessidades operacionais;
- Evolução da resposta operacional.

Nos pontos seguintes apresentam-se as 10 áreas de intervenção básicas da organização geral das operações.

4.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A gestão administrativa e financeira estabelece os procedimentos e instruções de coordenação quanto às atividades de gestão administrativa e financeira inerente à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos utilizados aquando da ativação do PMEPC. Para tal, esta área de intervenção apresenta a seguinte estrutura:

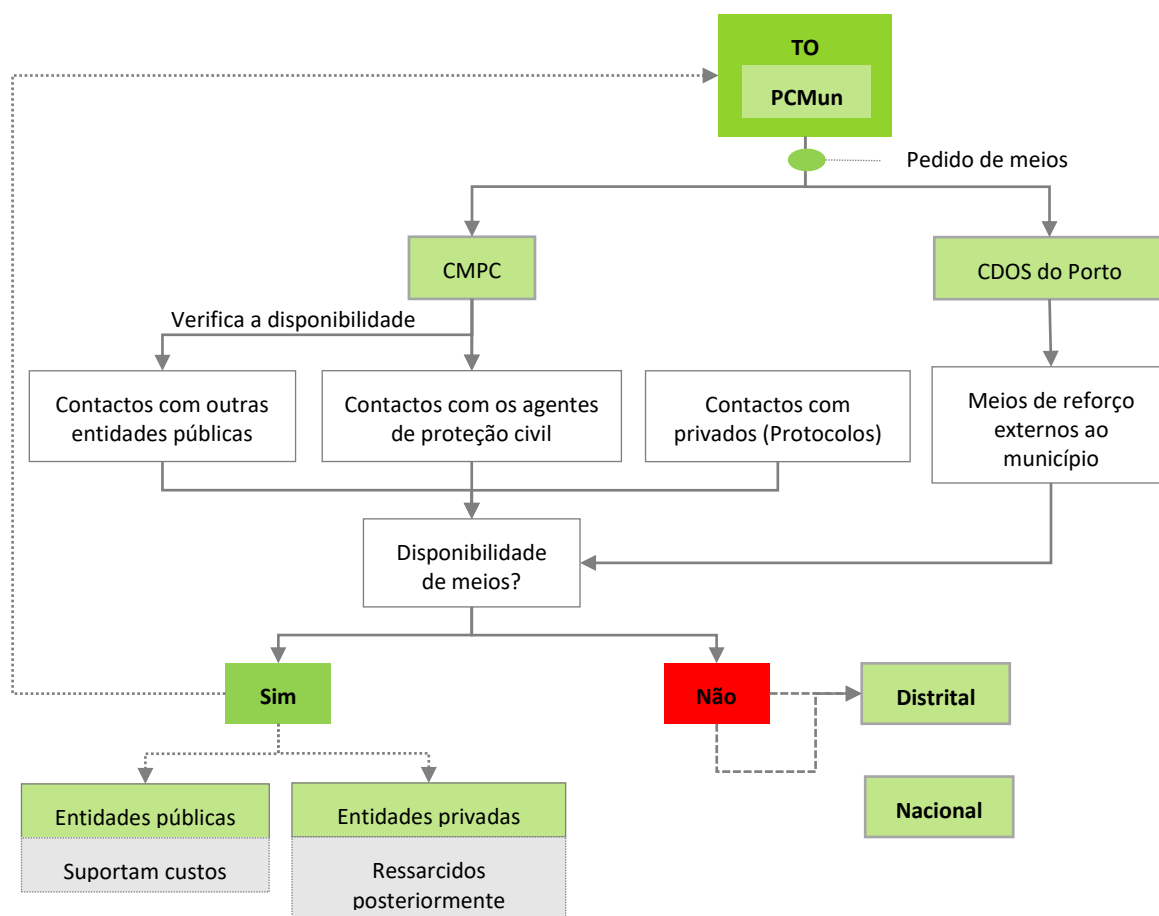
Quadro 20: Gestão administrativa e financeira

Gestão Administrativa e Financeira	
Entidade Coordenadora:	Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Lousada
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agentes de proteção civil (consideram-se todos os agentes de proteção civil mencionados em II-2.2 do PMEPC); ▪ Entidades com dever de cooperação (consideram-se todos os agentes de proteção civil mencionados em II-2.3 do PMEPC); ▪ Câmara Municipal de Lousada; ▪ Juntas de Freguesia; ▪ Fornecedores públicos ou privados de equipamentos e outros bens materiais necessários.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar as atividades de gestão administrativa e financeira, inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos necessários à intervenção; ▪ Garantir a utilização racional e eficiente dos meios e recursos; ▪ Supervisionar negociações contratuais; ▪ Gerir e controlar os tempos de utilização de recursos e equipamentos; ▪ Identificar modos de contacto com fornecedores privados ou públicos de bens, serviços e equipamentos necessários às operações de emergência de proteção civil; ▪ Gerir os processos de seguros e donativos em géneros; ▪ Receber, registar, enquadrar e coordenar os voluntários individuais ou de serviços públicos e privados, especializados ou não, destinados a colaborar na situação de emergência; ▪ Definir os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de proteção civil; ▪ Acionar os protocolos celebrados com as entidades detentoras dos recursos e equipamentos necessários às operações de proteção civil; ▪ Definir um sistema de requisição para as situações de emergência.

Gestão Administrativa e Financeira		
Instruções Específicas:	Gestão de Finanças:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A gestão financeira e de custos, bem como dos tempos de utilização, serão asseguradas pela CMPC de Lousada; ▪ As despesas realizadas durante a fase de emergência e de reabilitação (designadamente as relacionadas com combustíveis e lubrificantes, manutenção e reparação de material, transportes, alimentação, material sanitário e maquinaria de engenharia, construção e obras públicas) são da responsabilidade dos serviços e agentes de proteção civil e demais entidades intervenientes. Salvo disposições específicas em contrário, a entidade requisitante de meios e recursos será responsável pelo ressarcimento das despesas inerentes; ▪ O pessoal integrado nos serviços, agentes e entidades constantes do PMEPC, mesmo que requisitados, continuam a ser remunerados pelos organismos de origem, não podendo ser prejudicadas, de qualquer forma, nos seus direitos; ▪ Eventuais donativos financeiros constituirão receitas da Conta de Emergência prevista no Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho, sendo os mesmos utilizados, mediante despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração interna, para suportar os custos associados às ações de reabilitação que se insiram no âmbito do artigo 3.º do referido diploma.
	Gestão de Pessoal:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O PCMun é gerido operacionalmente por efetivos do SMPC de Lousada com apoio de elementos dos respetivos agentes de proteção civil; ▪ O pessoal voluntário, cuja colaboração seja aceite a título benévolo, deverá apresentar-se, se outro local não for divulgado, nas Juntas de Freguesia, para posterior encaminhamento. Tais voluntários, quando devidamente integrados, terão direito a alimentação, nos dias em que prestem serviço; ▪ No decurso das operações, os agentes de proteção civil e entidades com dever de cooperação devem acautelar os períodos de descanso e a rotatividade dos seus recursos humanos.

Nesta área de intervenção existem ainda alguns procedimentos e instruções de coordenação a considerar, designadamente:

Figura 6: Procedimentos e instruções de coordenação (gestão administrativa e financeira)



4.2 RECONHECIMENTO E AVALIAÇÃO

O reconhecimento e avaliação da situação são fundamentais para um correto apoio à decisão por parte da autoridade política, permitindo informar a estrutura operacional e a tomada de decisões atempadas, nomeadamente sobre a transferência do comando, o desenvolvimento da organização do TO e a necessidade de meios de reforço ou meios especializados.

O reconhecimento e avaliação poderão ser feitos a dois níveis:

- Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS);
- Equipas de Avaliação Técnica (EAT).

4.2.1 EQUIPAS DE RECONHECIMENTO E AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO (ERAS)

As ERAS podem ser aéreas ou terrestres e caracterizam-se pela sua grande mobilidade e capacidade técnica. Estas equipas recolhem informação específica sobre as consequências do acidente grave ou catástrofe.

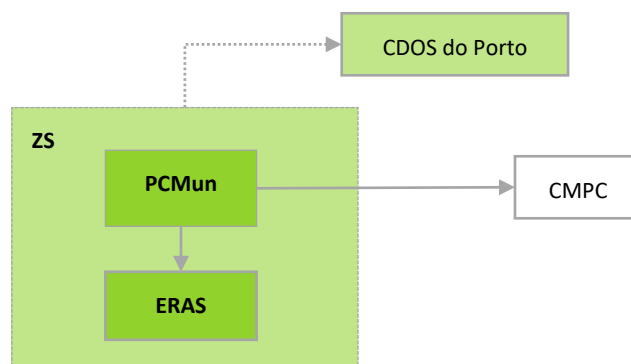
De forma a assegurar o seu correto funcionamento, esta área de intervenção encontra-se sob a responsabilidade de diversas entidades, conforme estabelecido no quadro seguinte:

Quadro 21: Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS)

Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS)	
Entidade Coordenadora:	Posto de Comando Municipal (PCMun).
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none">▪ Câmara Municipal de Lousada;▪ Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none">▪ Percorrer a Zona de Sinistro (ZS);▪ Recolher informação específica sobre as consequências do evento em causa;▪ Elaborar Relatórios Imediatos de Situação (RELIS).

Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS)		
Instruções Específicas:	Conceito:	<p>As ERAS recolhem informação específica sobre as consequências do evento em causa, nomeadamente no que se refere a:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Locais com maior número de sinistrados; ▪ Locais com maiores danos no edificado; ▪ Núcleos habitacionais isolados; ▪ Estabilidade de vertentes; ▪ Estabilidade e operacionalidade das infraestruturas; ▪ Eixos rodoviários de penetração na(s) ZS; ▪ Focos de incêndio; ▪ Elementos estratégicos, vitais ou sensíveis (escolas, hospitais, quartéis de bombeiros, instalações das forças de segurança); ▪ Condições meteorológicas locais. <p>As ERAS elaboram o RELIS (de acordo com o modelo constante na Parte III) que, em regra, deverá ser escrito, podendo, exceionalmente, ser verbal e passado a escrito no mais curto espaço de tempo possível e comunicado ao PCMun.</p>
	Composição e Equipamento:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cada ERAS é constituída por dois elementos a designar de acordo com a missão específica que lhe for atribuída; ▪ Inicialmente encontram-se planeadas ao nível municipal, no mínimo, um ERAS terrestre; ▪ O chefe da ERAS é o elemento mais graduado da equipa. ▪ Por forma a garantir o cumprimento da sua missão, as ERAS deverão ser dotadas de: <ul style="list-style-type: none"> · Meios de transporte com capacidade tática (preferencialmente); · Equipamento de comunicações rádio e móvel; · Equipamento de Proteção Individual (EPI); · Kit de alimentação e primeiros socorros; · Modelo em papel do RELIS constante na Parte III; · Equipamento fotográfico; · Equipamento de georreferenciação; · Cartografia.
	Acionamento:	<p>As ERAS são acionadas à ordem do PCMun que trata a informação recebida pelas equipas.</p>

Figura 7: Procedimentos e instruções de coordenação (equipas de reconhecimento e avaliação da situação)



4.2.2 EQUIPAS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA (EAT)

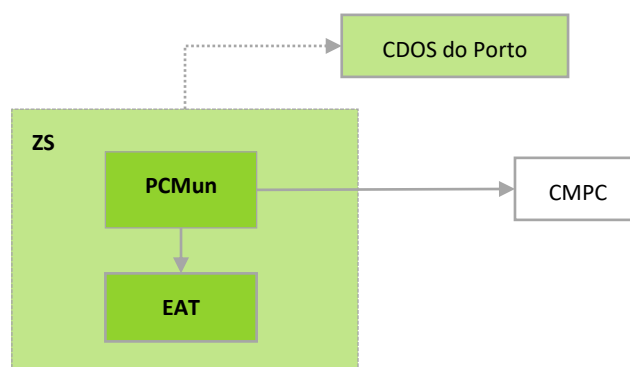
As EAT recolhem informação específica sobre a operacionalidade das estruturas afetadas pelo acidente grave ou catástrofe. A coordenação das EAT é da responsabilidade do PCMun, que para tal poderá contar com a colaboração das entidades elencadas no quadro seguinte.

Quadro 22: Equipas de Avaliação Técnica (EAT)

Equipas de Avaliação Técnica (EAT)		
Entidade Coordenadora:		Posto de Comando Municipal (PCMun)
Entidades Intervenientes:		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Lousada; ▪ Entidades gestoras de infraestruturas de relevância operacional.
Prioridades de Ação:		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Percorrer a ZS, por via terrestre; ▪ Recolher informação específica sobre a operacionalidade de estruturas; ▪ Elaborar Relatórios Imediatos de Situação (RELIS).
Instruções Específicas:	Conceito:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As EAT têm como finalidade dotar o PCO com informação imediata sobre as infraestruturas afetadas; ▪ As EAT reconhecem e avaliam a estabilidade e operacionalidade de estruturas, comunicações e redes, tendo em vista o desenvolvimento das operações, a segurança do pessoal interveniente nas operações e das populações e o restabelecimento das condições mínimas de vida; ▪ As EAT elaboram o RELIS (de acordo com o modelo constante na Parte III) que, em regra, deverá ser escrito, podendo, excecionalmente, ser verbal e passado a escrito no mais curto espaço de tempo possível e comunicado ao PCO;

Equipas de Avaliação Técnica (EAT)		
	Composição e Equipamento:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cada EAT é constituída, no mínimo, por dois elementos a designar de acordo com a missão específica que lhe for atribuída; ▪ Inicialmente encontram-se planeadas a nível municipal, no mínimo, um EAT terrestres; ▪ O chefe das EAT é o representante da ANPC; ▪ Por forma a garantir o cumprimento da sua missão, as EAT deverão ser dotadas de: <ul style="list-style-type: none"> · Meios de transporte com capacidade tática (preferencialmente); · Equipamento de Comunicações Rádio e Móvel; · Equipamento de Proteção Individual (EPI); · Kit de alimentação e primeiros socorros; · Modelo em papel do RELIS constante na Parte III; · Equipamento fotográfico; · Equipamento de georreferenciação; · Equipamento diverso (ex. cordas, tinta ou lata de spray para marcar o edificado ou a infraestrutura); · Cartografia.
	Acionamento:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As EAT são acionadas à ordem do PCO que trata a informação recebida pelas equipas.

Figura 8: Procedimentos e instruções de coordenação (equipas de avaliação técnica)



4.3 LOGÍSTICA

A área de intervenção logística compreende os procedimentos e instruções de coordenação, inerentes às atividades logísticas destinadas a apoiar as forças de intervenção e a população, as quais se encontram devidamente desenvolvidas nos pontos seguintes.

4.3.1 APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO

Esta componente visa assegurar a satisfação das necessidades logísticas dos agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio envolvidos nas operações de emergência de proteção civil. O apoio logístico às forças de intervenção é coordenado pela Câmara Municipal de Lousada, a qual conta com a colaboração das entidades identificadas no Quadro 23.

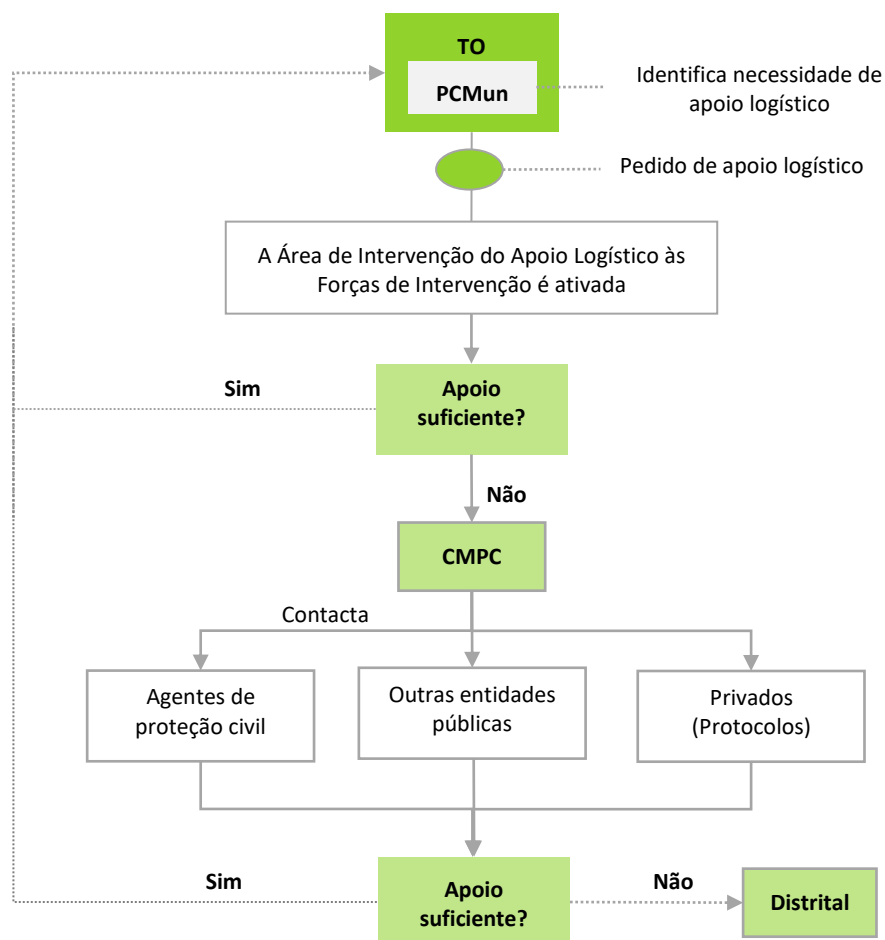
Quadro 23: Apoio logístico às forças de intervenção

Apoio Logístico às Forças de Intervenção	
Entidade Coordenadora:	Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Lousada
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agentes de proteção civil (consideram-se todos os agentes de proteção civil mencionados em II-2.2 do PMEPCCL); ▪ Entidades com dever de cooperação (consideram-se todos os agentes de proteção civil mencionados em II-2.3 do PMEPCCL); ▪ Câmara Municipal de Lousada; ▪ Juntas de Freguesia.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a satisfação das necessidades logísticas das forças de intervenção, nomeadamente quanto a alimentação, combustíveis, transportes, material sanitário, material de mortuária e outros artigos essenciais à prossecução das missões de socorro, salvamento e assistência; ▪ Garantir a gestão de armazéns de emergência e a entrega de bens e mercadorias necessárias às forças de intervenção; ▪ Organizar a instalação e montagem de cozinhas e refeitórios de campanha para confeção e distribuição de alimentação ao pessoal envolvido nas operações; ▪ Assegurar a disponibilização de meios e recursos para a desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro; ▪ Promover a manutenção, reparação e abastecimento de viaturas essenciais à conduta das operações de emergência, bem assim como de outro equipamento; ▪ Definir prioridades em termos de abastecimento de água e energia; ▪ Apoiar as entidades respetivas na reabilitação das redes e serviços essenciais: energia elétrica, gás, água, telefones e saneamento básico.

Apoio Logístico às Forças de Intervenção		
Instruções Específicas:	Alimentação:	<ul style="list-style-type: none"> A alimentação, alojamento e agasalho das forças de intervenção é da responsabilidade da Câmara Municipal de Lousada a quem compete a aquisição de alimentos confeccionados e a sua distribuição ao pessoal afeto às operações enquanto esta solução permitir a supressão das necessidades; Sempre que as quantidades o justifiquem, e sempre que o tipo de operações a decorrer no terreno o permitam, a Câmara Municipal de Lousada poderá considerar a utilização de infraestruturas de apoio tais como cantinas de escolas e outras instalações públicas, disponibilizando se necessário, pessoal e géneros alimentares para a confeção das refeições e o seu fornecimento ao pessoal empenhado; A alimentação do pessoal voluntário, que o deseje, estará a cargo da Câmara Municipal de Lousada, quando ultrapassadas as capacidades municipais, será solicitado apoio ao patamar distrital, nos termos da legislação em vigor; A alimentação e alojamento dos representantes da CMPC estarão a cargo da Câmara Municipal de Lousada.
	Reabastecimento de combustíveis	<ul style="list-style-type: none"> A aquisição de combustíveis e lubrificantes ficará a cargo da Câmara Municipal de Lousada e será efetuada, em princípio, pelas entidades e organismos intervenientes no mercado local, através de guia de fornecimento ou outro meio legalmente reconhecido.
	Manutenção e reparação de equipamentos:	<ul style="list-style-type: none"> A manutenção e reparação de material ficarão a cargo das entidades intervenientes. Poderão ser solicitados à CMPC, mediante requisição, pequenos serviços de manutenção e reparação rápida, cuja prestação, quando autorizada, será coordenada pela Câmara Municipal de Lousada, se os meios técnicos e humanos disponíveis o permitirem; A reparação de infraestruturas básicas essenciais para a atividade dos agentes de proteção civil e entidades com dever de cooperação, nomeadamente ao nível do fornecimento de energia, água potável e comunicações será responsabilidade das entidades responsáveis pelos mesmos, em ação coordenada com a Câmara Municipal de Lousada.
	Transportes:	<ul style="list-style-type: none"> As normas de mobilização, requisição de meios e fornecimento de transportes estarão a cargo da área da logística, em cooperação com a gestão administrativa e financeira.
	Evacuação e hospitalização:	<ul style="list-style-type: none"> As normas de evacuação e hospitalização estarão a cargo da área de intervenção de serviços médicos e transporte de vítimas.
	Material sanitário:	<ul style="list-style-type: none"> O material sanitário ficará a encargo das entidades e organismos intervenientes; Poderão ser constituídos nas unidades de saúde, postos de fornecimento de material sanitário através de requisição.
	Material de mortuária	<ul style="list-style-type: none"> Os materiais necessários para as ações de mortuária deverão ser requisitados pela Autoridade de Saúde de âmbito local, a qual deve apoiar-se nas unidades de saúde.
	Outros artigos essenciais:	<ul style="list-style-type: none"> As forças de intervenção podem requisitar à CMPC de Lousada, artigos que se mostrem indispensáveis à prossecução das operações de proteção civil.

Para além do referido anteriormente, nesta área de intervenção, devem ser adotados os procedimentos e instruções de coordenação expostos na figura seguinte:

Figura 9: Procedimentos e instruções de coordenação (apoio logístico às forças de intervenção)



4.3.2 APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES

No apoio logístico às populações deve ser prevista a forma de coordenação da assistência àqueles que não tenham acesso imediato aos bens essenciais de sobrevivência, assim como o alojamento temporário das populações evacuadas ou desalojadas.

A estrutura de coordenação desta componente da logística, bem como as entidades intervenientes no apoio logístico às populações, encontram-se identificadas no quadro seguinte.

Quadro 24: Apoio logístico às populações

Apoio Logístico às Populações	
Entidade Coordenadora:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmara Municipal de Lousada (instalação); ▪ Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP) - Serviço Local de Segurança Social de Lousada (gestão global).
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Juntas de Freguesia; ▪ Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada; ▪ GNR - Posto Territorial de Lousada; ▪ Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia; ▪ INEM, IP; ▪ Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE; ▪ ACES Tâmega III - Vale do Sousa Norte ▪ A.H.B.V. de Lousada; ▪ IPSS/IFSS do Concelho de Lousada (consideram-se todas IPSS/IFSS mencionadas em II-2.3 do PMEPCCL); ▪ CVP - Delegação de Lustosa; ▪ Corpo Nacional de Escutas (CNE) (consideram-se todos os agrupamentos mencionados em II-2.3 do PMEPCCL); ▪ PCI - Paramédicos de Catástrofe Internacional.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir a tipificação, organização e montagem das Zonas de Concentração e Apoio às Populações (ZCAP); ▪ Garantir a distribuição prioritária de água e de energia às ZCAP; ▪ Assegurar a ativação das ZCAP e informar as forças de socorro e os cidadãos da sua localização através dos canais disponíveis e mais apropriados; ▪ Garantir a prestação de apoio social de emergência; ▪ Garantir a criação de abrigos/alojamento de emergência temporários; ▪ Receber, registar, enquadrar e coordenar os voluntários individuais ou de serviços públicos e privados, especializados ou não, destinados a colaborar em caso de acidente grave ou catástrofe; ▪ Assegurar as necessidades logísticas referentes à alimentação e agasalho, ao transporte e à distribuição de material sanitário às populações afetadas; ▪ Organizar um sistema de recolha de donativos, garantindo o armazenamento, o acondicionamento adequado, a gestão e a distribuição dos bens recebidos; ▪ Garantir a receção, registo, pesquisa, diagnóstico de necessidades das vítimas; ▪ Assegurar a atualização da informação, nos Centros de Pesquisa e Localização, através de listas com identificação nominal das vítimas e evacuados nas ZCAP; ▪ Assegurar o encaminhamento das vítimas que necessitam de acompanhamento de continuidade.

Apoio Logístico às Populações	
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none"> As ZCAP correspondem aos locais de acolhimento e alojamento temporário da população deslocada, localizados em espaços abertos e fechados, nomeadamente em parques de estacionamento, grandes superfícies comerciais, campos de futebol, ginásios gimnodesportivos, entre outros; A primeira ação a desenvolver sempre que alguém dê entrada numa ZCAP é o Registo. O registo pressupõe a recolha da seguinte informação: nome, idade, morada anterior, necessidades especiais e, assim que possível, indicação do local onde ficará realojada. Deverá também, sempre que se verifique necessidade, ser registado o nome de membros do seu agregado familiar que estejam desaparecidos a fim de tentar localizar os mesmos. O CDSS assegura a constituição de equipas técnicas para receção, atendimento e encaminhamento da população nas ZCAP; A estrutura de coordenação da ZCAP executa missões de instalação (Câmara Municipal de Lousada) e gestão global (ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Lousada); O ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Lousada encaminha a listagem da população registada nas ZCAP para as Forças de Segurança e SEF; As Juntas de Freguesia, recorrendo às Unidades Locais de Proteção Civil (ULPC) caso existentes, apoiam a constituição de equipas de recenseamento e registo da população afetada; A CVP executa missões de assistência sanitária e social; A segurança às ZCAP será efetuada de acordo com os procedimentos definidos para a Área de Intervenção da Manutenção da Ordem Pública, com as eventuais adaptações decorrentes de orientação do ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Lousada, enquanto entidade coordenadora da área de intervenção; A CVP e as Forças Armadas, na medida das suas possibilidades e disponibilidades, apoiam na montagem das ZCAP móveis (por exemplo em tendas de campanha); As Forças Armadas colaboram na disponibilização de bens essenciais (alimentação, artigos de higiene, agasalhos, roupas, etc.) às vítimas e promovem a instalação de locais de montagem de cozinhas e refeitórios de campanha; A distribuição de bens essenciais será assegurada pela CVP e CNE, na medida das suas disponibilidades; A receção, catalogação, separação, lavagem, desinfeção, armazenamento e distribuição de dádivas fica a cargo do ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Lousada, em colaboração com a Câmara Municipal de Lousada; As entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de distribuição de eletricidade e gás asseguram o fornecimento de água, luz e gás às ZCAP; A distribuição de água, gás, alimentos, agasalhos e artigos de higiene pessoal à população que não está nas ZCAP e não tem acesso a elas deverá ser realizada em locais centrais, de fácil acesso e divulgados para conhecimento da população.

As ZCAP integram as seguintes valências de gestão:

Quadro 25: Valências de gestão das ZCAP

Valências de Gestão das ZCAP	
Centros de Registo / Referenciação:	Nos quais se recebe a população, preenche a ficha de registo e referenciação (onde consta o diagnóstico das necessidades dos indivíduos ou famílias) e procede ao encaminhamento para as restantes valências.
Centros de Pesquisa e Localização:	Nos quais se completa o preenchimento da ficha de recenseamento, a qual, através do registo atualizado, promove o reencontro e assegura a preservação dos núcleos familiares.
Centros de Cuidados Básicos de Saúde:	Nos quais se presta assistência a situações de saúde pouco graves, assegurando a respetiva estabilização.
Centros de Apoio Psicossocial:	Nos quais se assegura o apoio psicológico de continuidade e se detetam carências e necessidades particulares às pessoas deslocadas.

As ZCAP integram as seguintes valências de apoio:

Quadro 26: Valências de apoio das ZCAP

Valências de Apoio das ZCAP	
Coordenação:	Executa missões de instalação e gestão global.
Logística:	Responsável pelo controlo das existências em armazém de todos os bens, pela manutenção das estruturas móveis e imóveis.
Segurança:	Assegura a limitação do acesso e segurança da ZCAP.

As ZCAP devem estar providas das condições mínimas de apoio quanto a dormidas, alimentação e higiene pessoal, bem como de acessos e estacionamento, já que a movimentação das populações pode ser feita, prioritariamente através das viaturas pessoais. Assim, tendo em conta os critérios anteriormente referidos, no concelho de Lousada poderão funcionar como ZCAP os seguintes locais:

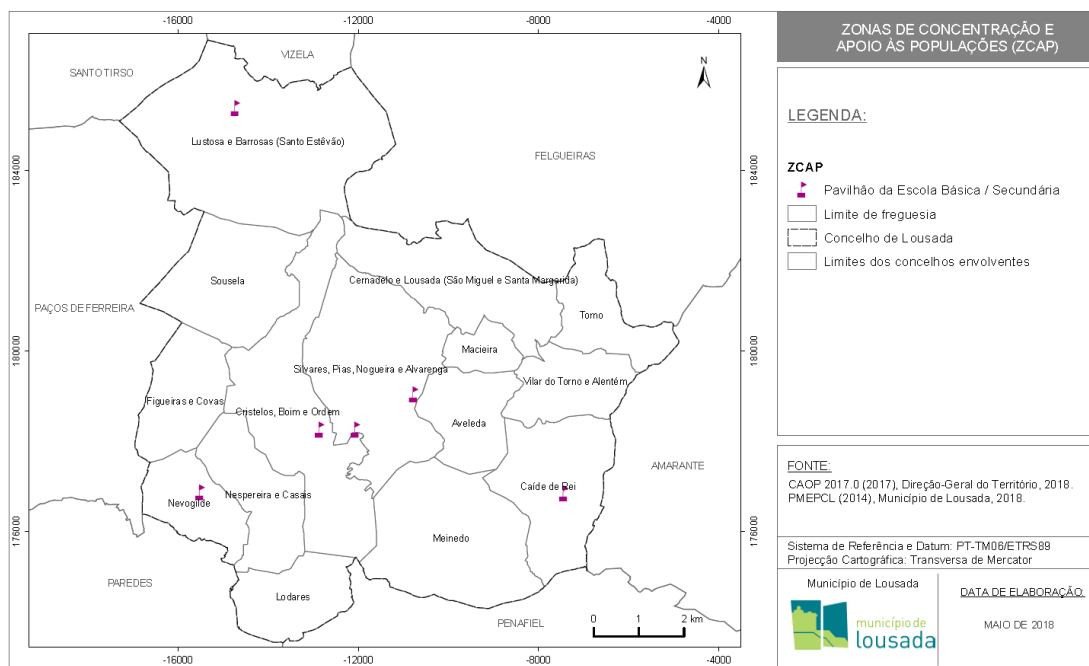
Quadro 27: ZCAP do município de Lousada

Designação	Local	Coordenadas (WGS84)	
		Latitude	Longitude
Escola Básica de Lousada Centro	R. Hans Isler - Cristelos	41° 16' 24,046" N	8° 17' 12,318" W
Escola Básica de Lousada Este	Lugar do Mouro - Caíde Rei	41° 15' 38,891" N	8° 13' 19,513" W
Escola Básica de Lousada Norte	Lugar do Relógio - Lustosa	41° 20' 15,706" N	8° 18' 33,156" W
Escola Básica e Secundária Dr. Mário Fonseca	Rua do Jogo da Bola	41° 16' 48,612" N	8° 15' 41,645" W
Escola Básica Lousada Oeste	Jusa	41° 15' 39,179" N	8° 19' 5,347" W

Designação	Local	Coordenadas (WGS84)	
		Latitude	Longitude
Escola Secundária de Lousada	Rua Dr. Mário Soares, 194 - Pias	41° 16' 24,485" N	8° 16' 37,625" W

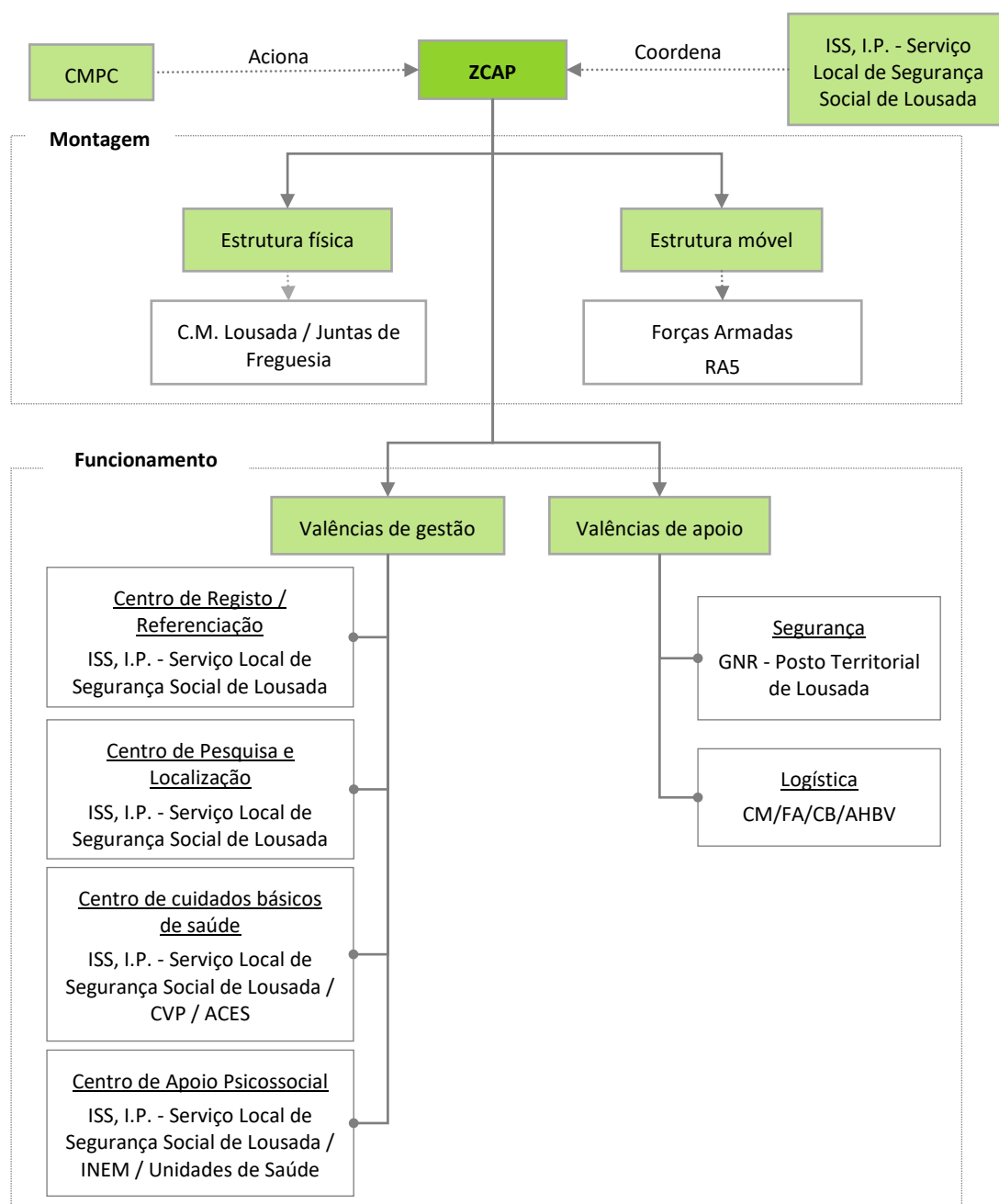
A distribuição espacial das ZCAP encontra-se evidenciada no Mapa 26.

Mapa 26: ZCAP do município de Lousada



Por fim, os procedimentos e instruções de coordenação a considerar na atividade de apoio logístico às populações são os que se encontram expostos no esquema seguinte.

Figura 10: Procedimentos e instruções de coordenação (apoio logístico às populações)



4.4 COMUNICAÇÕES

Na área de intervenção das comunicações, encontram-se definidos os procedimentos e instruções de coordenação que pretendem estabelecer ou reforçar as comunicações entre o diretor do plano, o posto

de comando operacional e as forças de intervenção. O estabelecimento de uma ligação operacional entre as várias entidades intervenientes é assegurado pela seguinte estrutura de coordenação:

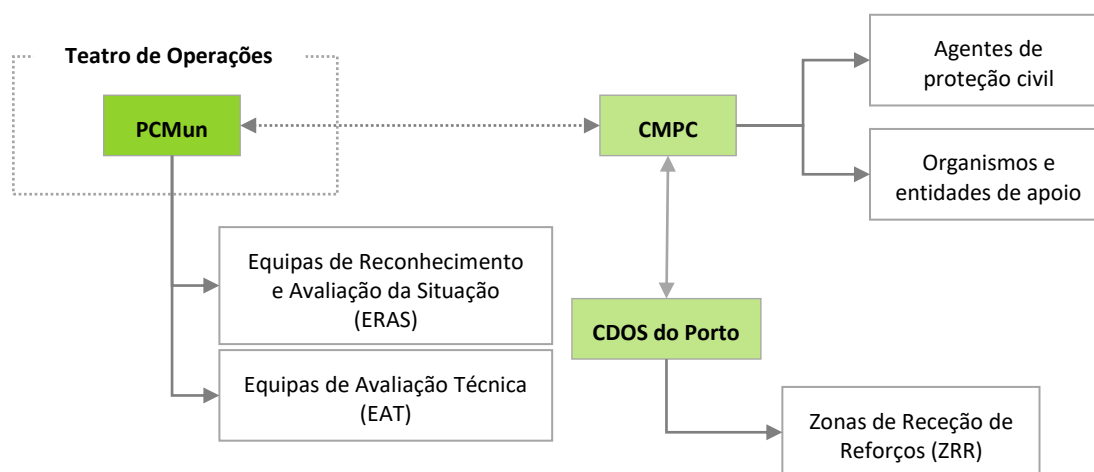
Quadro 28: Comunicações

Comunicações	
Entidade Coordenadora:	Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) de Lousada.
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada; ▪ GNR - Posto Territorial de Lousada; ▪ Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia; ▪ Autoridade Marítima Nacional (AMN) - Capitania do Porto do Douro; ▪ INEM, IP; ▪ Câmara Municipal de Lousada; ▪ Organizações de Radioamadores.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a ligação, no âmbito do SIOPS, com os diferentes agentes de proteção civil e outras entidades e organismos, por forma a garantir as comunicações de emergência; ▪ Identificar e obviar problemas de interoperabilidade; ▪ Garantir a operacionalidade dos meios de comunicação de emergência no âmbito da proteção civil, incluindo a reposição de serviços, por afetação de meios e recursos alternativos; ▪ Mobilizar e coordenar as ações das organizações de radioamadores e dos operadores da rede comercial fixa e móvel, no âmbito do apoio às comunicações de emergência e do reforço das redes de telecomunicações; ▪ Identificar os meios de comunicação, fixos e móveis, detidos pelos serviços e agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio, que sejam utilizáveis na emergência; ▪ Garantir prioridades de acesso a serviços e entidades essenciais, de acordo com o conceito da operação; ▪ Manter um registo atualizado do estado das comunicações e das capacidades existentes; ▪ Garantir que todos os intervenientes possam comunicar dentro da hierarquia estabelecida para cada TO de acordo com as Normas de Execução Permanente da ANPC, em vigor.

Comunicações	
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none"> Compete ao COS estabelecer o plano de comunicações para o teatro de operações (que inclui as ZS, as ZA e as ZCR), devendo o mesmo ser elaborado em conformidade com os normativos em vigor; As entidades e organizações públicas e privadas devem integrar-se no “Plano de Telecomunicações de Emergência”, que será da responsabilidade da área de intervenção das comunicações; Os radioamadores licenciados colaboram no sistema de comunicações de emergência, reforçando as redes existentes ou substituindo as inoperativas de acordo com o “Plano de Telecomunicações de Emergência”; Em caso de inoperacionalidade dos sistemas de comunicações as forças de segurança organizam um serviço de estafetas, que permita a transmissão das informações mais importantes para a resolução da ocorrência; As forças de intervenção utilizam os meios próprios de telecomunicações; Os agentes de proteção civil e outras entidades e organismos de apoio poderão ter acesso aos canais táticos e de manobra, desde de que devidamente autorizados pela ANPC; Face a um acidente grave ou catástrofe que afete significativamente os sistemas de comunicações poderão ser utilizadas, em reforço, telecomunicações de uso público (telefone, fax, telemóvel, etc.).

Compete ao COS estabelecer o plano de comunicações para o TO que contemple as ZS, as ZA e as ZCR, tendo em conta o estipulado nas Normas de Execução Permanente da ANPC, em vigor, bem como os procedimentos e instruções de coordenação expostos na figura seguinte:

Figura 11: Procedimentos e instruções de coordenação (comunicações)



As redes e serviços de comunicações de emergência consideradas no âmbito do PMEPCCL são os seguintes:

- Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP);

- Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC);
- Rede Operacional de Bombeiros (ROB).

Quadro 29: Redes e serviços de comunicações de emergência consideradas no âmbito do PMEPC

Redes e Serviços de Comunicações de Emergência	
Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP)	<p>O SIRESP é um sistema único de comunicações, baseado numa só infraestrutura de telecomunicações nacional, partilhado, que deve assegurar a satisfação das necessidades de comunicações das forças de segurança e emergência, satisfazendo a intercomunicação e a interoperabilidade entre as diversas forças e serviços e, em caso de emergência, permitir a centralização do comando e da coordenação (Decreto-Lei n.º 167/2006, de 16 de agosto).</p> <p>Comparativamente com as outras redes, o SIRESP tem a vantagem de poder ser utilizado como uma rede privativa para cada entidade, que em caso de necessidade permite que todas as entidades sejam colocadas em conversação.</p>
Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC)	<p>A REPC é uma rede partilhada pela estrutura operacional da ANPC e pelos agentes de proteção civil, cujo objetivo principal é garantir a interligação e interoperabilidade ao nível das estruturas superiores de comando (NEP/8/NT/2010). Esta é composta pelos seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 42 Estações repetidoras (correspondentes a 42 canais em semiduplex⁵); ▪ Equipamentos terminais de base (centrais de comunicações); ▪ Equipamentos terminais móveis (veículos); ▪ Equipamentos terminais portáteis (utilização individual). <p>O plano de frequências da REPC é composto, ainda, por 18 canais em simplex⁶, um por cada distrito.</p>
Rede Operacional de Bombeiros (ROB)	<p>A ROB destina-se exclusivamente a ser utilizada pelos corpos de bombeiros no âmbito da sua atividade operacional (NEP/8/NT/2010), apresentando a seguinte composição:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 49 Estações repetidoras (correspondentes a 49 canais em semiduplex⁷); ▪ Equipamentos terminais de base (centrais de comunicações); ▪ Equipamentos terminais móveis (veículos); ▪ Equipamentos terminais portáteis (utilização individual). <p>O plano de frequências da ROB é ainda composto por 15 canais em simplex⁸ que asseguram as comunicações na zona de intervenção.</p>

A ligação operacional entre os diversos intervenientes poderá ser efetuada com recurso a uma das redes de comunicações de emergência disponíveis.

⁵ Os canais em semiduplex asseguram a cobertura de todo o território nacional continental, de forma a garantir as comunicações estratégicas entre os centros de comando de todas as entidades envolvidas em ações de proteção e socorro, sendo a exploração efetuada aos níveis nacional, distrital e municipal (NEP/8/NT/2010).

⁶ Os canais em simplex asseguram a disponibilidade de frequências para a condução das operações em caso de falha da rede de repetidores, sendo a exploração efetuada ao nível municipal (NEP/8/NT/2010).

⁷ Os canais em semiduplex asseguram a cobertura de todo o território nacional continental, garantindo as comunicações operacionais de escalão superior dos corpos de bombeiros, sendo a exploração efetuada aos níveis distrital e municipal.

⁸ Os canais em simplex asseguram as comunicações na zona de intervenção.

Por fim, importa salientar que se uma situação de acidente grave ou catástrofe afete significativamente o sistema de comunicações rádio, estas serão efetuadas com recurso aos sistemas de telecomunicações de uso público. Mas caso, devido a situações adversas, estes sistemas também se encontram inoperacionais, as forças de segurança organizam um serviço de estafetas que permita a transmissão das informações mais importantes para a resolução da ocorrência.

Outro aspeto muito importante a considerar é a participação dos radioamadores credenciados, enquanto voluntários de proteção civil. A sua colaboração afigura-se de grande importância, dado que podem atuar como um complemento aos meios e sistemas de comunicação existentes.

4.5 INFORMAÇÃO PÚBLICA

Na componente de informação pública é definida a forma como a população é avisada e mantida informada durante a ocorrência de uma situação de acidente grave ou catástrofe, de modo a que possa adotar as instruções das autoridades e as medidas de autoproteção mais convenientes. Esta componente da gestão da informação é coordenada pela CMPC de Lousada, a qual conta com o apoio das entidades enumeradas no quadro seguinte:

Quadro 30: Informação pública

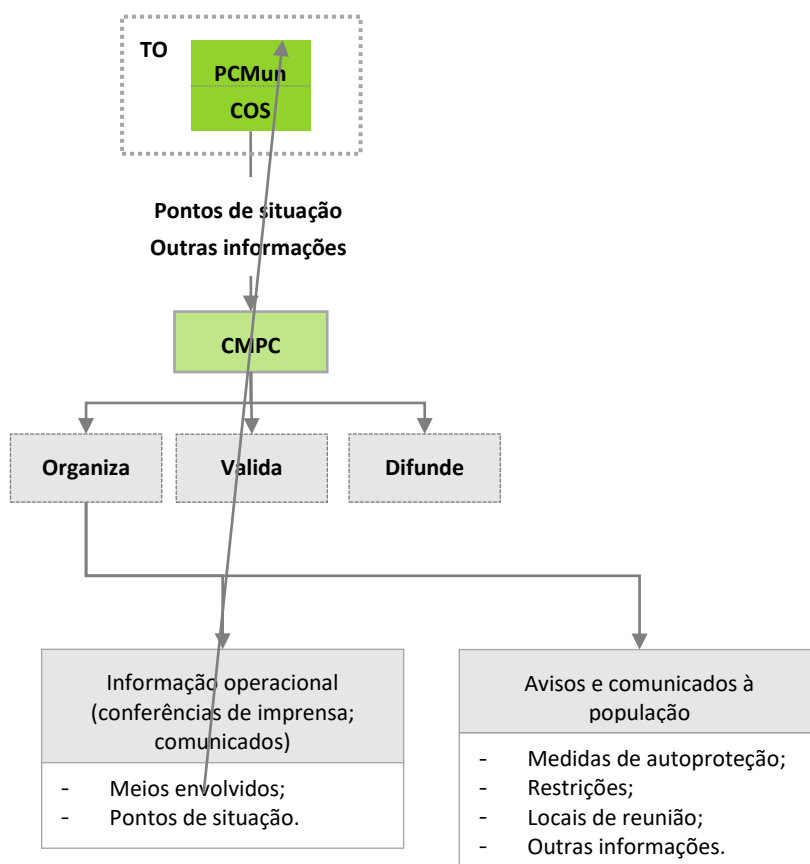
Informação Pública	
Entidade Coordenadora:	Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Lousada.
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none">▪ Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada;▪ GNR - Posto Territorial de Lousada;▪ Autoridade Marítima Nacional (ANM) - Capitania do Porto do Douro;▪ Câmara Municipal de Lousada;▪ Juntas de Freguesia (JF);▪ Órgãos de comunicação social (consideram-se todos os órgãos de comunicação social mencionados em II-2.3.).

Informação Pública	
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a divulgação à população da informação disponível, incluindo números de telefone de contacto, indicação de locais de reunião, das ZCAP, dos locais de acesso interdito ou restrito e outras instruções consideradas necessárias; ▪ Assegurar que a população é avisada e mantida informada, de modo a que possa adotar as instruções das autoridades e as medidas de autoproteção mais convenientes; ▪ Divulgar informação à população sobre locais de receção de donativos, locais de recolha de sangue e locais para inscrição para serviço voluntário; ▪ Garantir a relação com os órgãos de comunicação social (OCS) e preparar, com periodicidade determinada, comunicados a distribuir; ▪ Organizar e preparar briefings periódicos e conferências de imprensa, por determinação do diretor do plano; ▪ Preparar os comunicados considerados necessários.
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A CMPC é responsável pela gestão da informação pública, cabendo-lhe definir, para cada caso, a forma mais adequada de divulgação à população (informação direta à população ou prestação de informação aos órgãos de comunicação social, através da difusão de comunicados, sendo este o mecanismo preferencial); ▪ A CMPC é responsável pelas seguintes tarefas: <ul style="list-style-type: none"> · Assegurar a resposta a solicitações de informação; · Difundir recomendações e linhas de atuação; · Elaborar comunicados oficiais a distribuir aos cidadãos; ▪ Compete ainda à CMPC, no domínio da relação com os órgãos de comunicação social: <ul style="list-style-type: none"> · Assegurar a realização de briefings ou conferências de imprensa, a realizar no PCMun; · Assegurar a emissão de comunicados de imprensa com periodicidade determinada. ▪ A CMPC assegura a divulgação à população de informação disponível sobre: <ul style="list-style-type: none"> · Números de telefone de contacto para informações; · Localização de pontos de reunião ou centros de desalojados/assistência; · Locais de receção de donativos; · Locais de recolha de sangue; · Locais para inscrição para serviço voluntário; · Instruções para regresso de populações evacuadas; · Listas de desaparecidos, mortos e feridos; · Locais de acesso interdito ou restrito; · Outras instruções consideradas necessárias.

Informação Pública	
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none">▪ As forças de segurança, são responsáveis, nos espaços sob sua jurisdição, pela divulgação dos avisos à população, nomeadamente à população isolada e/ou sem acesso aos meios de comunicação;▪ Para garantir homogeneidade na passagem de informação à população, serão utilizados os modelos de comunicado constantes na Parte III – Ponto 3 do PMEPC;▪ Os comunicados à população serão transmitidos a cada 6 horas, salvo indicação expressa em contrário;▪ Os briefings à comunicação social decorrerão a cada 6 horas, salvo indicação expressa em contrário, e conterão pontos de situação global referentes à totalidade da ZI. O diretor de plano poderá nomear um porta-voz para as relações com os órgãos de comunicação social;▪ Para acolhimento e encaminhamento de jornalistas, a CMPC poderá determinar a criação de Zonas de Concentração de Jornalistas em local a fixar mediante a avaliação dos danos.

Os procedimentos de informação pública devem ser claros e, para além de avisos e comunicados à população, provêm, também, os procedimentos de informação periódica aos órgãos de comunicação social, conforme evidenciado na Figura 12.

Figura 12: Procedimentos e instruções de coordenação (informação pública)



4.6 CONFINAMENTO E/OU EVACUAÇÃO

Numa situação de acidente grave ou catástrofe poderá ser necessário proceder à evacuação da população dos locais de perigo para locais seguros e fora da zona de sinistro, devendo para tal ser estabelecidos procedimentos e instruções de coordenação, conforme evidenciado em seguida:

Quadro 31: Confinamento e/ou evacuação

Confinamento e/ou evacuação	
Entidade Coordenadora:	GNR - Posto Territorial de Lousada.
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada; GNR - Posto Territorial de Lousada; Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia; Autoridade Marítima Nacional (AMN) - Capitania do Porto do Douro; INEM, IP; A.H.B.V. de Lousada; SEF - Direção Regional do Norte; ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Lousada; Infraestruturas de Portugal (IP) Comboios de Portugal (CP); Empresas públicas e privadas de transportes (consideram-se todas as empresas mencionadas em II-2.3) Órgãos de comunicação social (consideram-se todos os órgãos de comunicação social mencionados em II-2.3.); CVP – Delegação de Lustosa; Corpo Nacional de Escutas (CNE) (consideram-se todos os agrupamentos mencionados em II-2.3); PCI - Paramédicos de Catástrofe Internacional; Câmara Municipal de Lousada.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> Orientar e coordenar as operações de movimentação e/ou confinamento das populações; Difundir junto da população recomendações de confinamento e/ou evacuação, diretamente ou por intermédio da área de intervenção da informação pública; Definir Zonas de Concentração e Irradiação (ZCI), onde a população se deverá dirigir de imediato decorrente da evacuação; Definir itinerários de evacuação, em articulação com o COS presente em cada TO; Garantir o encaminhamento da população evacuada até à ZCAP; Garantir o isolamento da área em perigo em articulação com a área de intervenção da ordem pública; Reencaminhar o tráfego, de modo a não interferir com a movimentação da população a evacuar nem com a mobilidade das forças de intervenção.

Confinamento e/ou evacuação	
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none">▪ A escolha das ações de proteção para uma determinada situação depende de uma série de fatores. Em alguns casos, a evacuação pode ser a melhor opção; em outros, o abrigo em refúgios no local pode ser o melhor caminho, no entanto estas duas ações podem ser utilizadas em conjunto;▪ A evacuação e/ou o confinamento de uma área territorial em risco, coincidente ou não com zona de sinistro, deverá ser proposta pelo COS à CMPC, através do PCMun;▪ A orientação e a coordenação da evacuação e/ou confinamento das populações é da responsabilidade das Forças de Segurança;▪ Nas operações de evacuação e/ou confinamento deve ter-se em atenção:<ul style="list-style-type: none">▪ Localização e número de pessoas em risco de evacuação ou confinamento;▪ Tempo disponível para evacuar ou abrigar no local;▪ Capacidade de controlar a evacuação ou o abrigo no local;▪ Tipos de construção e de disponibilidade dos edifícios para acolhimento ou abrigo;▪ Condições meteorológicas (efeitos na propagação das nuvens de vapor, previsão de alterações, efeito na evacuação ou na proteção no local);▪ Existem determinadas medidas que devem ser tidas em atenção para a tomada de decisão de evacuação e/ou confinamento, caso se trate de matérias perigosas: grau do perigo para a saúde, propriedades químicas e físicas, quantidade envolvida, contenção/ controlo do derrame, velocidade de propagação dos vapores.

Confinamento e/ou evacuação		
Instruções Específicas:	Evacuação:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A população a evacuar deve dirigir-se para ZCI, onde é prestada a primeira ajuda, cuja localização será determinada e divulgada pelo PCMun. As ZCI são geridas pela Câmara Municipal de Lousada, com o apoio da CVP e CNE; ▪ Compete às Forças de Segurança definir os itinerários de evacuação a utilizar a partir da ZCI, atenta a natureza e extensão dos danos nas vias de comunicação, mediante avaliação/informação da entidade gestora da rede viária. Sempre que possível, devem ser privilegiados os itinerários de evacuação fixados nos PMEPL; ▪ Após a definição das zonas a evacuar, o tráfego rodoviário externo deve ser reencaminhado pelas Forças de Segurança, as quais podem criar barreiras de encaminhamento de tráfego; ▪ A movimentação coletiva a partir da ZCI é garantida com meios de transporte a fornecer pela A.H.B.V. de Lousada, por empresas públicas ou privadas de transportes ou por outros meios proporcionados pela área de intervenção de logística; ▪ No caso de evacuação por via ferroviária a Comboios de Portugal, E.P.E. disponibilizara meios ferroviários para constituição de comboios de evacuação, processo devidamente articulado com as Infraestruturas de Portugal. I.P; ▪ A população movimentada a partir da ZCI é encaminhada para a ZCAP, cuja localização e procedimentos de funcionamento estão definidos na área de intervenção de apoio logístico às populações; ▪ O transporte entre a ZCI e a ZCAP é, em regra, acompanhado por pessoal das Forças de Segurança / Corpo de Bombeiros / CVP / ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Lousada. Se necessário, as Forças de Segurança podem solicitar ao PCMun a existência de acompanhamento médico, por parte do INEM, IP; ▪ Compete ao SEF o controlo sobre a movimentação ilícita de estrangeiros nos grupos evacuados; ▪ O suporte logístico à evacuação em termos de água, alimentação e agasalhos é assegurado pela área de intervenção de apoio logístico às populações; ▪ O apoio psicológico aos grupos mais vulneráveis (crianças, idosos, pessoas acamadas, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com deficiência) é efetuado de acordo com os procedimentos definidos na área de intervenção de serviços médicos e transporte de vítimas (apoio psicológico); ▪ As condições de segurança para o regresso da população a uma área territorial deve ser proposta pelo COS ao Presidente da Câmara Municipal; ▪ O regresso das populações às áreas anteriormente evacuadas deve ser controlado pelas Forças de Segurança, tendo em vista a manutenção das condições de tráfego, e só quando estiverem garantidas as condições de segurança.

Confinamento e/ou evacuação		
	Confinamento:	<ul style="list-style-type: none"> Compete às Forças de Segurança isolar a área de perigo, mantendo afastadas todas as pessoas que não estão diretamente envolvidas nas operações. As equipas de emergência não protegidas com equipamentos de proteção individual não estão autorizadas a entrar na zona de isolamento; As Forças de Segurança, juntamente com os órgãos de comunicação social, informam a população para fechar portas e janelas, desligar todos os sistemas de ventilação, aquecimento e refrigeração; Caso exista perigo de incêndio e/ou uma explosão, as Forças de Segurança juntamente com os órgãos de comunicação social, informam a população para se manterem longe de portas e janelas devido, ao perigo de projeção de fragmentos de vidro e de metal; Caso exista alteração das condições da ocorrência, compete às Forças de Segurança comunicar à população a necessidade de evacuação ou avisar do final da situação de perigo.

A evacuação da população poderá ser efetuada para uma ZCI, onde é prestada a primeira ajuda, cuja localização será determinada e divulgada pelo PCMun. No concelho de Lousada poderão funcionar como ZCAP os seguintes locais:

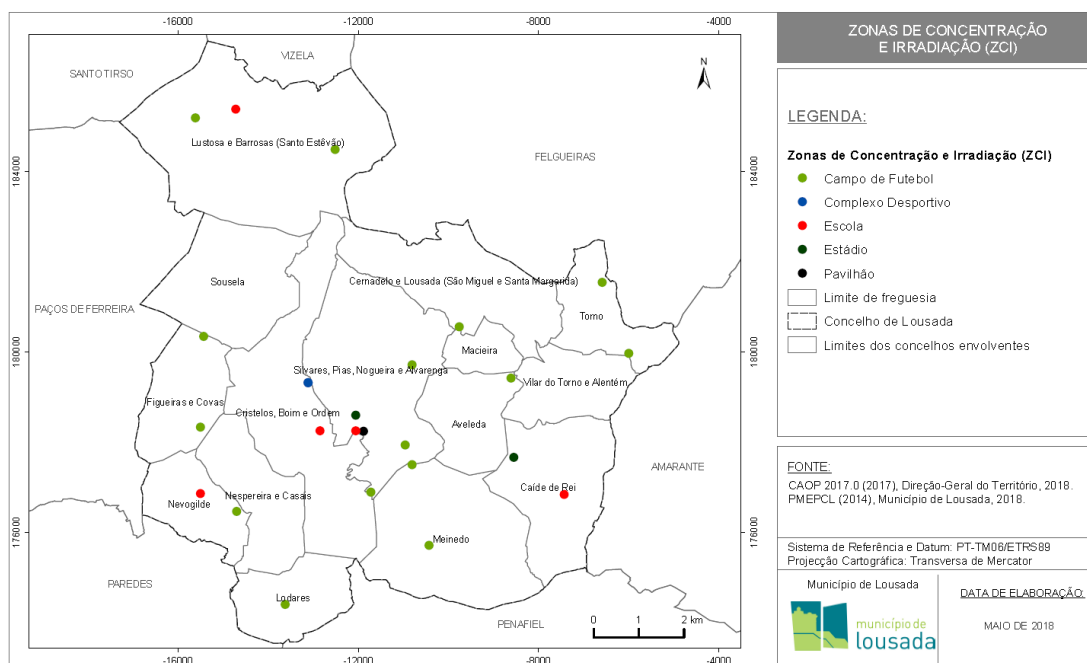
Quadro 32: ZCI do município de Lousada

Designação	Local	Coordenadas (WGS84)	
		Latitude	Longitude
Campo de Futebol da Associação Desportiva das Poldras	Rio Barelo	41°18'11.32"N	8°12'42.33"W
Campo de Futebol da Associação Recreativa e Desportiva de Macieira	Pedrosos	41°17'39.13"N	8°14'58.86"W
Campo de Futebol da Juventude Desportiva de Meinedo	São Martinho	41°15'2.14"N	8°15'27.50"W
Campo de Futebol de Aveleda	Aveleda	41°17'2.35"N	8°14'9.32"W
Campo de Futebol de Barrosas (Santo Estêvão)	Barrosas (Santo Estêvão)	41°19'46.34"N	8°16'57.42"W
Campo de Futebol de Boim	Rua União Cultural e Recreativa de Boim	41°15'40.10"N	8°16'22.86"W
Campo de Futebol de Covas	Covas	41°17'31.77"N	8°19'2.67"W
Campo de Futebol de Lagoas	Lagoas	41°15'26.28"N	8°18'30.79"W
Campo de Futebol de Lodares	Planície	41°14'19.31"N	8°17'44.22"W
Campo de Futebol de Lustosa	São Roque	41°20'9.17"N	8°19'10.97"W
Campo de Futebol de Nogueira	Nogueira	41°17'11.79"N	8°15'43.83"W
Campo de Futebol de Pias	Pias	41°16'14.08"N	8°15'50.17"W
Campo de Futebol de Romariz	Lugar de Romariz	41°15'59.96"N	8°15'43.75"W

Designação	Local	Coordenadas (WGS84)	
		Latitude	Longitude
Campo de Futebol do Aparecida Futebol Clube	Sezões	41°17'20.31"N	8°12'17.19"W
Campo de Futebol do Centro Cultural, Recreativo e Desportivo "Águias de Figueiras"	Ribeiro	41°16'26.64"N	8°19'5.42"W
Complexo Desportivo de Lousada	Cristelos	41°16'58.66"N	8°17'22.85"W
Complexo Desportivo de Lousada	Cristelos	41°16'58.66"N	8°17'22.85"W
Escola Básica de Lousada Centro	Rua Hans Isler	41° 16' 24,046" N	8° 17' 12,318" W
Escola Básica de Lousada Este	Lugar do Mouro	41° 15' 38,891" N	8° 13' 19,513" W
Escola Básica de Lousada Norte	Lugar do Relógio	41° 20' 15,706" N	8° 18' 33,156" W
Escola Básica de Lousada Oeste	Lugar de Juzam	41° 15' 39,179" N	8° 19' 5,347" W
Escola Secundária de Lousada	Rua Dr. Mário Soares, 194	41° 16' 24,485" N	8° 16' 37,625" W
Estádio Municipal de Lousada	Avenida Amílcar Neto	41°16'35.48"N	8°16'37.51"W
Estádio Quinta dos Ingleses	Caíde de Rei	41°16'5.21"N	8°14'6.60"W
Pavilhão Municipal de Lousada	Rua Doutor Mário Soares	41°16'23.83"N	8°16'29.91"W

A distribuição espacial das ZCI encontra-se evidenciada no Mapa 27

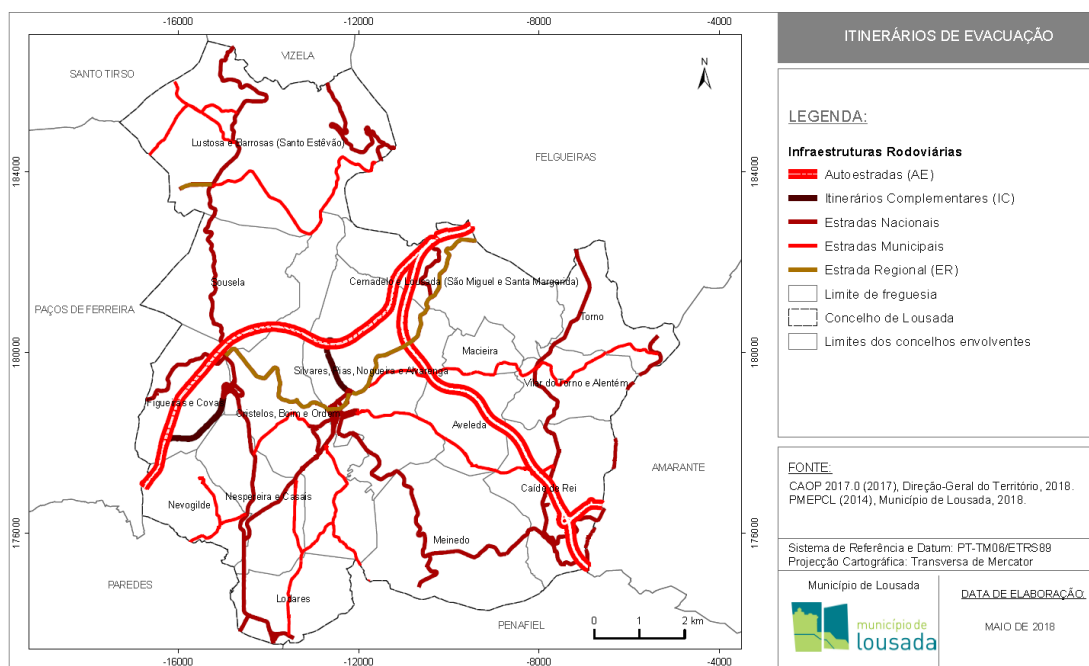
Mapa 27: ZCI do município de Lousada



Sempre que existir a necessidade de realizar uma evacuação prolongada da população, dever-se-á proceder à sua deslocação para uma ZCAP (Quadro 27 e Mapa 26), que servirá de alojamento temporário da população até se proceder ao seu realojamento.

Compete, também, às forças de segurança definir os itinerários de evacuação a utilizar a partir das ZCI e garantir que estes se encontram desobstruídos. Na definição dos itinerários de evacuação deverá considerar-se o local da ocorrência e características do acidente grave ou catástrofe. Contudo, pelas características que apresentam (qualidade da via e velocidade média de circulação), encontram-se identificadas no Mapa 28 as vias que poderão ser utilizadas como corredores de circulação de emergência.

Mapa 28: Itinerários de evacuação do município de Lousada

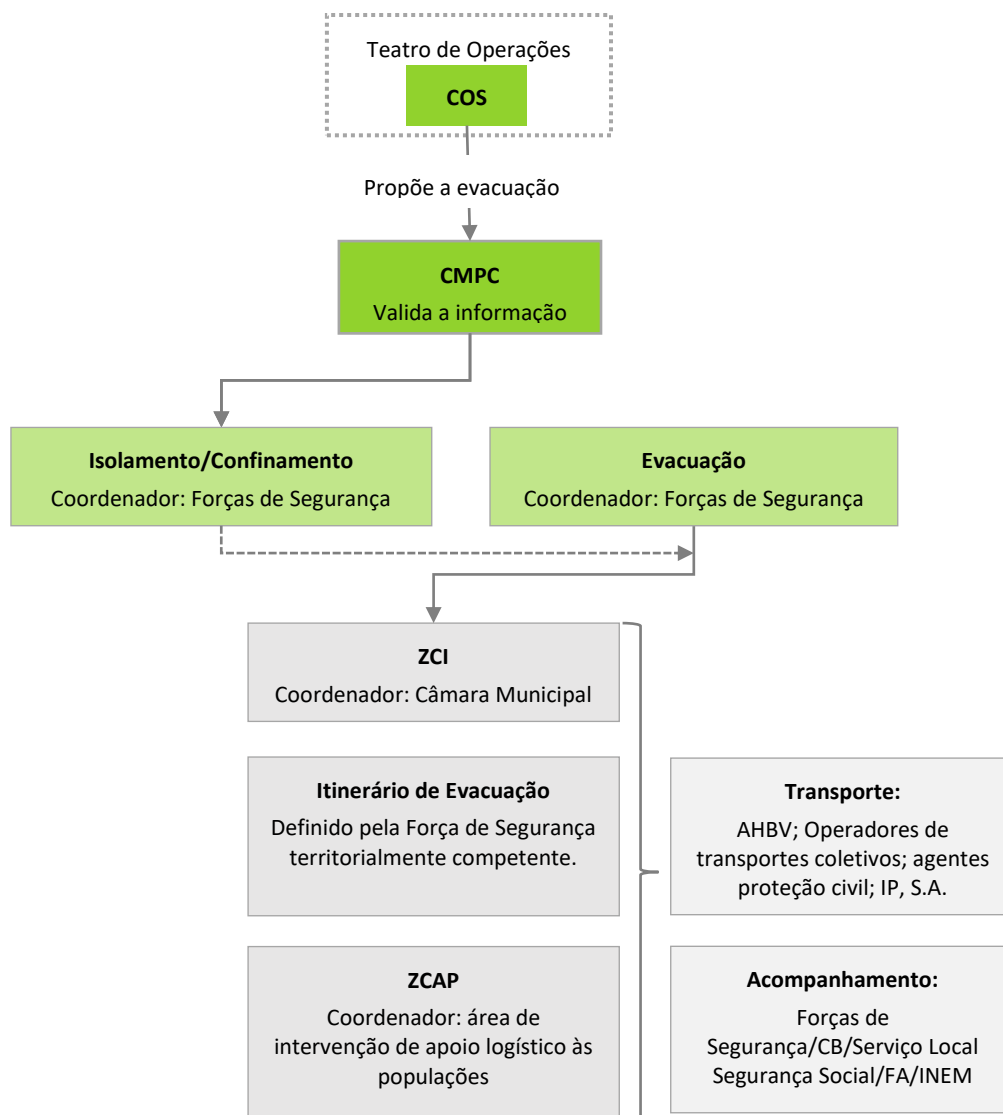


A evacuação da população é orientada e coordenada pelas forças de segurança e garantida com os meios de transporte facultados pelos operadores de transportes coletivos e de outros agentes de proteção civil, entidades com dever de cooperação que disponham de meios para tal.

Após controlada a situação de acidente grave ou catástrofe a população evacuada deverá ser reencaminhada à sua área de residência ou, caso não seja possível, deve proceder-se ao seu realojamento.

Em suma, a evacuação da população deverá ter em consideração os procedimentos e instruções de coordenação apresentados no esquema que se apresenta em seguida:

Figura 13: Procedimentos e instruções de coordenação (confinamento e/ou evacuação)



4.7 MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

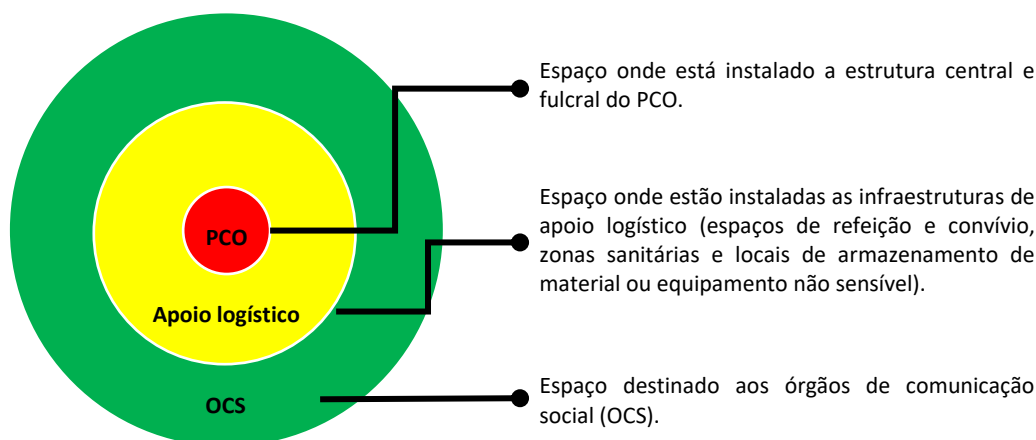
A estrutura de coordenação e intervenção responsável pela segurança de pessoas e bens e ao controlo do tráfego, bem como os procedimentos e instruções de coordenação desta área de intervenção encontram-se devidamente identificados no quadro seguinte.

Quadro 33: Manutenção da ordem pública

Manutenção da Ordem Pública	
Entidade Coordenadora:	GNR - Posto Territorial de Lousada.
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia; ▪ Autoridade Marítima Nacional (AMN) - Capitania do Porto do Douro; ▪ Polícia Marítima – Comando Local do Douro ▪ PJ - Diretoria do Norte.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir a manutenção da lei e da ordem; ▪ Garantir a proteção das populações afetadas, dos seus bens, impedindo roubos e pilhagens, criando perímetros de segurança; ▪ Garantir a segurança de infraestruturas consideradas sensíveis ou indispensáveis às operações de proteção civil (tais como instalações de agentes de proteção civil, hospitais ou escolas); ▪ Garantir o controlo de acessos e a segurança aos Postos de Comando e à ZS a pessoas devidamente autorizadas; ▪ Coordenar a movimentação das populações; ▪ Manter desimpedidos os caminhos de evacuação; ▪ Assegurar a segurança nas ações relativas à mortuária.
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A manutenção da ordem pública é competência primária das forças de segurança; ▪ Compete às forças de segurança patrulhar as zonas afetadas e evacuadas com vista a garantir a segurança física da população e proteger a propriedade privada e a impedir roubos ou pilhagens; ▪ As forças de segurança garantem o tráfego rodoviário em direção às zonas de sinistro, efetuando as eventuais alterações à circulação a que houver necessidade, e garantem a manutenção de ordem pública com as suas forças de intervenção. As forças de segurança podem criar barreiras ou outros meios de controlo, bem como corredores de emergência; ▪ Compete às forças de segurança garantir a segurança de estabelecimentos públicos ou de infraestruturas consideradas sensíveis, designadamente instalações de interesse público ou estratégico municipal. Este controlo de segurança pode implicar o apoio de empresas privadas de segurança, a mobilizar pelo detentor da instalação; ▪ As forças de segurança garantem a segurança dos corredores de circulação das viaturas de socorro, das áreas de triagem e das estruturas montadas (por exemplo: hospitais de campanha) para apoiar a prestação de cuidados médicos;

O acesso à zona afetada e às zonas envolventes do sinistro deverá ser limitado às forças de intervenção, entidades com dever de cooperação, sendo que para tal, as forças de segurança poderão criar barreiras (perímetros de segurança).

Figura 14: Perímetros de segurança



Os perímetros de segurança são sempre da responsabilidade da força de segurança territorialmente competente, conforme os seguintes procedimentos:

1) Execução dos perímetros de segurança (PCO):

- Perímetro de Segurança Exterior: montado ao longo da infraestrutura onde se situa o PCMun. É montado um Posto de Controlo à entrada do perímetro exterior, que faz o controlo de acessos ao PCMun.
- Perímetro de Segurança Interior: garantido por barreiras físicas, com controlo de acessos e com segurança de área executada pela força de segurança territorialmente competente.

2) Execução dos perímetros de segurança (TO):

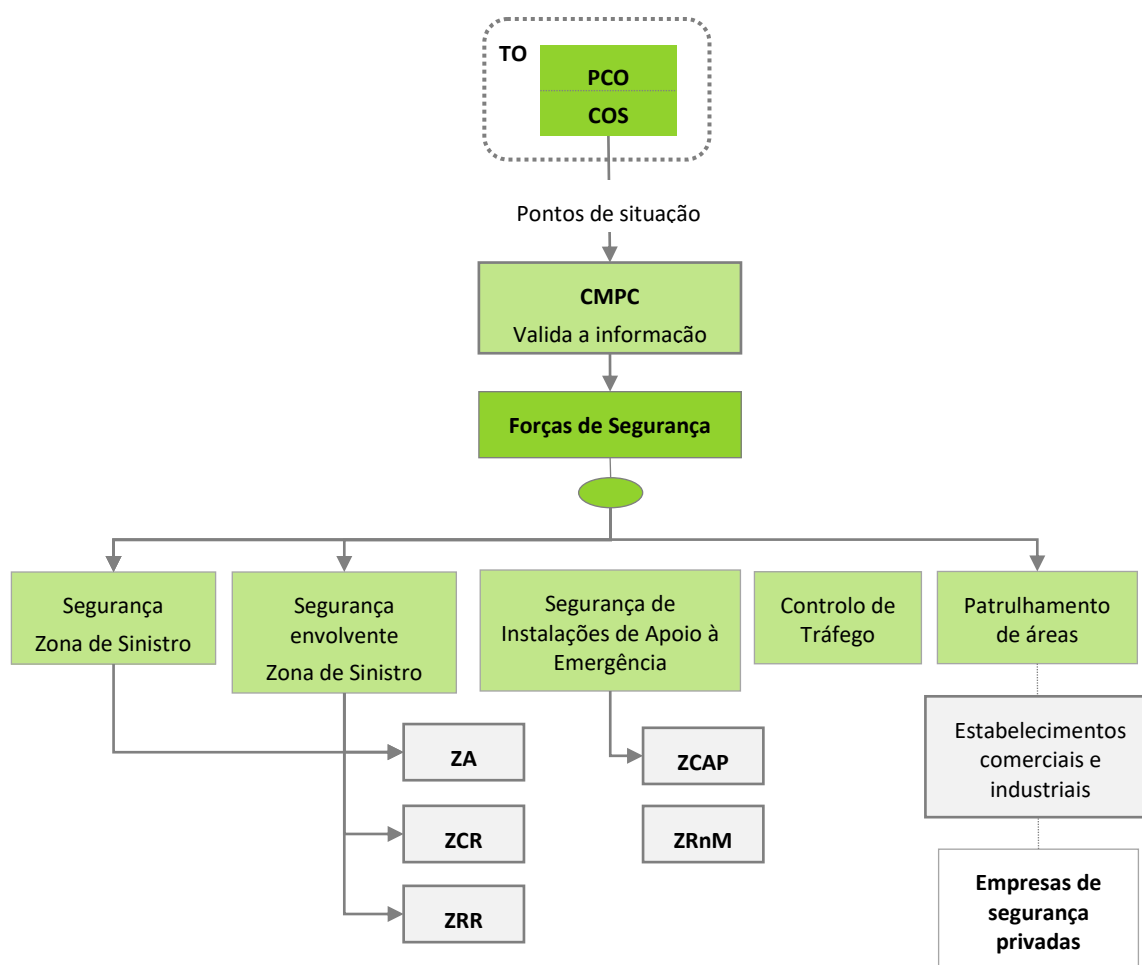
- As Forças de Segurança garantem, dentro do possível, o condicionamento e controlo do acesso de pessoas e veículos à zona afetada e às zonas envolventes do sinistro (ZA, ZCR, ZRR, ZCAP e ZRnM);
- As Forças de Segurança permitem a entrada e saída de viaturas de emergência e de proteção civil na zona afetada.

No que diz respeito aos estabelecimentos industriais e comerciais, a segurança destes deve ser garantida pelas forças de segurança. Contudo, de modo a reforçar a segurança destes estabelecimentos

poderá recorrer-se a empresas de segurança privadas da especialidade, cujos vigilantes devem apresentar-se devidamente uniformizados.

Para além das prioridades de ação e instruções específicas anteriormente apresentadas, importa realçar alguns procedimentos e instruções de coordenação a adotar perante uma situação de acidente grave ou catástrofe, os quais se encontram evidenciados na figura seguinte:

Figura 15: Procedimentos e instruções de coordenação (manutenção da ordem pública)



4.8 SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS

Nesta área de intervenção identificam-se os procedimentos e instruções de coordenação, assim como os meios e as responsabilidades dos serviços, agentes de proteção civil, organismos e entidades de

apoio, no que se refere às atividades de saúde e evacuação secundária, face a um elevado número de vítimas.

4.8.1 EMERGÊNCIA MÉDICA

O INEM coordena esta área de intervenção, contando com a colaboração de diversas entidades, conforme indicado no quadro seguinte:

Quadro 34: Serviços médicos e transporte de vítimas

Serviços Médicos e Transporte de Vítimas	
Entidade Coordenadora:	<ul style="list-style-type: none"> INEM, IP (na área do pré-hospitalar); Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, EPE (na área hospitalar).
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada; Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia; ACES Tâmega III - Vale do Sousa Norte; CVP - Delegação de Lustosa; PCI - Paramédicos de Catástrofe Internacional.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a prestação de cuidados médicos de emergência nas áreas atingidas, nomeadamente a triagem, estabilização e transporte das vítimas para as Unidades de Saúde; Assegurar a montagem, organização e funcionamento de Postos de Triagem, postos médicos avançados (PMA) e de Hospitais de campanha; Criar locais de recolha de sangue em locais chave e assegurar a sua posterior distribuição pelas unidades de saúde carenciadas; Determinar os hospitais de evacuação; Prever mecanismos de transferência para outras unidades hospitalares de referência; Implementar um sistema de registo de vítimas desde o TO até à unidade de saúde de destino; Garantir o funcionamento de serviços temporários e/ou permanentes de saúde, reforçando e inventariando o pessoal dos Serviços de Saúde, nas suas diversas categorias; Inventariar danos e perdas nas capacidades dos serviços de saúde, bem como das que se mantêm operacionais na ZS; Criar locais de recolha de sangue em locais chave e assegurar a sua posterior distribuição.

Serviços Médicos e Transporte de Vítimas	
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none"> A triagem primária é da competência da área de intervenção de socorro e salvamento, sendo em regra realizada pelos Corpos de Bombeiros, sob coordenação do INEM, IP; A localização dos postos/áreas de triagem é identificada pelo COS e devem estar tão perto quanto possível das zonas mais afetadas dentro da ZS, respeitando as necessárias distâncias de segurança; O INEM, IP monta postos de triagem e de assistência pré-hospitalar de acordo com a necessidade, promovendo a triagem das vítimas e a evacuação secundária, em articulação com entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde; O transporte de vítimas até aos postos de triagem e de assistência pré-hospitalar (evacuação primária) é efetuado pelo INEM, IP, Corpos de Bombeiros e Forças Armadas, em articulação com o PCMun. A evacuação secundária é coordenada pelo INEM, IP, em articulação com o PCMun e efetuada em ambulâncias do INEM, IP, Corpos de Bombeiros ou eventualmente, em viaturas das Forças Armadas; Os cadáveres identificados na triagem primária serão posteriormente encaminhados para locais de reunião de vítimas mortais, aplicando-se os procedimentos da área de intervenção dos serviços mortuários; As Forças Armadas colaboram na prestação de cuidados de saúde de emergência, na medida das suas disponibilidades, contribuindo ainda, desde que possível, para o esforço distrital através de hospitais de campanha; Para evacuação e tratamento dos operacionais serão utilizadas as estruturas hospitalares públicas disponíveis no município de Lousada, podendo ser reforçadas, a pedido, por outras estruturas distritais ou nacionais.

No município de Lousada poderão ser utilizadas como postos de triagem os seguintes locais:

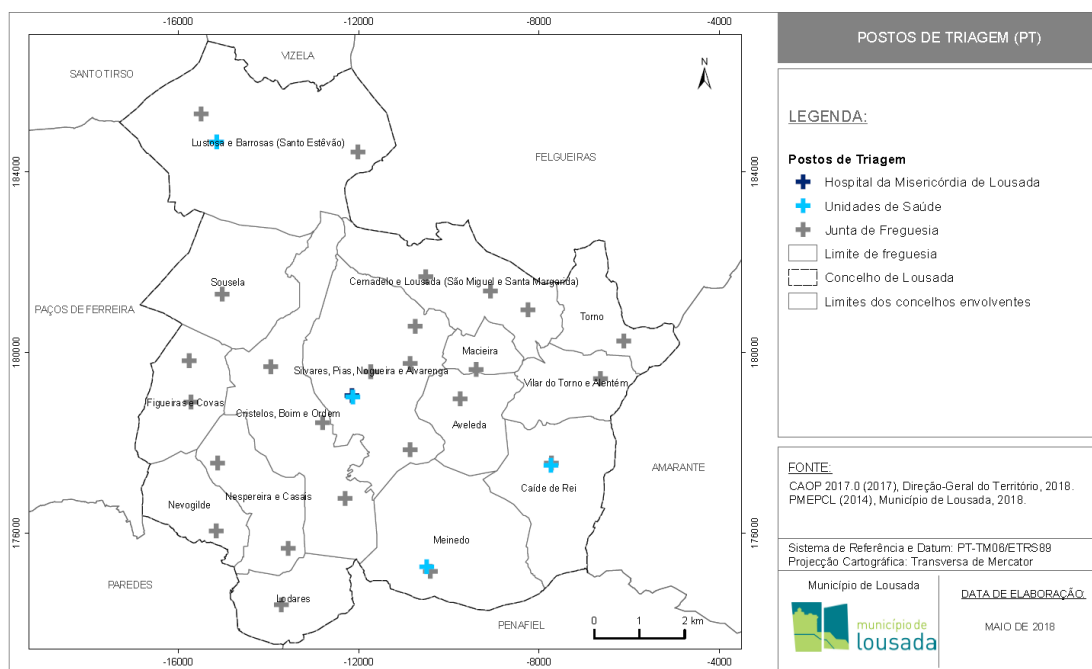
Quadro 35: Postos de triagem do município de Lousada

Designação	Local	Coordenadas (WGS84)	
		Latitude	Longitude
Centro de Saúde Lousada	Av. Major Arrochela Lobo	41°16'48.91"N	8°16'40.59"W
Extensão de Saúde Caide (CS Lousada)	Rua Antero Pinto Babo, 55	41°16'0.09"N	8°13'31.75"W
Extensão de Saúde Lustosa (CS Lousada)	Rua Central de Bouça Cova, 175	41°19'51.89"N	8°18'50.41"W
Extensão de Saúde Meinedo (CS Lousada)	Rua Santo Tirso, 70	41°14'47.01"N	8°15'30.06"W
Hospital da Misericórdia de Lousada	Avenida Major Arrochela Lobo	41°16'49.94"N	8°16'41.39"W
Junta de Freguesia de Alvarenga	Rua de S. Lourenço, 388	41°17'39.80"N	8°15'41.31"W
Junta de Freguesia de Aveleda	Largo de Mourinho, 21	41°16'47.73"N	8°14'58.32"W
Junta de Freguesia de Barrosas (Santo Estêvão)	Venda (EN 207-1)	41°19'44.74"N	8°16'35.83"W
Junta de Freguesia de Boim	Rua General Humberto Delgado, 4	41°15'36.11"N	8°16'47.56"W

Designação	Local	Coordenadas (WGS84)	
		Latitude	Longitude
Junta de Freguesia de Caíde de Rei	Praça S. Pedro, 1	41°16'1.78"N	8°13'31.23"W
Junta de Freguesia de Casais	Urbanização Covilhô, 16	41°16'1.29"N	8°18'49.00"W
Junta de Freguesia de Cernadelo	Rua da Barria, 194	41°17'51.58"N	8°13'53.86"W
Junta de Freguesia de Covas	Rua S. João Evangelista, 761	41°17'14.85"N	8°19'16.23"W
Junta de Freguesia de Cristelos	Av. Sá e Melo, 196	41°16'30.45"N	8°17'9.01"W
Junta de Freguesia de Figueiras	Av. Padre Francisco Barbosa de Queirós, 254	41°16'44.99"N	8°19'14.52"W
Junta de Freguesia de Lodares	Avenida da Planície, 188	41°14'19.65"N	8°17'47.98"W
Junta de Freguesia de Lousada (Santa Margarida)	Rua da Junta de Freguesia, 901	41°18'15.42"N	8°15'30.96"W
Junta de Freguesia de Lousada (São Miguel)	Largo Arraial S. Gonçalo, 32	41°18'5.30"N	8°14'29.60"W
Junta de Freguesia de Lustosa	Rua Santo Tirso, 74	41°20'11.89"N	8°19'5.55"W
Junta de Freguesia de Macieira	Rua António Ferreira, 115 - Cruzeiro	41°17'8.91"N	8°14'43.19"W
Junta de Freguesia de Meinedo	Rua Senhora da Ajuda, 188	41°14'43.98"N	8°15'26.60"W
Junta de Freguesia de Nespereira	Lugar do Souto, 207	41°15'0.32"N	8°17'41.86"W
Junta de Freguesia de Nevogilde	Rua Clemente Ribeiro de Bessa, 80	41°15'12.47"N	8°18'50.39"W
Junta de Freguesia de Nogueira	Rua da Igreja, 146	41°17'12.91"N	8°15'46.07"W
Junta de Freguesia de Ordem	Estrada da Capela, 672	41°17'10.64"N	8°17'58.72"W
Junta de Freguesia de Pias	Rua da Junta, 66	41°16'11.16"N	8°15'45.89"W
Junta de Freguesia de Silves	Calvário	41°17'7.21"N	8°16'23.61"W
Junta de Freguesia de Sousela	Estrada de Santa Maria de Sousela, 603	41°18'2.59"N	8°18'44.97"W
Junta de Freguesia de Torno	Alto do Fogo, 175	41°17'29.29"N	8°12'22.34"W
Junta de Freguesia de Vilar de Torno e Alentém	Rua Santa Maria Maior, 230	41°17'2.33"N	8°12'44.47"W

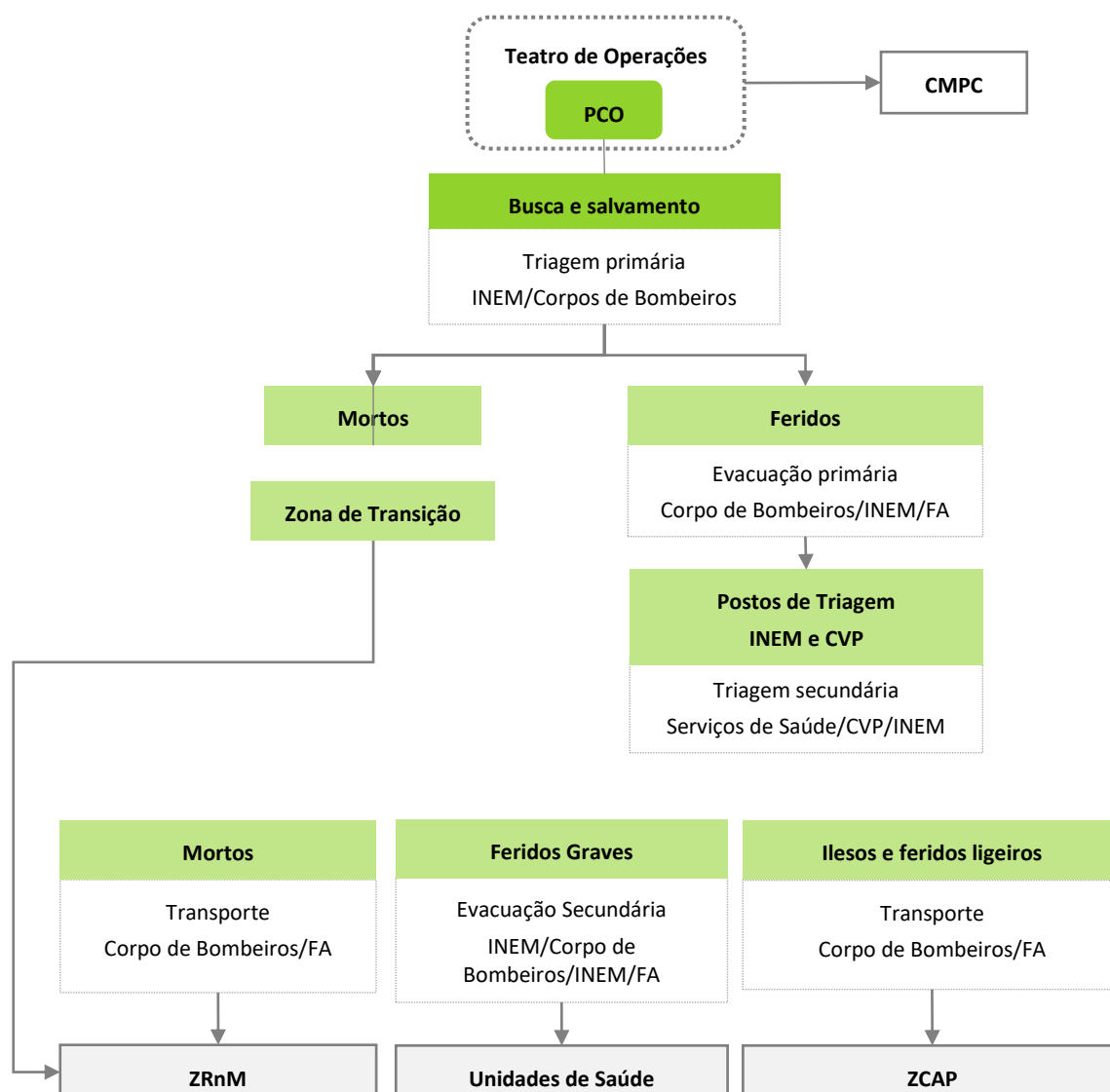
A distribuição espacial dos postos de triagem encontra-se evidenciada no Mapa 28.

Mapa 29: Postos de triagem do município de Lousada



Para além do referido anteriormente, as entidades responsáveis pelos serviços médicos e transporte de vítimas deverão considerar os procedimentos e instruções de coordenação expostos na Figura 16.

Figura 16: Procedimentos e instruções de coordenação (serviços médicos e transporte de vítimas)



4.8.2 APOIO PSICOLÓGICO

Em caso de acidente grave ou catástrofe poderá ser necessário prestar apoio psicológico à população afetada e aos vários intervenientes nas operações de socorro. O INEM, IP assegura o apoio psicológico a prestar às vítimas no local da ocorrência e, para tal, poderá contar com a colaboração de todos os agentes de proteção civil e entidades com dever de cooperação que disponham de psicólogos.

Quadro 36: Apoio psicológico

Apoio Psicológico	
Entidade Coordenadora:	<ul style="list-style-type: none"> INEM, IP (apoio imediato); ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Lousada (apoio de continuidade).
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada; GNR - Posto Territorial de Lousada; Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia; ACES Tâmega III - Vale do Sousa Norte; CVP - Delegação de Lustosa; PCI - Paramédicos de Catástrofe Internacional; Câmara Municipal de Lousada.
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a mobilização de meios e recursos necessários ao apoio psicológico; Prever mecanismos de evacuação das vítimas primárias⁹ do local da ocorrência para as Zonas de Apoio Psicológico (ZAP); Assegurar o apoio psicológico imediato a prestar às vítimas primárias e secundárias¹⁰ na ZAP; Assegurar o apoio psicológico às vítimas terciárias¹¹; Assegurar que as vítimas que apresentem necessidades de apoio social são encaminhadas para as ZCAP; Assegurar o apoio psicológico à população presente nas ZCAP. Assegurar o apoio psicológico às vítimas secundárias que se encontram nas Zonas de Reunião de Mortos (ZRNM) e nos Necrotérios provisórios (Necpro).

⁹ Vítimas primárias: Vítimas diretamente resultantes da situação de emergência em causa.

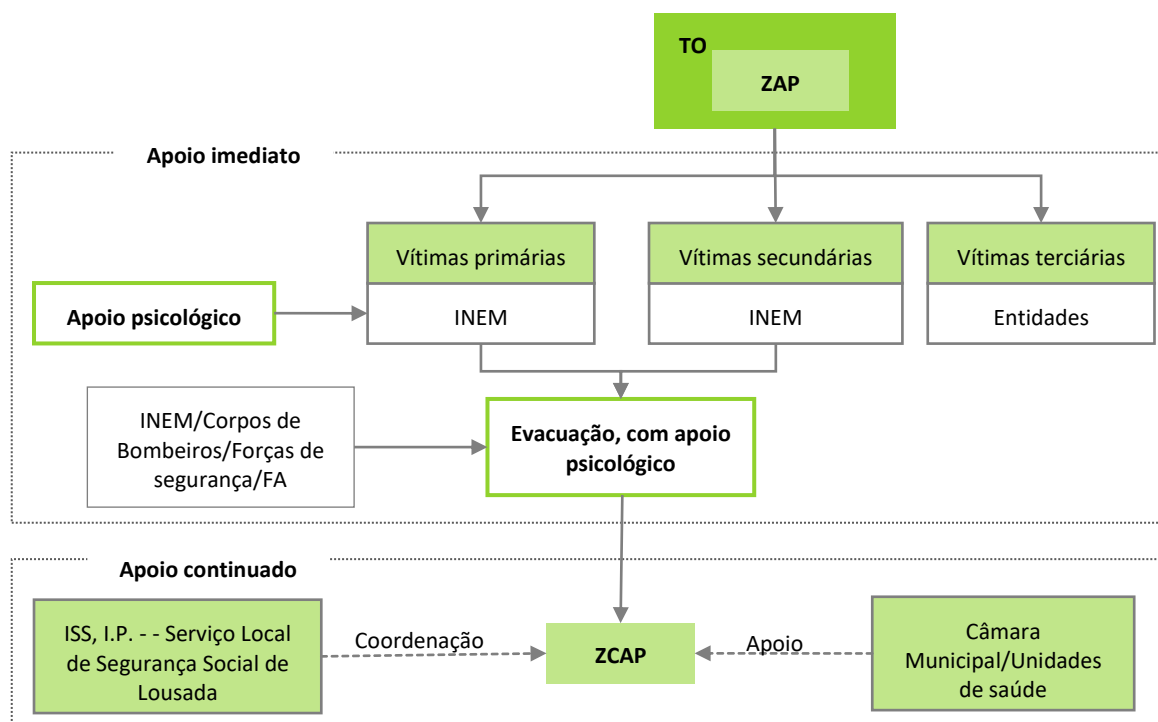
¹⁰ Vítimas secundárias: Familiares das vítimas primárias.

¹¹ Vítimas terciárias: Operacionais dos agentes de proteção civil e dos organismos e entidades de apoio envolvidos nas operações em curso.

Apoio Psicológico	
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O apoio psicológico imediato às vítimas primárias e secundárias no teatro de operações será realizado em ZAP constituídas para o efeito, que são da responsabilidade do INEM, IP; ▪ As ações a desenvolver nas ZAP são respeitantes a receção e estabilização de vítimas, levantamento de necessidades psicossociais, identificação e recolha de informação das mesmas; ▪ As ZAP são da responsabilidade do INEM, IP a quem cabe gerir as prioridades de evacuação e os momentos de evacuação. Os restantes agentes de proteção civil e entidades com dever de cooperação que disponham de psicólogos apoiam o INEM, IP na medida das suas disponibilidades; ▪ As ZAP devem articular-se com as ZCAP quanto à comunicação de dados, e com o COS quanto à recolha de informação com relevância operacional; ▪ O apoio psicológico às vítimas terciárias é responsabilidade primária das respetivas entidades. No caso de insuficiência ou ausência de meios de apoio, este será garantido pelas entidades disponíveis para o efeito. As vítimas terciárias são acompanhadas em locais reservados e exclusivos para esse efeito; ▪ Os psicólogos das Forças de Segurança serão usados prioritariamente no tratamento e acompanhamento dos seus próprios operacionais. As disponibilidades remanescentes poderão ser utilizadas no âmbito do esforço geral de resposta; ▪ O apoio psicológico de continuidade, a realizar predominantemente nas ZCAP, é coordenado pelo ISS, IP - Serviço Local de Segurança Social de Lousada que será apoiada por equipas de psicólogos da Câmara Municipal de Lousada, das unidades de saúde do município e demais agentes de proteção civil, entidades e organismos de apoio que disponham de psicólogos. ▪ Nas ZCAP aplicam-se os procedimentos previstos para a área de intervenção do apoio logístico à população; ▪ O apoio psicológico às vítimas secundárias que se encontram nas ZRN e NecPro é coordenado no PCMun.

O apoio psicológico deverá ser prestado de forma célere e eficiente, e por ser uma atividade de extrema suscetibilidade, as entidades responsáveis pela prestação deste serviço, devem seguir certos procedimentos e instruções, presentes na próxima figura:

Figura 17: Procedimentos e instruções de coordenação (apoio psicológico)



4.9 SOCORRO E SALVAMENTO

Tendo como objetivo a correta organização e funcionamento das atividades de socorro e salvamento, apresentam-se no quadro seguinte as entidades responsáveis, bem como as prioridades de ação e instruções específicas a atender nesta área de intervenção:

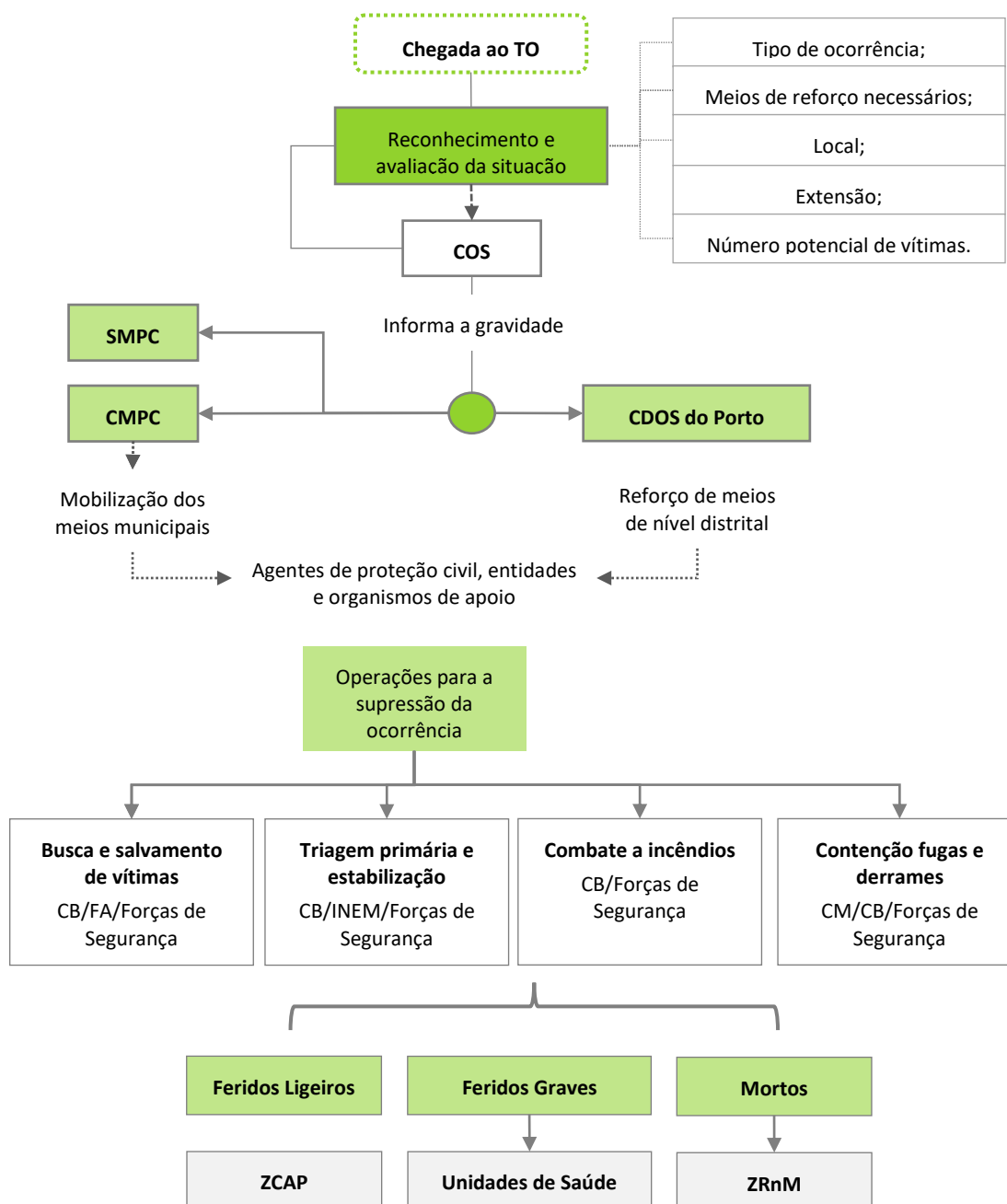
Quadro 37: Socorro e salvamento

Socorro e Salvamento	
Entidade Coordenadora:	Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) de Lousada.
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada; GNR - Posto Territorial de Lousada; Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia; Autoridade Marítima Nacional (AMN) - Capitania do Porto do Douro; Polícia Marítima – Comando Local do Douro; INEM, IP; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Câmara Municipal de Lousada.

Socorro e Salvamento	
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a constituição de equipas no âmbito das valências do socorro e salvamento e garantir a sua segurança operacional; ▪ Avaliar as áreas afetadas onde deverão ser desencadeadas ações de busca e salvamento, nomeadamente tendo em conta as informações a disponibilizar, designadamente, pelas ERAS; ▪ Planear e executar o socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os sinistros, incluindo o socorro a náufragos e buscas subaquáticas; ▪ Assegurar as operações de socorro e evacuação primária, assistência a feridos e evacuação secundária; ▪ Propor a definição de zonas prioritárias nas áreas afetadas pelo acidente grave ou catástrofe.
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A intervenção inicial cabe prioritariamente às forças mais próximas do local da ocorrência ou àquelas que se verifique terem uma missão específica mais adequada; ▪ As ações de busca, socorro e salvamento poderão ser apoiadas por meios aéreos da ANPC, de acordo com a necessidade de disponibilidade das aeronaves; ▪ Para as ações de contenção de fugas e derrames, serão chamadas a intervir as empresas privadas responsáveis pelos produtos derramados; ▪ Os Corpos de Bombeiros asseguram primariamente as operações de busca e salvamento e de combate a incêndios; ▪ As Forças de Segurança participam primariamente nas operações que se desenvolvam nas respetivas áreas de atuação, podendo atuar em regime de complementaridade nas restantes; ▪ As Forças de Segurança participam nas operações com as valências de busca e salvamento em ambiente urbano e cinotécnica, na respetiva área de jurisdição ou em regime de complementaridade nas restantes; ▪ As Forças Armadas participam nas operações de busca e salvamento na medida das suas capacidades e disponibilidades. ▪ As Forças de Segurança participam, executam através dos GIPS, ações de proteção e socorro, nas ocorrências de incêndios rurais/florestais ou de matérias perigosas; ▪ O ICNF participa nas ações de socorro e salvamento nas áreas protegidas.

As entidades responsáveis por esta área de intervenção, para além das prioridades de ação e instruções específicas supracitadas deverão considerar os procedimentos e instruções de coordenação elencados na figura seguinte.

Figura 18: Procedimentos e instruções de coordenação (socorro e salvamento)



4.10 SERVIÇOS MORTUÁRIOS

Nesta área de intervenção, executam-se tarefas de extrema sensibilidade, como recolha e depósito de cadáveres, devendo por isso ser cumpridas através de procedimentos rigorosos. Assim, no quadro

seguinte estão identificadas as prioridades de ação e as instruções específicas relativas às atividades de recolha, reunião das vítimas mortais, e ainda a instalação de morgues provisórias para identificação e reconhecimento das vítimas.

Quadro 38: Serviços mortuários

Serviços Mortuários	
Entidade Coordenadora:	Ministério Público (coadjuvado técnica e operacionalmente pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses)
Entidades Intervenientes:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada; ▪ GNR - Posto Territorial de Lousada; ▪ Regimento de Artilharia n.º 5 de Vila Nova de Gaia; ▪ Autoridade Marítima Nacional (AMN) - Capitania do Porto do Douro; ▪ Polícia Marítima – Comando Local do Douro; ▪ ACES Tâmega III - Vale do Sousa Norte; ▪ CVP - Delegação de Lustosa; ▪ PJ - Diretoria do Norte; ▪ SEF - Direção Regional do Norte; ▪ INMLCF - Gabinete Médico-Legal e Forense do Tâmega; ▪ IRN - Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial de Lousada ▪ Câmara Municipal de Lousada.

Serviços Mortuários	
Prioridades de Ação:	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a constituição das ZRnM e dos NecPro, onde se executam os habituais procedimentos de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver, verificação do óbito e autópsia; Assegurar a constituição ao nível municipal, de Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas mortais (ERAV-m); Assegurar a integridade das zonas onde foram referenciados e recolhidos os cadáveres com vista a garantir a preservação de provas, a análise e recolha das mesmas; Assegurar a presença das Forças de Segurança nos locais onde decorrem operações de mortuária de forma a garantir a manutenção de perímetros de segurança; Assegurar o correto tratamento dos cadáveres, conforme os procedimentos operacionais previstos; Fornecer à Área de Intervenção da Informação Pública e à direção do plano listas atualizadas das vítimas mortais e dos seus locais de sepultamento; Garantir uma eficaz recolha de informações que possibilite proceder, com a máxima rapidez e eficácia, à identificação dos cadáveres, nomeadamente no que respeita: <ul style="list-style-type: none"> Colheita de dados Post-mortem; Colheita de dados Ante-mortem; Cruzamento de dados Post-mortem / Ante-mortem; Garantir a capacidade de transporte de cadáveres ou partes de cadáveres; Assegurar a inventariação dos locais destinados a sepultamentos de emergência; Assegurar a articulação com a Área de Intervenção do Apoio Logístico às Forças de Intervenção, para fornecimento de sacos para cadáveres às forças empenhadas nas operações; Garantir a recolha e guarda do espólio dos cadáveres, em articulação com a Área de Intervenção do Apoio Logístico à População; Garantir uma correta tramitação processual de entrega dos corpos identificados.
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none"> Nas ZRnM e nos NecPro, procede-se aos habituais procedimentos de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver, verificação do óbito e autópsia; Para a instalação de ZRnM e NecPro devem ser escolhidas instalações onde haja um piso em espaço aberto, plano e fácil de limpar, com boa drenagem, ventilação natural, provido de água corrente e energia elétrica. Na seleção destes locais devem ser tidas em conta, ainda, as acessibilidades, as comunicações, a privacidade, a disponibilidade e as facilidades de condições de segurança. Em geral, as instalações mais indicadas para local de reunião de vítimas mortais são os pavilhões gimnodesportivos, armazéns e edifícios similares; Relativamente a vítimas de suposta nacionalidade estrangeira, é acionado no NecPro o SEF para obtenção de dados para a identificação da mesma; Aquando da ativação do PMEPL, e tendo como missão a recolha de dados ante-mortem, promover-se-á a ativação de um ou mais centros de recolha de informação, conforme decisão do MP e sob responsabilidade da PJ e do INMLCF - Gabinete Médico-Legal e Forense do Tâmega; A aposição de tarja negra e de etiqueta numa vítima, sob supervisão de um médico, corresponde à verificação do óbito, devendo ser feita na triagem de emergência primária, sempre que possível;

Serviços Mortuários	
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A autorização antecedente é solicitada ao magistrado do MP designado ou integrado na estrutura onde esteja presente; ▪ Sendo localizado um corpo sem sinais de vida e sem tarja negra aposta, o médico da ERAV verificará o óbito e procederá à respetiva etiquetagem em colaboração com o elemento da PJ. Caso sejam detetados indícios de crime, o chefe da ERAV poderá solicitar exame por perito médico-legal, antes da remoção do cadáver para a ZRnM; ▪ A referenciação do cadáver ou partes de cadáveres deverá ser sempre assegurada, ainda que sumariamente, através de qualquer suporte documental disponível, nomeadamente fotografia, representação gráfica, ou simples descrição textual, ainda que manuscrita; ▪ A identificação de cadáveres resulta exclusivamente de técnicas forenses (médico-legais e policiais), registadas em formulários próprios; ▪ A autorização de remoção de cadáveres ou partes de cadáveres, do local onde foram encontrados e inspecionados até à ZRnM, haja ou não haja suspeita de crime, cabe ao MP e é solicitada pelo chefe da ERAV; ▪ A autorização do MP para remoção do cadáver é transmitida mediante a identificação do elemento policial que chefia a ERAV-m, da indicação do dia, hora e local da verificação do óbito e conferência do número total de cadáveres ou partes de cadáveres cuja remoção se solicita, com menção do número identificador daqueles em relação aos quais haja suspeita de crime; ▪ Das ZRnM os cadáveres transitam posteriormente para os NecPro, para realização, nestes, de autópsia médico-legal (entendida como os procedimentos tendentes à identificação do cadáver e estabelecimento da causa de morte) e subsequente entrega do corpo ou partes de cadáveres aos familiares, com a respetiva emissão dos certificados de óbito; ▪ Compete às Forças de Segurança, nas respetivas áreas territoriais de responsabilidade, coordenar e promover a segurança no transporte de cadáveres ou partes de cadáveres; ▪ Compete às Forças de Segurança nas respetivas áreas territoriais de responsabilidade, promover a remoção dos cadáveres ou partes de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados em sacos apropriados ("body-bags"), também devidamente etiquetados, podendo para o efeito requisitar a colaboração de quaisquer entidades públicas ou privadas. Os Corpos de Bombeiros e Forças Armadas, mediante as suas disponibilidades, colaborarão nas operações de remoção dos cadáveres para as ZRnM e destas para os NecPro; ▪ As necessidades de transporte de pessoas e equipamento são supridas pela área de intervenção de apoio logístico às forças de intervenção, de acordo com os meios disponíveis; ▪ O material sanitário, de mortuária e demais artigos necessários às operações é distribuído a pedido das forças de intervenção ou por determinação do PCMun; ▪ Compete às Câmara Municipal de Lousada providenciar equipamento para os NecPro de acordo com indicações do INMLCF - Gabinete Médico-Legal e Forense do Tâmega, designadamente iluminação, macas com rodas, mesas, sacos de transporte de cadáveres, pontos de água e energia;

Serviços Mortuários	
Instruções Específicas:	<ul style="list-style-type: none"> Compete ao INMLCF - Gabinete Médico-Legal e Forense do Tâmega, enquanto entidade gestora das ZRnM e dos NecPro fornecer ao MP a informação sobre vítimas falecidas, que a transmite à CMPC, incluindo dados sobre o número de cadáveres admitidos, de corpos identificados ou por identificar, bem como a informação sobre as estruturas organizativas instaladas para a intervenção nesses domínios. A transmissão e divulgação desta informação deve fazer-se com respeito pelo segredo de justiça, pelo segredo médico, pelo dever de reserva profissional e pelo princípio da necessidade de conhecer; Deve ser assegurada a presença de representantes do IRN nos NecPro para proceder ao assento de óbitos e garantir toda a tramitação processual e documental associada; O apoio psicológico aos familiares das vítimas é efetuado de acordo com os procedimentos definidos na área de intervenção de serviços médicos e transporte de vítimas (apoio psicológico), articulados com os centros de recolha de informação (recolha de dados ante-mortem); Os cadáveres e partes de cadáver que não forem entregues a pessoas com legitimidade para o requerer, devem ser conservados em frio ou inumados provisoriamente, se necessário, devidamente acondicionados em sepultura comum, assegurando-se a identificabilidade dos mesmos até à posterior entrega a familiares para inumação ou cremação individual definitiva; Para os cadáveres que se encontrem em estabelecimentos hospitalares e demais unidades de saúde e decorrentes do acidente grave ou catástrofe adotam-se os procedimentos habituais de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver e de verificação do óbito. Estes estabelecimentos constituem-se automaticamente como ZRnM pelo que, após cumprimento das formalidades legais internas e autorização do MP, o cadáver é transportado para o NecPro; Para os cadáveres que se encontrem em estabelecimentos hospitalares e demais unidades de saúde cuja morte decorra de patologias anteriores ao acidente grave ou catástrofe, adotam-se os procedimentos habituais de verificação do óbito e, após cumprimento das formalidades legais internas, o cadáver poderá ser libertado para entrega à família; Para os cadáveres que se encontrem dentro de um edifício colapsado adotam-se os procedimentos habituais de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver e de verificação do óbito. Após cumprimento das formalidades anteriores, o cadáver será transportado para o NecPro.

Em cenários com elevado número de vítimas, a recolha e o depósito de cadáveres são tarefas muito sensíveis que devem ser levadas a cabo através de procedimentos rigorosos, pois a sua importância é enorme nos aspetos que se prendem com a investigação forense, quando, face ao tipo de ocorrência, haja necessidade de a realizar. Esta tarefa deve ser controlada pelas forças de segurança que, para tal, colaboram com a Autoridade de Saúde de âmbito local.

A recolha deve ser feita para locais de reunião de vítimas mortais (ZRnM) onde preferencialmente possam funcionar morgues provisórias. Devem ser escolhidas instalações onde haja um piso em espaço aberto, plano e fácil de limpar, com boa drenagem, boa ventilação natural, provido de água corrente e energia elétrica. Na seleção dos locais devem ser tidas em conta, ainda, as acessibilidades, as

comunicações (telefónicas ou radiocomunicações), a privacidade, a disponibilidade e as facilidades de segurança.

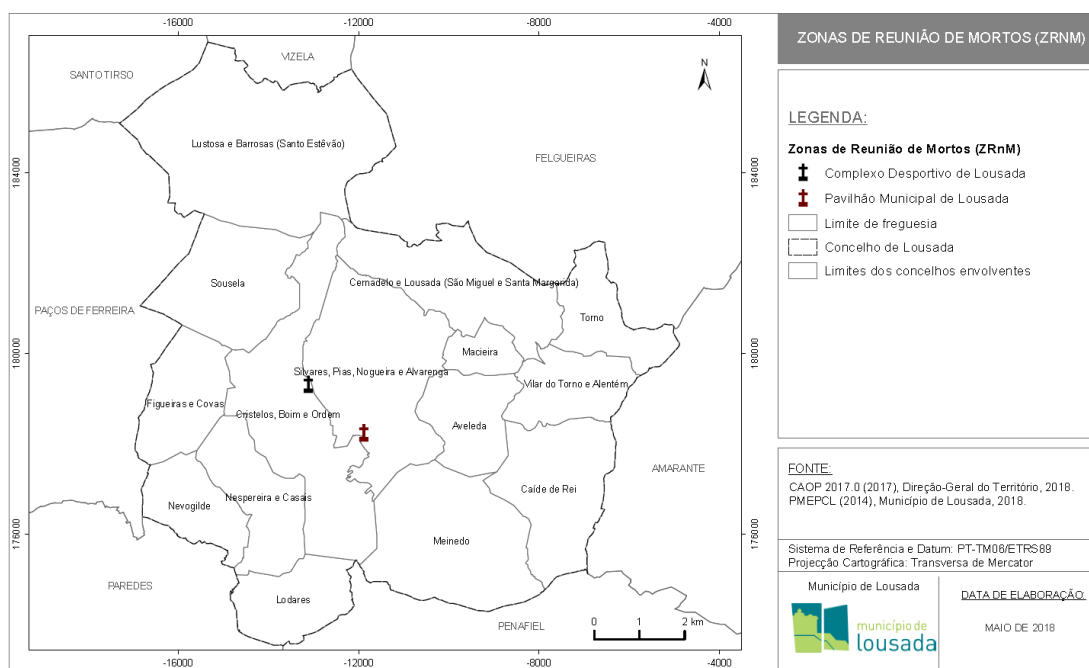
Tendo em conta os critérios anteriormente referidos, no município de Lousada poderá funcionar como ZRnM os seguintes locais:

Quadro 39: ZRnM do município de Lousada

Designação	Local	Coordenadas (WGS84)	
		Latitude	Longitude
Complexo Desportivo de Lousada	União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem	41°16'58.66"N	8°17'22.85"W
Pavilhão Municipal de Lousada	União das freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga	41°16'23.83"N	8°16'29.91"W

A distribuição espacial das ZRnM encontra-se evidenciada no Mapa 30.

Mapa 30: ZRnM do município de Lousada



Mediante o local e dimensão da ocorrência, poderão ser definidos outros locais para onde deve ser feita a recolha das vítimas mortais. Caso se verifique o esgotamento da capacidade das morgues provisórias será adotada uma resolução intermunicipal e os cadáveres serão transportados para as morgues dos municípios adjacentes.

Em termos esquemáticos, nesta área de intervenção, devem ser adotados os procedimentos e instruções de coordenação expostos na figura seguinte:

Figura 19: Procedimentos e instruções de coordenação (serviços mortuários)

